Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 21/08/2023 22:01

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 11/08/2023

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	ISAAC GABRIEL DIAS GARCEZ		Matrícula: 20211003269 *(identificador)*
Telefone:	32205994		
Identidade:	0372246120092 - SESP/MA	CPF:	E-mail: isaacgabriel09@hotmail.com
Orientador:	TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ	CPF: 077.965.283-53	E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br
Membro da banca:	SUZANA CAVANI ROSAS	CPF: 223.961.364-53	E-mail: suzanacavani@uol.com.br
Membro da banca:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ	CPF: 077.965.283-53	E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br
Data da Defesa:	11/08/2023	Titulação: Mestre	
Título:	O progresso liberal: análise das atuações políticas de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas na Província do Piauí (1850 – 1860)		
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI		CNPJ: 06.517.387/0001-34
Afiliação:			CNPJ:
Palavras-chave:	Piauí; governo imperial; Partido Liberal; imprensa.		

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

Isaac Gabriel Dias Garcez
Assinatura do autor

23/08/2023
Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **e789b6a064**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

ISAAC GABRIEL DIAS GARCEZ

O PROGRESSO LIBERAL: ANÁLISE DAS ATUAÇÕES POLÍTICAS DE DEOLINDO MENDES DA SILVA MOURA E DE JOSÉ MANOEL DE FREITAS NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ (1850-1860)

TERESINA – PI
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

G215p Garcez, Isaac Gabriel Dias.
O progresso liberal : análise das atuações políticas de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas na província do Piauí (1850-1860) / Isaac Gabriel Dias Garcez. -- 2023.
121 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2023.
"Orientadora: Prof.ª Dr.ª Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz".

1. Políticos piauienses. 2. Piauí - História. 3. Política - Piauí - História. I. Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. II. Título.

CDD 923.281

Bibliotecária: Milane Batista da Silva – CRB3/1005

ISAAC GABRIEL DIAS GARCEZ

O PROGRESSO LIBERAL: ANÁLISE DAS ATUAÇÕES POLÍTICAS DE DEOLINDO MENDES DA SILVA MOURA E DE JOSÉ MANOEL DE FREITAS NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ (1850-1860)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História de Brasil, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

TERESINA – PI

2023

ISAAC GABRIEL DIAS GARCEZ

O PROGRESSO LIBERAL: ANÁLISE DAS ATUAÇÕES POLÍTICAS DE DEOLINDO MENDES DA SILVA MOURA E DE JOSÉ MANOEL DE FREITAS NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ (1850-1860)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História de Brasil da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof.ª Dr.ª Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof.ª Dr.ª Suzana Cavani Rosas (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

_____
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

TERESINA – PI

2023

Aos meus pais, Antonio Carlos Garcez de Sousa e Maria do Socorro Dias Araujo Garcez.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer aos meus pais, por terem me criado em um lar cuja essência é o amor. Minha gratidão a vocês, por despertarem em mim a busca pelo justo. O exemplo é o princípio mais caro da humanidade. Obrigado por terem me feito entender isso com o de vocês. Obrigado, especialmente, à sua resiliência, pai, e ao seu discernimento, mãe.

Agradeço à Teresinha Queiroz, por ter provocado em mim o gosto pela pesquisa. A maior busca humana é compreender o propósito em viver, e me atento sobre isso para explicar a minha felicidade em conviver com uma pessoa que sabe a sua função no mundo. A sua competência no ensino é indicada, principalmente, pela humildade em corrigir, indicando o correto, e pela habilidade intelectual, quando traduz o passado para a linguagem do presente. Obrigado por ter sido meu guia.

Por fim, agradeço a todos que me ajudaram durante essa jornada acadêmica. Em especial, a Jefferson e Natália, por me incentivarem desde o começo, a Isabela, pelo companheirismo no curso, a Abdiel, pela motivação cotidiana, a Larissa, pela disponibilidade e gentileza amigas. Também estendo o meu agradecimento a todos os professores e colegas que me impulsionaram na realização dessa pesquisa.

Pra mudar o país? É, o jeito é a gente procurar deixar de ser bicho pra tentar ser gente [...]. Vamos ensaiar?

Elke Maravilha

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as atuações políticas de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas na província do Piauí durante as décadas de 1850 e 1860. Durante o período analisado ocorreram vários acontecimentos políticos no governo imperial brasileiro, sendo destaque para a nossa pesquisa a Conciliação na década de 1850 e a Liga Progressista na década de 1860. Investigamos como ocorreu a organização desses movimentos políticos no Rio de Janeiro e quais as consequências que projetaram para a comunidade política piauiense da época. Nossos estudos examinaram de forma específica a inserção de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas na vida política do Piauí ao fim da década de 1850, entendendo o impacto do governo central e a implicação de suas filiações partidárias no Partido Liberal local para a realização de suas atividades políticas. Desenvolvemos análise do percurso que esses políticos tiveram na província do Piauí durante a década de 1860. Dessa forma, examinamos a atuação na imprensa periódica e a execução de cargos da administração pública local.

Palavras-chave: Piauí; governo imperial; Partido Liberal; imprensa.

ABSTRACT

This study aims to analyze Deolindo Mendes da Silva Moura's and José Manoel de Freitas' political activities in the province of Piauí during the decades of 1850s and 1860s. Several political events took place on the Brazilian Imperial government during the referred period, being the Conciliação project from the 1850s and the Progressivist League Party from the 1860s the focus of this research. This study investigates how these political movements were organized in Rio de Janeiro and its consequences to the Piauiense political community. The study specifically examines how Deolindo Mendes da Silva Moura and José Manoel de Freitas entered in Piauí's political scenario by the end of the 1850s decade, understanding the impact of the central government and the implications of their party affiliations in the local Liberal Party on the realization of their political activities. The study develops an analysis of Deolindo Mendes da Silva Moura's and José Manoel de Freitas' political career in the province of Piauí during the 1860s decade. The study also analyzes the actions of the periodic press and the work of local public administration.

Keywords: Piauí; Imperial government; Liberal Party; Press

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

2. A PROVÍNCIA DO PIAUÍ NA DÉCADA DA CONCILIAÇÃO 23
2.1. As continuidades da economia e as transformações da política 23
2.2. As reverberações da Conciliação e a nova geração política ao fim da década de 1850 42

3. A FORMAÇÃO DA LIGA NO PIAUÍ E A IMPRENSA LIBERAL 57
3.1. As tensões políticas no Império e a formação da Liga Progressista 57
3.2. A política da Liga Progressista na província do Piauí 67

4. A ATUAÇÃO DOS LIBERAIS NA POLÍTICA DO PIAUÍ NOS ANOS 1860 80
4.1. Entre a política e a guerra: o percurso político de José Manoel de Freitas do Piauí 80
4.2. Um novo no poder: as ideias político-administrativas de José Manoel de Freitas na presidência do Piauí 98

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 113

REFERÊNCIAS 115

1 INTRODUÇÃO

A organização do Estado brasileiro durante o século XIX se relacionou com os interesses dos grupos políticos que dirigiram o governo e com as necessidades dos segmentos sociais que lideraram a economia. Em grande medida, os grupos que administraram a política no quadro nacional e nas localidades representavam os segmentos sociais economicamente ativos desses espaços, ou seja, o conjunto desses setores formava um estrato multifacetado cujas partes serviam como suporte para o atendimento dos objetivos em comum.[1]

Durante o segundo reinado (1840-1889), a política nacional brasileira se consolidou com a atuação de dois partidos políticos, o Partido Conservador e o Partido Liberal. Esse esquema bipartidário permitiu que os diferentes grupos políticos do Brasil se ordenassem em torno desses partidos a fim de projetar seus interesses no centro político do país à época, o Rio de Janeiro (RJ). Esse sistema de governo sofreu algumas modificações devido à realização de alguns projetos e à atuação de alguns homens públicos que iniciaram suas carreiras no decorrer desse período.

Essa pesquisa teve como objetivo central analisar a atuação política de Deolindo Mendes da Silva Moura[2] e de José Manoel de Freitas[3] durante as décadas de 1850 e 1860 na província do Piauí. Para compreender a inserção desses políticos na política piauiense, bem como seus percursos profissionais, seja nos postos que ocuparam na administração pública/burocracia provincial ou nos trabalhos que realizaram na imprensa periódica, foi preciso investigar o contexto político nacional e local à época. Organizamos a abordagem dos temas nesta dissertação conectando o cenário político imperial com a realidade local da comunidade política piauiense.

Dessa forma, estudamos o cenário político brasileiro durante as décadas citadas, analisando a relação existente entre o Piauí e o governo central, pois o centralismo era uma das

---

[1] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

[2] Deolindo Mendes da Silva Moura nasceu em Oeiras (PI) no ano de 1835. Atuou politicamente na província do Piauí desde a conclusão dos seus estudos na Faculdade de Direito de Recife (PE), em 1857, até o ano de seu óbito em 1872. Sua trajetória profissional foi diversa quanto às diferentes funções que ocupou, sendo exemplo sua participação como deputado na Assembleia Provincial do Piauí (1858-1859) e sua experiência na imprensa periódica com a redação do jornal *Liga e Progresso* (1862-1865).

[3] José Manoel de Freitas nasceu em Jerumenha (PI) no ano de 1832 e faleceu no ano de 1887 em Recife (PE). Foi um político piauiense que teve participação ativa no cenário de sua província natal no período que se estende do final da década de 1850 até o começo da década de 1870. Durante o momento em que participou da vida política do Piauí, interagiu com o grupo dos liberais, do qual fazia parte, e teve comunicação com alguns líderes conservadores, pois atuou profissionalmente em suas administrações, sendo exemplo a atuação no cargo de chefe de polícia do Piauí (1864-1866).

principais características do Estado imperial. Em relação a essa característica do Brasil imperial, Ilmar Rohloff observa o seguinte aspecto, quando avalia a constituição do poder público e a posição da ordem privada na formação do Estado nacional:

> Ora, o que se apresentaria, desde então e cada vez mais, como representação dos interesses gerais, assumindo forma do governo do Estado em oposição aos interesses particulares, não era senão uma forma superior de organização de um segmento desses últimos [...] ou dizendo de outra maneira, aquilo que se constituía e é apresentado como *público* emergia dos interesses particulares, do que é apresentado como *privado*.[4]

Compartilhamos com a ideia do autor quando verificamos na organização dos grupos políticos locais a tentativa de projetar os seus interesses particulares, constituindo-os, como parte da agenda política do governo do Piauí. Dessa forma, esta dissertação investigou os agentes públicos piauienses no sentido de compreender a relação que tinham, enquanto grupo político local, com a realização dos projetos do governo central, observando quais eram os interesses particulares e de que forma os inseriram no cumprimento dessas políticas nesse período (década de 1850 e 60).

A respeito da burocracia imperial brasileira, José Murilo de Carvalho a interpreta, com base na produção historiográfica a seu respeito, como sendo a "dialética da ambiguidade", pois: "A burocracia imperial não era estamento. Não estávamos num Estado feudal, nem mercantilista. [...] Mas ela possuía racionalidade própria, cujo sentido era relevante, menos para administração como tal do que para o sistema político como um todo."[5] Ou seja, os grupos políticos obedeceram a lógica centralista desse sistema de governo atuando na burocracia estatal, com o objetivo de atender as suas demandas particulares.

Dessa forma, estudamos a posição dos grupos políticos piauienses atuantes no governo local quanto à recepção e execução dos projetos do governo central das décadas de 1850 e 1860 a fim de interpretar a intencionalidade dessa comunidade política.

O primeiro estudo que realizamos nesta pesquisa foi sobre a política da Conciliação, que ocorreu na década de 1850. Esse projeto foi elaborado pelo imperador e executado pelo gabinete Paraná (6 de setembro de 1853 a 3 de setembro de 1856) e pelo 1º gabinete Caxias (3 de setembro de 1856 a 4 de maio de 1857), ambos membros representantes do Partido Conservador.

De fato, essa política conciliatória teve teor conservador, porém surgiu como uma estratégia política de Dom Pedro II para ajustar o balanço de forças entre os partidos na

[4] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987. p. 209.
[5] CARVALHO, op. cit., p. 164.

representação nacional. A respeito da aprovação da Reforma Eleitoral em 1855, Fábio Santiago Santa Cruz expõe na sua análise sobre as ideias políticas desse momento o seguinte:

> A conciliação parecia ter se tornado, enfim, uma realidade plena. Afinal, D. Pedro II, seus ministros e a maioria dos parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados estavam publicamente de acordo em relação a uma reforma cujo objetivo era arrefecer insatisfações políticas e dar início a um período de maior tolerância e harmonia interna no Império.[6]

A estabilidade do sistema de governo foi a principal ideia que caracterizou essa política. Nesse sentido, a execução de reformas que faziam parte da agenda dos liberais foi confiada aos conservadores, pois esse grupo representou a ala política mais ajustada aos interesses do governo imperial. O fator para o imperador ter depositado confiança nos conservadores nesse momento foi porque esses estadistas estiveram diretamente associados na repressão dos movimentos revoltosos da década de 1840, ganhando destaque a atuação do Marquês de Paraná[7] na supressão da Revolução Praieira (1848-1849), em Pernambuco.

Esse momento de conciliação político-partidária da década de 1850 foi interpretado por alguns membros do Partido Conservador como uma experiência política de ruptura com o sistema político brasileiro, visto que a Reforma Eleitoral, por exemplo, alterava a lógica da representação nacional observada até aquele momento. Sobre essa reforma, em particular, Raymundo Faoro observa, em seus estudos, que ela foi a "primeira fissura" do projeto de centralização política do país, pois:

> A única eleição realizada sob o império da eleição por círculos de um deputado (para a legislatura 1857-60) quebrou, na verdade, a unanimidade da Câmara: a minoria passava da fase das 'patrulhas' para um corpo de consistência própria. Ela revela, entretanto, um perigoso estado. Os partidos se enfraquecem, perdendo o domínio sobre os ramos perdidos no território.[8]

---

[6] SANTA CRUZ, Fábio Santiago. *Em busca da conciliação*: ideias políticas no parlamento do império no Brasil (1831-1855). 2008. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 191.

[7] Honório Hermeto Carneiro Leão nasceu no ano de 1801, em Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1825 e iniciou sua carreira política com atuação em cargos burocráticos do Rio de Janeiro (RJ). A partir da década de 1830 sua atuação ocorre na esfera política nacional, com sua eleição como deputado geral por Minas Gerais, associando-se como membro do Partido Moderado. Essa geração de políticos brasileiros que atuou na política do país nesse momento estava concentrada na busca de estabelecer a estabilidade do sistema de governo. O percurso político de Honório Hermeto Carneiro Leão, até o começo do Segundo Reinado, ocorreu com grandes alterações da posição partidária que teve, resultando em períodos de atuação que se localizavam ora como situação e ora como oposição. Dessa forma, esse político atuou como magistrado e por diversas vezes ocupou o Parlamento como deputado geral e senador por sua província de origem. Foi ministro e conselheiro de Estado e presidente da província do Rio de Janeiro no período de outubro de 1841 a janeiro de 1843. Sua atuação como presidente da província de Pernambuco (1849-1850) lhe rendeu prestígio por ser o signo da força centralista imperial na supressão do movimento da Praieira. Cf.: ALENCAR, José de. *Marquês de Paraná*: traços biográficos. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1856.

[8] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012. p. 426.

O projeto conciliatório permitiu que a comunidade política brasileira alterasse o uso do Estado ao permitir o acesso das minorias à política nacional, o que resultou na fragmentação dos partidos políticos e na reação conservadora ao fim da década de 1850. Nesse sentido, a reforma expôs a falta de coesão na organização desses grupos políticos, já que a ideia de os representantes das localidades atuarem na Assembleia Geral não foi aceita pelos membros da elite política nacional.[9]

Além disso, o paradoxo das alianças voláteis se tornou evidente, com acordos políticos sendo formados e desfeitos com certa frequência. No seu estudo sobre os atores da política da Conciliação, Paula Ribeiro Ferraz explica que deve ser considerada a durabilidade do gabinete Paraná para entender as mudanças na rede de apoio que recebeu e a frente de oposição que enfrentou, pois: "A Conciliação proporcionou um rearranjo político no parlamento que não anulou os políticos avessos ao novo ministério, mas que, pelo contrário, reagrupou tanto conservadores como liberais."[10] Essa instabilidade política refletia a busca por soluções para os problemas enfrentados pelo Império brasileiro, assim como a complexidade do cenário político com as disputas pelo poder dentro dos partidos e entre eles.

Ao estudar o contexto político da província do Piauí durante a década de 1850, observamos a organização da comunidade política local em torno dos dois partidos políticos do Império. Nesse período, os membros do Partido Conservador atuaram como situacionistas no governo local, de tal forma que tanto a administração da província, Poder Executivo, quanto a representação na Assembleia Provincial, Poder Legislativo, foram liderados com exclusividade[11] e pela maioria,[12] respectivamente, por políticos conservadores.

Nessa década, essa comunidade política elaborou alguns projetos com a intenção de impulsionar a economia local, cabendo destaque à execução de dois principais: a mudança da capital da província e o início da navegação a vapor no rio Parnaíba. A transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina foi oficializada em 16 de agosto de 1852[13] durante a

---

[9] CARVALHO, op. cit., p. 399.

[10] FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da Conciliação*: atores, ideias e discursos (1848-1857). 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2013. p. 94.

[11] TITO FILHO, Arimatéia. *Governos do Piauí*: Capitania, Província, Estado. 2. ed. Teresina: Arte Nova, 1975.

[12] GOMES, José Airton Gonçalves. *O legislativo piauiense (1835-1985)*. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985.

[13] A respeito da oficialização da transferência da capital, Andreia Rodrigues e Pedro Vilarinho nos informa o seguinte: "Ao chegar em Teresina, o Presidente instalou as repartições públicas, e, a 16 de agosto, oficiou aos responsáveis por cada uma das províncias e ao Imperador, D. Pedro II, que se achava residindo na cidade de Teresina, agora nova capital da província. Cf.: ANDRADE, Andreia Rodrigues; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Entre o sertão e a margem do rio Parnaíba: os começos da vida urbana, no Piauí, e a criação da cidade

administração de José Antônio Saraiva (1850-1853),[14] sendo consequências diretas dessa mudança a alteração do local de mando do governo para a região centro-norte da província e o maior controle das relações comerciais com as províncias vizinhas.

O início da navegação a vapor no rio Parnaíba ocorreu em 1858 durante a administração de João José de Oliveira Junqueira (1857-1858),[15] com a autorização imperial para a navegação nesse rio. Nesse momento ocorre a construção da primeira embarcação e a fundação da empresa que serviu para regulamentar o uso e a exploração desse recurso, a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba. Podemos indicar como consequência desse projeto a exportação de insumos locais pelo uso do rio e a fundação de novos núcleos nas suas margens.[16]

O grupo dos liberais piauienses viveu ostracismo político durante essa década. A maneira que encontraram para discutir a sua situação política no momento que a política nacional tinha como projeto a Conciliação foi o uso da imprensa. Dessa forma, a imprensa liberal direcionou suas críticas para as questões de governança e gestão, questionando a efetividade das ações realizadas pelos conservadores no comando do Piauí durante esse período.

A imprensa no Piauí acompanhou o modelo padrão de imprensa do Brasil. Ana Regina Rêgo explica que esse padrão foi obtido por meio das características comuns de produção, de conteúdo e pela forma como ocorria a circulação física e ideológica dos periódicos.[17] Dessa forma, os jornais piauienses dessa época obedeceram a essas características na medida em que o conteúdo publicado tinha como tema central os assuntos referentes a administração pública. Roger Chartier, em seu estudo sobre a escrita e a sua forma de sociabilização, nos alerta o seguinte:

> É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos. Longe de uma fenomenologia da leitura que apague todas as modalidades concretas do ato de ler e o caracterize por seus efeitos, postulados como universais, uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura.[18]

As considerações de Chartier sobre o processo de socialização da leitura nos ajuda a compreender a importância dos periódicos piauienses em um período cuja sociedade se

---

de Teresina, em meados do século XIX. *In*: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (org.). *Oficina de Clio:* histórias, cidades e linguagens. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 53.

[14] TITO FILHO, 1975, p. 18.

[15] Ibid., p. 19.

[16] ANDRADE; CASTELO BRANCO, 2016, p. 54.

[17] RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense: entre a literatura e a política. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. *Anais* [...]. Niterói: UFF, 2008.

[18] CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 178, 1991.

caracterizava com a maioria de analfabetos. Desse modo, a possibilidade de uso da imprensa não se resumia ao contato dos leitores com a publicação impressa, mas se expandia pelas diferentes estratégias de divulgação das ideias adotadas nesse período.

Paulo Gutemberg de Carvalho Sousa, na sua compreensão sobre a pesquisa histórica no Piauí, nos informa o contexto social da época: "O exercício simultâneo de várias atividades intelectuais (leitura-escrita) por uma só pessoa (letrado ou não) era também uma característica marcante do meio sociocultural de Teresina [...] indício de controle social das atividades intelectuais e educacionais."[19] Compreendemos, então, que a função social da imprensa nesse período possibilitou a construção das identidades dos grupos políticos a partir da fabricação de ideias sobre si e a sua divulgação com os demais membros dessa comunidade.

Os jornais que circularam na Província do Piauí tiveram destaque tanto por serem fonte de notícias como por serem meio físico de circulação de ideias. As considerações de Maria do Socorro Rios Magalhães nos ajuda a entender a importância da imprensa periódica no período, quando expõe que: "Transferida a capital de Oeiras para Teresina, em 1852, os jornais continuaram, a maioria, entregues às lutas partidárias, divididos entres as facções que se alternavam nos papéis de situação e oposição."[20] A análise dessas fontes nos permite compreender as lutas travadas e as ideias difundidas pelos grupos políticos na província do Piauí durante as décadas de 1850 e 1860.

A análise dos periódicos produzidos pela comunidade liberal piauiense nos releva os temas que mais recebiam destaque e quais ideias eram valorizadas pelos grupos que compunham esse estrato. A inserção de bacharéis recém-formados nos quadros da burocracia local, bem como a atuação na imprensa ou em cargos políticos do governo provincial eram noticiados nas páginas desses jornais. Nesse sentido, torna-se possível identificar as posições que cada folha assumia a partir da observação de sua filiação partidária e de acordo com o grupo que a mantinha em circulação. [21]

Ao final da década de 1850 e começo de 1860, a província do Piauí recebeu a geração de administradores públicos formados na Faculdade de Direito de Recife (PE), que iniciaram sua atividade profissional política com a nova capital instalada e com a pauta do desenvolvimento da província associada de forma direta com a navegação a vapor do rio Parnaíba.

---

[19] SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade*: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 60.
[20] MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense:* horizontes de leitura e crítica e literária. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. p. 50.
[21] RÊGO, 2008, p. 14.

Esse grupo político, que iniciou a carreira profissional na nova capital, acomodou-se ativamente nos diferentes espaços de atuação política segundo os contornos das facções as quais faziam parte. Nesse período começaram as atividades políticas de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas no Piauí, coincidindo com o período de reorganização das forças políticas do Império por causa da política conciliatória do governo central.

O grupo liberal piauiense publicou nos periódicos *O Conciliador Piauiense*[22] e *O Propagador*[23] sua visão sobre a execução do projeto da Conciliação no Piauí. Seu entendimento era de que a política ensaiada no Rio de Janeiro não foi efetivada nessa província por causa da atuação dos conservadores no plano local, que tinham práticas políticas exclusivistas. Estes políticos situacionistas eram apresentados na imprensa liberal como um grupo limitado pela tradição do Partido Conservador, sendo incapazes de executar a Conciliação.

O segundo momento da nossa pesquisa compreende o começo da década de 1860. Nesse período surgiu um movimento político no Rio de Janeiro de coalisão que ficou conhecido como Liga. Essa experiência política foi consequência dos debates ocorridos na Assembleia Geral e tinha como objetivo convergir os políticos dissidentes dos partidos nacionais em um novo partido. Emília Viotti da Costa, dentre os temas que estuda, analisa o desenvolvimento do liberalismo político no Brasil Império. Sobre esse momento de ebulição das ideias liberais com esse novo movimento político na década de 1860, ela explica que:

> O desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que ocorreram no país a partir dos anos 50 trouxeram para a arena política novos grupos de interesse, tornando impossível manter a aliança entre os dois partidos. A Conciliação rompeu-se. [...] Foi com esse espírito que Nabuco de Araújo e outros políticos conservadores que se haviam unido ao partido liberal fundaram a Liga Progressista em 1864, comprometendo-se com um programa de reformas. [24]

Nabuco de Araújo[25] foi um dos líderes desse novo grupo político e foi o responsável por formular o programa desse partido. Nesse momento era possível identificar quatro ramificações

---

[22] Jornal piauiense que circulou durante os anos de 1857 e 1858. O período de sua circulação coincide com o período de absorção das políticas conciliatórias no Piauí, ou seja, teve uma função de representar esse movimento político do governo central para a comunidade local a quem se dirigia e fazia interlocução. Fazia parte da sua redação Deolindo Mendes da Silva Moura e Lívio Lopes Castelo Branco e Silva.

[23] Periódico que circulou entre os anos de 1858 e 1860. Teve como característica principal a promoção de ideias políticas que o grupo dos liberais piauienses reconhecia como positivas para o desenvolvimento local. Além disso, o grupo da redação desse jornal, que era composto por Deolindo Mendes da Silva Moura e Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, utilizou esse meio de comunicação para denunciar as irregularidades que observavam ocorrer nos governos provinciais no momento de suas publicações.

[24] COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação EDUNESP, 1999. p. 162.

[25] José Tomás Nabuco de Araújo Filho nasceu em 14 de agosto de 1813 e faleceu no Rio de Janeiro em 19 de março de 1878. Ele foi um político de grande influência, desempenhando os cargos de deputado, senador, ministro da justiça do Estado Imperial brasileiro. Inicialmente, atuou como promotor e juiz em Pernambuco, onde formou

partidárias, sendo duas conservadoras, conservadores puros e os dissidentes, e as outras duas liberais, liberais históricos e exaltados. O surgimento do novo partido chamado de Liga Progressista foi composto, de forma geral, por políticos conservadores dissidentes e liberais históricos.

A instabilidade das alianças partidárias caracterizou todo o período em que os líderes do Partido Progressista atuaram na política nacional. Isso ocorreu por causa da reação dos conservadores, aqueles se mantiveram fiéis à tradição ideológica desse partido, ao conjunto de reformas que o programa dos progressistas direcionou para o governo. Fazia parte da agenda programática desse partido temas como a descentralização da administração pública e a avaliação da responsabilidade ministerial, questões que feriam a experiência política dos conservadores.

A composição do Poder Legislativo nacional nesse período era representada pela presença significativa de políticos liberais na Assembleia Geral e a maioria do Senado formada por membros do Partido Conservador. Essa realidade impediu a execução do programa dos progressistas, pois muitas reformas, se executadas, reorganizariam o governo imperial, modificando as características que os conservadores entendiam como importantes para a manutenção de seus postos e regalias.

A guerra contra o Paraguai (1864-1870), que abalou o Estado e a sociedade civil, surgiu como outro fator de supressão dessas reformas. Nesse sentido, é preciso entender que esse momento de instabilidades das forças políticas, ocorrido durante a década de 1860, propiciou o acirramento das disputas entre os partidos.[26]

Analisamos a organização política da província do Piauí na década de 1860 no período da formação da Liga Progressista no governo nacional, entendendo as ressonâncias e as dissonâncias dessa política de cunho liberal no quadro político local. Para tanto, estudamos a atuação de Deolindo Mendes da Silva Moura como principal redator no jornal *Liga e Progresso* (1862-1865), por esse político caracterizar esse periódico como o órgão na imprensa responsável por estabelecer conexão com o movimento da Liga.[27]

---

sua família. Iniciou sua carreira política como membro do Partido Conservador, porém na década de 1860 transfere-se para a ala dos liberais no momento da formação da Liga Progressista no Rio de Janeiro. A partir de então atuou como uma das principais lideranças do Partido Liberal. Nabuco de Araújo foi deputado geral em diferentes períodos (1843, 1850, 1853 e 1857), presidente da província de São Paulo em 1851 e senador a partir de 1858 até a morte (cargo era vitalício). A partir de 1872, ele empenhou-se na produção do primeiro código civil brasileiro, porém não concluiu esse projeto. Seu filho, Joaquim Nabuco (1849-1910), produziu sua biografia, *Um estadista no Império,* que foi responsável por desenvolver muitas obras da historiografia brasileira pela quantidade de informações disponibilizadas.

[26] CARVALHO, loc. cit.

[27] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 1, p. 1, 6 out. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

Dessa forma, a criação e a circulação do jornal foram observadas como processos que comungaram tanto com o movimento político em torno do Partido Progressista quanto com a forma de atuação política da comunidade liberal piauiense. E isso resultou na ideia de que Deolindo Mendes da Silva Moura foi o agente político no Piauí que promoveu a integração da comunidade local com a política central a partir do uso da imprensa, prática que era valorizada pelo grupo ao qual fazia parte.

Estudamos a atuação política de Deolindo Moura no Piauí durante esse período a partir da análise das suas produções na imprensa. Foi observada a maneira como promoveu as ideias do movimento progressista, entendendo a intencionalidade da ação desse político. Portanto, essa pesquisa apresenta as estratégias adotadas por Deolindo Moura na execução dos direcionamentos políticos do Rio de Janeiro, bem como registra a importância que esse político-jornalista reservou ao criar um elo da província com a capital do país a partir da interlocução que criou com João Lustosa da Cunha Paranaguá,[28] que atuava no cenário político nacional como representante dos interesses do Piauí na década de 1860. O trabalho também apresenta um estudo sobre o jornal *Liga e Progresso*, por ser este periódico uma ressonância da política observada no Império daquele contexto.

No terceiro momento dessa pesquisa analisamos o percurso político de José Manoel de Freitas durante a década de 1860 na província do Piauí. Nossa investigação buscou compreender a trajetória desse político de acordo com o registro da sua performance nos postos que ocupou, cabendo destaque sua posição como Chefe de Polícia do Piauí durante a administração Dória[29] (1864-1866) e sua posição como líder do executivo provincial quando assumiu em três momentos a presidência do Piauí (1866; 1867; 1868).

A guerra contra o Paraguai foi o evento que constituiu o pano de fundo da política nacional. A posição de José Manoel de Freitas como líder das forças policiais no Piauí conjugou dupla relevância nesse período, visto que cabia a essa autoridade a função de garantir a segurança pública e individual da região por meio da lei e assistir o governo central quanto as necessidades da guerra.

---

[28] João Lustosa da Cunha Paranaguá nasceu em Paranaguá (PI) em 1821 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1912. Graduou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1846. Iniciou sua carreira na magistratura ao mesmo tempo em que atuava na política. Foi eleito deputado provincial na Bahia em 1848 e deputado geral pelo Piauí em 1850 e 1864. Tornou-se senador vitalício em 1865 pela província do Piauí. Exerceu o cargo de Ministro da Justiça entre 1859 e 1861. Também atuou como chefe de polícia na província do Rio de Janeiro, além de ter sido presidente do Maranhão (1858-1859), de Pernambuco (1865-1866) e da Bahia (1881-1882). Em 1878, foi nomeado conselheiro de Estado, recebendo as honras de desembargador. João Lustosa da Cunha Paranaguá prestou relevantes serviços ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sobre biografia complementar, ver notas em: BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife.* 3. ed. Recife: Editora da UFPE, 2012. p. 90.
[29] TITO FILHO, op. cit., p. 21.

É possível entender, a partir da interpretação das fontes, que durante esse momento a política brasileira esteve envolta no tema da guerra. A formação do corpo de combatentes ocorreu por causa da participação da sociedade civil e revelou-se ao longo desse contexto uma problemática devido ao prolongamento do conflito. A respeito do envio de homens para o campo de batalha, Johny Santana nos informa que:

> Essa busca desenfreada para garantir a participação do Piauí na campanha fez com que Dória despachasse emissários para o interior com o propósito de alavancar a campanha de voluntariado. Um dos emissários foi o então chefe de polícia, José Manoel de Freitas, que se dirigiu às vilas de Jerumenha e Amarante.[30]

Podemos compreender que existiu um esforço pessoal do administrador da província à época na promoção da guerra, no sentido de que a administração Dória fez cumprir o que o governo central esperava do Piauí com o envio dos números esperados. A atuação como chefe da polícia se revelou como a condição de projeção política, pois, ao final dessa administração em 1866, José Manoel de Freitas assumiu a presidência de forma interina, com sua nomeação pelo imperador de vice-presidente do Piauí.

Em relação à administração de José Manoel de Freitas na província do Piauí, nossa pesquisa se concentrou no terceiro momento em que assumiu a liderança (1868), visto que foi nesse momento que esse político apresentou relatório para a Assembleia Provincial expressando sua interpretação sobre o Piauí. Compartilhou nesse registro os aspectos gerais do Piauí (saúde, planejamento urbano, segurança coletiva, educação, etc.) e explicou as problemáticas que envolviam à época o desenvolvimento da região, apontando os entraves e propondo as maneiras de superação que acredita ser as mais eficazes.

A problemática da pesquisa foi inicialmente sinalizada a partir da observação dos nomes de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas como registro recorrente em diferentes produções da historiografia piauiense,[31] principalmente naquelas pesquisas relacionadas ao entendimento da organização política do Piauí durante o Império.[32] Primeiramente, os escritos bibliográficos produzidos por Clodoaldo Freitas sobre esses políticos foi o principal apontamento para que a problemática surgisse. O biógrafo citado caracteriza Deolindo Moura e José Manoel de Freitas da seguinte forma:

---

[30] ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do império*: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866). Teresina: EDUFPI, 2011. p. 151.
[31] ARAÚJO, loc. cit.
[32] QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

> [...] o Dr. Deolindo tornou-se insensivelmente ídolo do povo. [...] A sua atitude na redação d'*A Imprensa* o colocou, em pouco tempo, na direção do partido, de que se tornou um dos mais festejados chefes. Era o braço desse grande partido de que Dr. José Manuel de Freitas era a cabeça.[33]

Isso posto, o questionamento inicial dessa pesquisa foi o porquê Deolindo Mendes da Silva Moura e José Manoel de Freitas foram caracterizados como sendo os líderes do Partido Liberal do Piauí. Tivemos como problemática da pesquisa a verificação do porquê essa liderança partidária ter sido creditada a dois políticos que atuaram em instâncias diferentes, imprensa ("braço") e governo ("cabeça"), e durante um período específico da história do partido.

Nesta dissertação analisamos o exercício político de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas na correlação que suas atividades profissionais tiveram com o governo central durante as décadas de 1850 e 1860. Esta pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro tem como objetivo entender a execução da política da Conciliação no Piauí, ressaltando a organização da comunidade política local quanto a inserção dos políticos recém-formados no fim da década de 1850. As questões norteadoras desse capítulo são: de que forma os projetos desenvolvidos no Piauí nesse período comungaram com a ideia de José Murilo de Carvalho sobre a "dialética da ambiguidade" e como que interagiram com a Conciliação; de que forma o uso da imprensa periódica pelo grupo dos liberais piauienses nesse contexto impactou para a inserção dos políticos recém-formados na comunidade política local. As principais fontes utilizadas nesse capítulo foram os relatórios de José Antônio Saraiva e de João José de Oliveira Junqueira, enquanto presidentes da província do Piauí, e as edições dos jornais *O Conciliador Piauiense* e *O Propagador*.

No segundo capítulo explicamos o contexto político do surgimento da Liga Progressista como partido político nacional. O objetivo desse capítulo é analisar a atividade profissional de Deolindo Mendes da Silva Moura na imprensa periódica com a fundação e redação do *Liga e Progresso*, sublinhando a interlocução desse jornal com a política da Liga Progressista. As questões que direcionaram essa seção foram: quais as consequências do surgimento da Liga para a política nacional; quais estratégias Deolindo Moura, no uso do jornal *Liga e Progresso*, utilizou para favorecer a acepção das ideias da Liga no Piauí e qual impacto esse processo teve na posição que Deolindo Moura tinha na comunidade política piauiense. As fontes utilizadas foram as edições do *Liga e Progresso*.

---

[33] FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras: EDUPFI, 2012. p. 61.

No terceiro capítulo investigamos a atividade política de José Manoel de Freitas a partir da administração Dória (1864-1866), momento em que exerceu o cargo de chefe da polícia do Piauí, até o momento de sua liderança na política local quando assumiu o cargo de presidente da província em 1868. O objetivo desse capítulo é interpretar a atuação de José Manoel de Freitas nos cargos que assumiu, destacando a posição que esse político tinha no Partido Liberal do Piauí à época. As principais questões são: o que o contexto da guerra contra o Paraguai afetou na posição de José Manoel de Freitas enquanto chefe das forças policiais do Piauí; quais as características da administração Freitas que permitem identificar o político como um dos líderes dos liberais no Piauí. Serviu como fonte as publicações dos periódicos *Liga e Progresso* e *A Imprensa,* bem como também os relatórios produzidos da administração de Franklin Américo Dória e de José Manoel de Freitas.

As biografias que compuseram o escopo documental de análise para nossa pesquisa – *Vultos piauienses*,[34] de Clodoaldo Freitas, *Apontamentos biográficos*,[35] de Miguel Castelo Branco, e *Traços Biográficos*,[36] de Clóvis Bevilaqua – serviram para a compreensão da atuação política de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas nas décadas de 1850 e 60. Essas produções foram estudadas a partir do potencial de conteúdo que possuem e da possibilidade de compreender a comunidade política do contexto, pois os biógrafos explicam as razões de escolherem esses políticos.

O acesso aos arquivos governamentais foi realizado pelas plataformas digitais, sendo o Center for Research Libraries um destaque pela disponibilização dos documentos governamentais, como os relatórios de presidentes da província do Piauí. A Hemeroteca Digital Brasileira foi de suma importância pela disponibilização dos periódicos publicados no Piauí nesse período. A produção historiográfica piauiense nos serviu de suporte para o desenvolvimento de nosso trabalho, sendo destaque as pesquisas de Teresinha Queiroz,[37] Johny Araújo,[38] Ana Regina Rêgo,[39] Andreia Andrade,[40] dentre outras. A historiografia brasileira nos

[34] FREITAS, loc. cit.
[35] CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 2 ed. Brasília: Senado Federal; Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.
[36] BEVILAQUA, Clóvis. *Traços biográficos do Desembargador José Manoel de Freitas.* Recife: Tipografia Universal, 1888. p. 24.
[37] QUEIROZ, loc. cit.
[38] ARAÚJO, loc. cit.
[39] RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
[40] ANDRADE, Andreia Rodrigues de. *Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba*: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. 2016. 212f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

direcionou na investigação da política imperial, sendo destaque as produções de José Murilo de Carvalho,[41] Ilmar Rohloff,[42] Emília Viotti,[43] Bruno Estefanes,[44] Paula Ferraz,[45] dentre outras.

[41] CARVALHO, loc. cit.
[42] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
[43] COSTA, loc. cit.
[44] ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze*: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária (1857-1862). 2017. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
[45] FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da Conciliação*: atores, ideias e discursos (1848-1857). 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2013.

2 A PROVÍNCIA DO PIAUÍ NA DÉCADA DA CONCILIAÇÃO

A formação do Piauí ocorreu como um desdobramento da colonização portuguesa a respeito dos processos de conquista das áreas do interior do Brasil. A pecuária foi a atividade que favoreceu a organização e o desenvolvimento da população piauiense desde sua origem até meados do século XIX, sendo a fundação de Oeiras,[46] posta como a capital dessa região, o símbolo que indicou o alinhamento da população local no incentivo à prática dessa atividade.

A transferência da capital em 1852 para a cidade de Teresina relevou-se como a primeira etapa do processo de transformação do quadro econômico local. Nosso objetivo é entender o período da fundação de Teresina, década de 1850, analisando a atuação de políticos brasileiros na execução desse projeto, a participação da comunidade local seja na concentração de esforços para efetivar a implantação dessa mudança, seja na organização de oposição a partir da imprensa e a inserção dos políticos piauienses recém-formados nessa comunidade.

2.1 As continuidades da economia e as transformações da política

A pecuária foi a atividade praticada no Piauí que desde a sua fundação até meados do século XIX mais contribuiu para a formação da economia e da sociedade local. O surgimento do Piauí ocorre como uma consequência direta do desenvolvimento dessa atividade, sendo uma de suas características o assentamento humano em núcleos rurais com densidade populacional baixa.

Esse padrão de formação e de estabelecimento das comunidades piauienses permaneceu por todo o século XIX sem alterações significativas. Um dos poucos exemplos de organização urbana foi a fundação de Teresina como a nova capital da província em 1852. A criação de um novo centro governamental para o Piauí foi uma estratégia política que visou o desenvolvimento da região a partir do uso do rio Parnaíba, recurso que conectava desde o Sul da província até o litoral no Norte.

A cidade de Teresina surgiu então para atender a necessidade do Piauí de conectar suas regiões num esquema comercial cuja capital fosse um entreposto fluvial. Oeiras, a primeira capital, estava geograficamente distante do rio Parnaíba e representava o centro da pecuária

[46] Fundada em 1697, Oeiras foi a primeira capital da então Capitania do Piauí, sendo a elevação dessa localidade à posição de cidade o momento inicial do Piauí como território autônomo do reino de Portugal. Serviu como centro administrativo e político na região piauiense, pois se caracterizava numa região marcada pela atividade pecuarista. Dessa forma, a antiga capital piauiense teve um papel importante no processo de colonização e expansão territorial do Piauí até o século XIX. Cf.: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. 4 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

sulista piauiense. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, em seus estudos sobre o desenvolvimento da economia piauiense, explica que essa região vivenciava um período de estagnação econômica que começou desde o final do século XVIII e se estendeu até meados do século seguinte. Por isso, caracteriza a economia na primeira metade do século XIX da seguinte forma:

> O período que se inicia, a despeito de permanecer basicamente a pecuária de subsistência ocupando mais terras, bem como crescendo a população, pode ser chamado de estagnação, pois o fluxo da renda gerada pelas exportações de gado, aliás reduzidas, não era suficiente para assegurar nível de vida ascendente.[47]

Santana explica em seus estudos que, concluída a formação inicial da sociedade piauiense ao fim do século XVIII, a economia dessa região caracterizou-se pelo ritmo estagnado no entendimento de que não houve movimentação de capitais em um ritmo necessário para definir-se como em desenvolvimento. Alguns fatores indicam essa circunstância, como o isolamento geográfico da região em relação aos mercados consumidores de gado, a falta de densidade populacional adequada e a concentração de renda e de terras.

Nesse sentido, a ideia de transferir a capital para promover o desenvolvimento da região a partir da conexão com a cidade de Parnaíba no litoral era compreendida como uma solução por alguns dos administradores que o Piauí teve durante esse período. Sobre a percepção desses administradores do Piauí no contexto anterior à fundação de Teresina, Felipe Mendes pontua o seguinte: "A incapacidade da pecuária de promover o crescimento econômico era compreendida por visitantes e pelos Governadores da Capitania e, mais tarde, pelos Presidentes da Província, que vinham de fora e por isso tinham uma visão melhor do problema."[48] Uma das razões que indica o porquê de alguns desses administradores entenderem a mudança da capital como estratégia para o desenvolvimento econômico do Piauí reside no fato dessa parcela de políticos pertencerem a um estrato social de grande intercâmbio cultural.

Gustavo Henrique de Ramos indica em seu estudo sobre a transferência da capital piauiense que o projeto de mudança era uma proposta política desde antes a década de 1850: "Góes, por outro lado, ampliou esse modelo incorporando três perspectivas distintas (o centro da política, da indústria e da ciência) e o condicionamento da relação entre esses três elementos

---

[47] SANTANA, Raimundo N. M. de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos.* 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras: EDUFPI, 2017. p. 129.
[48] MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí.* 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 128.

na definição ou não do *status* de capital.” [49] Dessa forma, temos como exemplo a atuação de Zacarias de Góis e Vasconcelos,[50] que durante a sua administração (1845-1847) no Piauí, em seus relatórios, advogou pela causa da transferência da capital como sendo a maneira de promover o desenvolvimento da economia e da cultura local.

Era reservado ao cargo de presidentes das províncias a atuação como líderes do executivo a nível local, sob a égide da figura do imperador, que os selecionava pessoalmente, ou seja, esse cargo político-administrativo servia como um reforço da autoridade central nos diferentes blocos que compunham o Império. Pode-se concluir que a transferência da capital foi uma estratégia política pensada e executada por políticos não integrantes da comunidade política piauiense, visto que o plano de transferência foi realizado durante a administração de José Antônio Saraiva,[51] que era um político baiano, representante do governo central.

A comunidade oeirense produziu duras críticas a esse reordenamento político-econômico do Piauí, sendo destaque a posição que o periódico *Echo Liberal*[52] (1849-1852), que circulava na antiga capital, assumiu em suas publicações. Os jornais piauienses desse contexto representavam o grupo político que os financiava e produzia, ou seja, a imprensa cumpria sua função social na medida em que traduzia os interesses do grupo a quem pertencia. Os liberais

[49] VILHENA, Gustavo Henrique de Ramos. *Os fazedores da cidade*: uma história da mudança da capital do Piauí (1850 1852). 2016. 80 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 80.

[50] Zacarias de Góis e Vasconcelos nasceu na Província da Bahia, em 5 de novembro de 1815. Ele estudou Direito na Faculdade de Olinda, concluindo seus estudos em 1837. Sua carreira política teve início em 1843, quando foi eleito deputado para a Assembleia Legislativa da Bahia. Ao longo de sua trajetória, ocupou a presidência das províncias do Piauí (1845-1847), Sergipe (1847-1849) e Paraná (1853-1855). A partir da década de 1850, Zacarias de Góis e Vasconcelos ganhou destaque no cenário político nacional ao ser eleito para a Câmara dos Deputados. Na década de 1860, desligou-se do Partido Conservador e engajou-se na formação da Liga Progressista, ocasião que o fez assumir a presidência do Conselho de Ministros em três ocasiões: 1862, 1864 e 1866. Morreu no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1877.

[51] José Antônio Saraiva (1823-1895), nascido em Santo Amaro (BA), formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo e atuou como político no cenário nacional nos mais diferentes cargos e serviços. No Piauí, Saraiva atuou como presidente da província de 1850 até 1853. Durante seu mandato, Saraiva foi responsável pela mudança da capital de Oeiras para Teresina. A cidade de Teresina foi fundada em 16 de agosto de 1852 e recebeu esse nome em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II. Foi presidente das províncias de Alagoas (1853-1854), São Paulo (1854-1855) e Pernambuco (1859). Participou da formação da Liga Progressista na década de 1860. Sua projeção política ocorreu de forma contínua, lhe rendendo participação nos cargos centrais da burocracia e da política imperial. Foi presidente do conselho de ministros na década de 1880 (1880-1882; 1885).

[52] Jornal piauiense que foi criado por Tibério César Bulamarqui. Circulou em Oeiras (PI) desde o ano de 1849 até o ano de 1852, quando ocorreu a mudança da capital do Piauí para Teresina. Em sua publicação número 1 dizia ser o jornal que representava os liberais do Piauí naquele momento, pois o seu redator acreditava que frente ao mau uso do Estado, condição que observava na província, a bandeira liberal era a única condizente com os preceitos da Constituição do país. Cf.: BULAMARQUI, César Tibério. Prospecto. *O Echo Liberal*, Oeiras, n. 1, 27 set. 1849. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700649&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=1. Acesso em: 5 jul. 2023.

piauienses do período se organizavam em torno das lideranças de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva[53] e de Tibério César Bulamarqui.[54]

Os redatores do *Echo Liberal* publicaram as suas considerações sobre a ideia de transferir a capital. O estudo de Celso Pinheiro Filho sobre a imprensa local nos ajuda a compreender a posição desses líderes liberais: "Quando o Presidente da Província, Dr. José Antônio Saraiva, resolveu mudar a capital, Tibério, com seu jornal, sustentou a luta contra esta mudança, com uma bravura e destemor fora dos limites."[55] O uso da imprensa revela como o grupo político organizava a defesa dos seus interesses e expressava suas interpretações da ação do governo. A luta entre os membros da comunidade política local e os administradores enviados pelo governo central se condensa no Piauí nesse contexto.

Sendo assim, o grupo dos liberais piauienses tecia suas opiniões na imprensa criticando a administração Saraiva. Andreia Rodrigues de Andrade nos informa que "o periódico fez objeções contra José Antônio Saraiva, acusando-o do governar o Piauí como 'sua feitoria' e com 'pertinaz loucura de querer à força mudar a capital para o Poty'[...]"[56] Os liberais viviam um período de ostracismo político, pois a liderança da província estava sendo representada por um político conservador e a maioria da Assembleia Provincial naquele momento era composta por membros conservadores. O uso da imprensa foi a alternativa que os liberais piauienses adotaram para fazer oposição política nesse período.

Ana Regina Rêgo, em seu estudo sobre o uso da imprensa periódica no Piauí como instrumento de intervenção política, explica como se caracterizava a atuação dos liberais locais no século XIX nesse dispositivo: "A tradição dos Castello Branco na imprensa já se faz presente. Tibério César Bulamarqui e Lívio Lopes Castello Branco, por exemplo, não poupam vocábulos para desmoralizar os adversários."[57] A limitação da participação desse grupo nos

[53] Nascido na região de Campo Maior em 1813, foi um dos líderes do Partido Liberal na província do Piauí. Participou do movimento social insurgente conhecido como Balaiada e, no Segundo Reinado, atuou especificamente escrevendo na imprensa periódica: "Na imprensa jornalística do Piauí, foi um dos filhos desta terra que mais serviços prestou à causa da liberdade, escrevendo, além de outros, os seguintes periódicos: *O Liberal Piauiense*, o *Correio dos Municípios*, publicados em Caxias nos anos de 1846 e 1848; o *Aucapura* e o *Argos Piauiense*, publicados em Oeiras, em 1850 e 1852; o *Patuleia* em 1856, e *O Conciliador Piauiense* em 1857, impressos em Teresina. Também fez parte da redação de *O Propagador*, importante órgão do Partido Liberal da província, desde janeiro de 1858 até dezembro de 1860". Cf.: CASTELO BRANCO, 2012, p. 127.

[54] Nasceu na cidade de Oeiras em 1810. Foi comerciante e teve atividade política de grande importância a partir do uso da imprensa. A seu respeito, Miguel Borges escreveu: "Político franco e convicto, era defensor valente das liberdades públicas e um dos chefes mais prestigiosos e estimados campeões do antigo Partido Liberal." Cf.: CASTELO BRANCO, op. cit., p. 114.

[55] PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: HALLEY, 1997. p. 41.

[56] ANDRADE, 2016. p. 60.

[57] RÊGO, 2001, p. 194.

quadros da administração e burocracia pública local repercutiu com a sua atuação na imprensa periódica a partir do financiamento e redação de jornais.

Em outro estudo sobre essa temática, Ana Regina Rêgo estabelece que "a imprensa das décadas de 1840 e 1850 participa da vida pública do Império, dialogando e informando diretamente o público e as instituições legitimadas, cumprindo o papel de mediadora social".[58] Cabe destacar que o uso político da imprensa nesse período foi propiciado a partir de uma estratégia do governo em redirecionamento à luta das facções para o campo da escrita, visto que a estabilidade do sistema imperial era uma das ideias chave na política daquele período. Por isso mesmo, a imprensa se investe com a função de transmitir as críticas que a comunidade política tinha para o governo e torna-se ao longo do período monárquico um instrumento eficaz para a comunicação entre sociedade e Estado.[59]

Com o fim da década de 1840 foi definido como panorama geral de disputa e de atuação no governo do país a estrutura bipartidária, sendo os dois partidos o Liberal e o Conservador. A organização desses partidos políticos obedeceu mais a tradição das forças políticas locais do que a uma base ideológica ou programa partidário, pois, como nos informa Carvalho: "Até a publicação do programa do Partido Progressista em 1864, as divergências entre liberais e conservadores se prenderam quase que totalmente aos conflitos regenciais entre as tendências de centralização e descentralização do poder [...]"[60] Ou seja, a organização dos grupos políticos locais em torno dos partidos nacionais durante a década de 1850 se relaciona mais aos percalços históricos que esses grupos locais vivenciaram do que por causa da aceitabilidade ou incompatibilidade com a ideologia de cada partido.

A organização política da comunidade piauiense na década de 1850 tem como característica principal a ligação que os grupos familiares tiveram com as lutas pela Independência e com a Balaiada.[61] A esse respeito, Teresinha Queiroz nos explica que: "[...] a partir dos anos 1840, até o final do Império, essas regiões também se demarcavam como pelas

---

[58] RÊGO, Ana Regina. *Jornais monarquistas piauienses*: mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005, Novo Hamburgo. *Anais* [...]. Novo Hamburgo: UFRGS, 2005. p. 46.

[59] CARVALHO, op. cit., p. 54.

[60] Ibid., p. 206.

[61] Movimento revoltoso que ocorreu nos territórios do Piauí e do Maranhão entre os anos de 1838 e 1841 (Regência). Ficou conhecido com essa denominação porque a maioria dos participantes dessa revolta se relacionava com o trabalho de confecção de balaios (cestos). As causas para o surgimento desse movimento contestatório se relacionam com as políticas desenvolvidas no período regencial, que foram interpretadas por setores da população livre local como abusivas. Nesse sentido, o alistamento militar obrigatório foi uma dessas medidas que geraram grande insatisfação pelos setores sociais. O que favoreceu esse movimento ter tido grande destaque na história política do Piauí foi porque parte da comunidade política participou ativamente a fim de promover oposição ao governo de Manuel de Sousa Martins, estabelecido à época.

atuações partidárias mais fortes. Oeiras como centro do Partido Conservador, Parnaguá e Campo Maior como lideranças expressivas do Partido Liberal."[62] Conseguimos então compreender que existiu uma distribuição das forças políticas pelo território piauiense e que esse ordenamento obedeceu a lógica da participação que esses grupos tiveram na conjuntura política do período.

Pedro Vilarinho Castelo Branco nos informa que "[...] a imprensa no Piauí ganhou maior volume, particularmente, depois de 1852 [...] o que nos revela a ligação entre a política partidária e a demanda por imprensa, na vida da província."[63] Isso indica que o *status* de capital, antes pertencente a Oeiras, fez transmutar a vida política para a nova região que surge como um espaço político, impactando no surgimento em Teresina de uma comunidade que fazia o uso da escrita periódica para dialogar com seus pares.

O plano de transferência da capital piauiense foi executado de acordo com o que tinha sido estabelecido no projeto elaborado na administração Saraiva. A partir da fundação surgiram alguns desafios quanto a instalação dos lugares que a capital precisava. Amanda Chaves da Rocha faz uma análise sobre esse momento inicial da vida urbana de Teresina e explica que: "Tendo sido construída com certa urgência, é fácil entender os problemas estruturais que, então, surgiram [...]"[64] Deste modo, aliado à natureza econômica da província à época,[65] a movimentação política acelerada no processo de transferência da capital resultou nas dificuldades de formar Teresina.

A atuação da comunidade política piauiense no período se relaciona no gerenciamento das receitas públicas para produção do espaço urbano de Teresina. Amanda Rocha nos informa sobre como ocorreu a vida na capital em seu momento inicial: "A falta de prédios e construções apropriadas à instalação das instituições públicas era uma realidade em Teresina. Sendo assim, a maior parte das instituições funcionou em casas alugadas e que não possuíam estrutura apropriada [...]"[66] As dificuldades em torno da feitura dos espaços governamentais concorriam com o fenômeno de movimentar economicamente a cidade.

---

[62] QUEIROZ, Teresinha. Ressentimentos políticos e lutas de memórias em *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas. *In*: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, A. (org.). *Tempo & Memória*: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. 1. ed. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2020. 1 v.

[63] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí, no Período Regencial e início do Segundo Reinado. *In*: QUEIROZ, Teresinha; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (org.). *Páginas impressas*: história, imprensa e política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. 1 v. p 46.

[64] ROCHA, Amanda Chaves da. *Miguel Borges*: a atuação de um homem de letra no Piauí oitocentista. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2015. p. 21.

[65] QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense*: da pecuária ao extrativismo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

[66] ROCHA, op. cit., p. 25.

Podemos verificar a importância da imprensa no Piauí a partir da fundação dos periódicos que tinham função de interpretar a política e de traduzir suas ideias para a comunidade local na forma da escrita. Com a fundação de Teresina, o primeiro jornal a circular nessa cidade foi associado ao grupo dos conservadores. Ana Regina nos relata que "*A Ordem* posiciona-se como o primeiro jornal impresso em Teresina. [...] a redação fica por conta do jovem baiano José Martins Pereira de Alencastre."[67] Esse periódico surgiu como uma maneira dos conservadores explicarem o governo de José Antônio Saraiva, caracterizando-o como ressonante dos projetos do governo central para o desenvolvimento dessa região. Importante sublinhar que nesse momento, início da década de 1850, Saraiva estava no começo da sua vida política e que sua atuação estava concorrendo seu crescimento político ou sua limitação quanto as posições que poderia ocupar.

Durante a década de 1850, o governo central implementou uma série de projetos, como é exemplo a formação do Gabinete da Conciliação, que compreendeu o período do 12º gabinete (1853-1856), com Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná,[68] e do 13º gabinete (1856-1857), com Luís Alves de Lima, o então Marquês de Caxias.[69] Esse momento foi definido como de reorganização do mando político no Império brasileiro, com a volta dos conservadores ao cenário nacional, nos Ministérios e no Parlamento.

Alguns fatores devem ser considerados para que esses gabinetes, em especial o presidido pelo Marquês de Paraná, sejam interpretados: primeiro, que no ano de 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho dos Ministros, que era escolhido pelo imperador e que tinha como função escolher os representantes das pastas ministeriais. Segundo, que a longevidade desse ministério não pode ser traduzida como período de estabilidade das forças políticas, pois, no decurso desse ministério, liberais e conservadores, na Corte e nas províncias, se dividiram.

Os partidos do Império pouco se construíram como alas paragovernamentais, justamente pela ausência de um conteúdo programático coerente e de uma base associativa forte para além dos interesses particulares dos grupos que as compunham. Durante o momento da Conciliação,

---

[67] RÊGO, 2008, p. 11.

[68] O Marquês Honório Hermeto Carneiro Leão, também conhecido como Marquês de Paraná, foi um importante político brasileiro do século XIX. Paraná era reconhecido por suas habilidades políticas e sua capacidade de negociação, buscando a conciliação entre diferentes facções e interesses políticos. Sua atuação foi fundamental para a estabilidade política do país em um momento de intensa polarização entre liberais e conservadores.

[69] Luís Alves de Lima e Silva foi um sujeito da história brasileira do século XIX. Nascido em 1803, na cidade do Rio de Janeiro, e falecido em 1880, Caxias foi um militar de destaque e um dos principais líderes militares do Império brasileiro. Ele participou de muitas campanhas militares ao longo de sua carreira, sendo reconhecido por sua coragem, estratégia e liderança. Caxias teve um papel crucial na pacificação das províncias rebeldes durante o período regencial e também na Guerra do Paraguai, onde comandou as forças brasileiras com habilidade e determinação. Além de suas conquistas militares, Caxias também exerceu cargos políticos importantes, como Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros.

a falta de coesão desses grupos contribuiu para que as alterações forjadas pela política nacional tivessem como consequência a fragmentação desses grupos.

Norberto Bobbio explica que a atuação dos partidos políticos, que são verificados como organizações híbridas por fazerem parte tanto da sociedade como também do Estado, ocorre de forma particular, de acordo com o momento histórico e a realidade social observada.

Nesse sentido, para Bobbio, "um dos mais frequentes modelos de definir os partidos políticos é mostrando que eles cumprem a função de selecionar, portanto, de agregar e de transmitir as demandas provenientes da sociedade civil e destinadas a se tornar objeto de decisão política."[70] No caso específico do Império brasileiro no segundo reinado, os partidos políticos serviram de base para a acomodação das diferentes facções locais no bojo das assistências que o Estado provia por meio da política. A respeito do período da Conciliação, Estefanes explica que:

> Entre 1858 e 1860, no contexto de reelaboração do discurso partidário, que envolveu jornais e debates parlamentares, constituiu-se um antagonismo mais geral que se expressou no par de conceitos 'escola liberal' e 'oligarquia', relacionados com as diferentes concepções de política e economia envolvidas na questão bancária e com tópicos da tradição partidária da década de 1840.[71]

A experiência política dos partidos políticos na história do Império impactou para que surgissem visões diferentes sobre a função do Estado, sendo destaque a pauta sobre a centralização política que era defendida por conservadores e sofria críticas dos liberais. Nesse período, o sistema financeiro do país passou por mudanças significativas e enfrentou diversos desafios. A busca por soluções para essa questão fez com que fosse criado o Banco do Brasil em 1851, que tinha como objetivo centralizar as operações financeiras do governo. Durante a década de 1850, os esforços da política nacional se concentraram para organizar o sistema de crédito brasileiro, a fim de consolidar uma identidade econômica para a nação.

A Conciliação ensaiou um momento de coalizão entre Liberais e Conservadores devido à falta de projeto político de ambos os partidos nacionais, sendo esse período marcado tanto pelo grau de incompatibilidade entre facções quanto pelo paradoxo das alianças voláteis elaboradas na Corte. Esse gabinete conciliatório foi uma estratégia política do Poder Moderador para responder às críticas que os grupos liberais teciam sobre o protagonismo dos conservadores na política nacional e solucionar o descontentamento dos conservadores por causa do avanço de medidas que os desfavoreciam.

---

[70] BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: fragmentos de um dicionário político. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 23. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 45.
[71] ESTEFANES, op. cit., p. 93.

As consequências desse projeto de coalisão para a política nacional foram muitas e, se o teor de seu programa era moderado, a aplicação e a reverberação das reformas ocorreram de forma turbulenta para a estabilidade do governo.[72] O projeto da política da Conciliação prezou pelo equilíbrio das forças políticas no país, contudo sua aplicação revelou-se como sendo o domínio dos conservadores. No caso do Piauí, temos, para o período apresentado na tabela,[73] os conservadores representando o total de nomeações feitas pelo imperador.

Tabela 1 – Presidentes da Província do Piauí (desde a fundação de Teresina até o início da navegação a vapor do rio Parnaíba)

Nome	Período	Partido	Observações
José Antônio Saraiva	1850-1853	Conservador	Na década de 1860, esse político tornou-se liberal.
Simplício de Sousa Mendes	1853	Conservador	Atuou no cargo titular na transição de mandatos por ser o 1º Vice-Presidente.
Luís Carlos de Pereira Teixeira	1853	Conservador	Atuou no cargo titular na transição de mandatos por ser o 2º Vice-Presidente.
Antônio Francisco Pereira de Carvalho	1853-1855	Conservador	
Ernesto José Baptista	1855	Conservador	Atuou no cargo titular na transição de mandatos por ser o 2º Vice-Presidente.
Balduíno José Coelho	1855	Conservador	Atuou no cargo titular na transição de mandatos por ser o 1º Vice-Presidente.
Frederico de Almeida e Albuquerque	1855-1857	Conservador	
Lourenço Francisco de Almeida Castanho	1857	Conservador	Atuou no cargo titular na transição de mandatos por ser o 1º Vice-Presidente.
João José de Oliveira Junqueira	1857-1858	Conservador	

O impacto dessas administrações conservadoras para a comunidade política local resultou na organização dos liberais piauienses na imprensa, que nesse momento foi representada pela criação dos periódicos o *Conciliador Piauhyense* (1857) e *O Propagador* (1858-1860). O surgimento dessas folhas pode ser entendido tanto como a maneira que o grupo dos liberais do Piauí teve para participar desse contexto de implementação da política

[72] FERRAZ, loc. cit.
[73] Dados obtidos a partir dos estudos de Ana Regina Rêgo. Cf.: RÊGO, 2001; e TITO FILHO, 1975.

conciliatória nacional – o nome desses jornais indica a intenção de seus líderes quanto a definição dessas folhas frente àquela comunidade – quanto como a forma que esse grupo conseguiu organizar suas ideias e representar sua posição contrária à atuação dos conservadores a nível local.

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva participou como redator do *Conciliador Piauiense* e, no momento de sua circulação, existiram algumas questões apontadas por Lívio como dignas da atenção da comunidade política, por ocorrerem de forma diversa da Conciliação. Um exemplo ocorreu quando este jornalista liberal publicou em 21 de novembro de 1857, em *O Conciliador Piauiense*, uma réplica para as acusações dirigidas pelo político baiano José Martins Pereira de Alencastre[74] para os liberais no Piauí. A mensagem era a sua resposta ao comentário que este escritor publicou no jornal *O Comércio* (RJ), na qual descrevia os membros do Partido Liberal do Piauí como facciosos e opositores ao balanço das forças no poder, por estarem dificultando a realização da administração Junqueira por sua posição opositora.[75]

A mensagem do jornalista pode ser compreendida a partir do contexto de sua publicação, visto que a política conciliatória do governo central estava em voga naquele momento. A caracterização da comunidade piauiense como pacífica e organizada nos momentos de liderança do grupo oponente visava apresentar ao público do Rio de Janeiro uma ideia contrária a Alencastre. De fato, Lívio, em sua publicação, caracterizava a comunidade local como executora das propostas promovidas por aquele centro, pois mesmo em situação de ostracismo estavam sustentando a administração Junqueira.

O período dessa publicação coincide com o início da administração de João José de Oliveira Junqueira[76] (1857-1858) como presidente da província do Piauí – político baiano, membro do Partido Conservador. Dessa forma, conseguimos compreender o esforço que o grupo dos liberais no Piauí empenhava na construção de uma imagem coerente com a política orientada pelo governo central.

Meses após essa publicação, já na redação de *O Propagador*, o grupo dos liberais no Piauí iniciou comunicação com o jornal *Correio Piauhyense*, folha na província que era

---

[74] Nascido em 1831 na Bahia, esse sujeito foi um estadista na política brasileira. Exerceu vários cargos na administração pública, como é exemplo a liderança do executivo da província do Goiás (1861-1862) e de Alagoas (1866-1867). Contribuiu para a pesquisa histórica do Piauí com a elaboração e publicação de estudos sobre a região no título *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*.

[75] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. A redação do *Conciliador Piauyense* e o sr. José Martins P. de Alencastre. *O Conciliador Piauiense*, Teresina, n. 23, p. 1, 21 nov. 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844055&pagfis=39. Acesso em: 5 fev. 2023.

[76] João José de Oliveira Junqueira (1832-1887) foi um político brasileiro que se dedicou à atuação política nos mais diferentes setores públicos. Atuou como presidente da província do Piauí (1857-1858), do Rio Grande do Norte (1859-1860) e de Pernambuco (1871-1872). Foi deputado provincial e geral, representando sua província natal, Bahia. Foi um importante membro do Partido Conservador.

redigida pelo grupo dos conservadores locais, sobre a administração do presidente da província, João Junqueira, por causa do modo como esse administrador direcionou o governo do Piauí.

Alguns nomes pertencentes ao Partido Conservador local merecem destaque aqui por atuarem no governo de João José de Oliveira Junqueira. São eles: Antônio de Sousa Mendes Jr., que atuou como chefe de polícia do Piauí (setembro de 1857 até março de 1858) e como juiz de Direito da capital durante essa administração; José Mariano Lustosa do Amaral, que teve atuação na Assembleia Provincial (1858), mas teve sua candidatura cassada por incompatibilidade; e, ao fim da administração, foi nomeado vice-presidente da Província João Martiniano Fonteneles, que atuou como juiz municipal de Piracuruca (PI).[77]

Na publicação de 14 de agosto de 1858, o grupo de Lívio Lopes publica: "Quando o sr. Junqueira parecia cingir-se a política de moderação e concórdia, nós lhe tecemos alguns encômios, é verdade; mas deve isso por ventura colocar-nos na posição de não podermos censurá-lo hoje que se tem afastado do programa do governo central?"[78] O grupo dos liberais utilizou *O Propagador* para caracterizar a administração Junqueira por sob sua ótica. Explicavam aos leitores que o governo dirigia a província com política exclusivista e perseguidora contra aqueles que não pertenciam ao grupo dos conservadores puros.[79]

Os membros do Partido Conservador foram chamados de saquaremas e de puros, por seu núcleo de representação nacional ser no Rio de Janeiro e por defenderem a Constituição vigente.[80] Ocorreram algumas modificações na composição desses blocos por causa da forma como alguns de seus membros responderam às reformas. Os políticos organizaram seus discursos e suas práticas a fim de comprovarem sua associação com o bloco central do partido, justamente por existir a ideia de que a representação nacional servia como suporte para assistência política da comunidade local.[81]

Os liberais piauienses caracterizavam a administração Junqueira como distante das proposições do governo central quanto à política da Conciliação, fato que se atestava, relatavam, pelo estado de alijamento dos liberais. As posições centrais da política e da

---

[77] Informações obtidas no relatório de 1858, produzido por João Junqueira. Cf.: JUNQUEIRA, João José de Oliveira. *Relatório que dirigiu o presidente da Província do Piauí, o exmo. Sr. Dr. João J. D'Oliveira Junqueira, à Assembleia Legislativa Provincial no 1 de julho de 1858*. São Luís: Tipografia da Temperança, 1858., e algumas edições do jornal *O Propagador*.

[78] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. *O Propagador* ao *Correio Piauiense* número 98. *O Propagador*, Teresina, n. 29, p. 1, 14 ago. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=23. Acesso em: 5 fev. 2023.

[79] Essa nomenclatura foi usada nesse contexto para se referir àqueles políticos que destacavam a importância da fidelidade aos princípios da Constituição e ofereciam resistência a quaisquer compromissos ou alianças que pudessem diluir a força do governo central.

[80] MATTOS, loc. cit.

[81] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

administração pública no Piauí eram ocupadas pelos conservadores locais, o que, segundo os jornalistas liberais, verificava-se como situação contrária às determinações estabelecidas pelo projeto do Conciliação e também pela própria Constituição do país.

Um exemplo de medida adotada no período da Conciliação foi a Reforma Eleitoral de 1855. Essa reforma ficou conhecida por "Lei dos Círculos", porque organizou as eleições do país no sistema de representação em que cada distrito do Império elegia um representante para a Assembleia Geral. Essa forma de fazer as eleições era praticada em outros países à época e a regulamentação adotada que indicava a forma de proceder as eleições era semelhante à da França.[82]

Essa reforma estabeleceu que a província do Piauí enviaria mais um membro para o Rio de Janeiro, até a lei anterior o Piauí participava no cenário nacional com duas cadeiras na Assembleia Geral, porém, devido à criação de Teresina e ao estímulo de expansão populacional, foi entendido que essa região deveria formar a "cabeça" de distrito, formando assim três regiões distritais, sendo o centro de cada uma delas os municípios de Teresina, Oeiras e Parnaíba.[83]

Os conservadores puros entenderam essa reforma como um entrave à sua organização por causa da lógica com que as eleições operaram. O centro político das províncias, por exemplo, somente poderia escolher um representante, por ser esse a cabeça de um distrito. Dessa forma, os outros políticos deveriam ser escolhidos pelos outros distritos que formavam a província. Além disso, existia a obrigatoriedade de os candidatos terem residência fixa no lugar em que votavam.[84] Por isso ocorre a reação de oposição a essa reforma pelo grupo dos conservadores, pois viram as suas posições ameaçadas com a inserção de novos políticos na Assembleia Geral.

A reforma eleitoral aprovada no Gabinete da Conciliação foi uma decisão que facilitou o acesso de alguns dos segmentos liberais à política na Corte. Conforme José Murilo de Carvalho, sobre o impacto da reforma na eleição para a Assembleia Geral: "A renovação da Câmara foi grande nas primeiras eleições regidas pela nova lei (legislatura de 1857-60). Foram eleitos 20 liberais. O impacto foi tão grande que a lei foi alterada em 1860, passando os distritos

[82] FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. atual. Brasília: TSE/SDI, 2005. p. 157.

[83] JOBIM, Sfelson; PORTO, Walter Costa (org.). *Legislação eleitoral no Brasil*: do século XVI a nossos dias organizadores. Brasília: Senado Federal, 1996. 3 v. p. 116. De acordo com o mapa confeccionado em 1850, podemos saber que o Piauí tinha seis comarcas.

[84] A eleição ocorria de forma indireta, ou seja, o processo eleitoral ocorria em duas etapas principais quanto à participação das localidades. Primeiro participava a parcela da população que era responsável por escolher os eleitores dos cargos políticos. Depois de concluída essa eleição, cabia aos eleitores escolherem os representantes que atuariam nas Assembleias Provinciais.

a eleger três deputados em vez de um só."[85] Essa alteração buscou inviabilizar o acesso de representantes do grupo dos liberais.

O processo eleitoral no período imperial foi um sistema de manutenção de privilégios e de separação social entre aqueles que detinham o poder de fazer eleições e aqueles que não o tinham. O grupo que podia ser representado e tinha o aparato da máquina pública a seu favor realizava as eleições de forma eficiente para os limites de sua intencionalidade. Os grupos que podiam ser representados, mas que sofriam ostracismo político, resistiam às diversas formas de violência ensaiadas por aqueles. A menor oscilação nessa balança de forças resultava em investidas pela lei contra as possíveis mudanças.

A partir da década de 1850 já estava em curso o protagonismo das províncias do Sul com o eixo político-econômico do Império, com o Rio de Janeiro sendo a capital política do país e o café representando a matéria-prima de maior importância nas transações comerciais para o exterior. Isso gerou uma valorização a esse eixo no que se refere às políticas públicas de incentivo à indústria, comércio e comunicações dessa região.[86]

Nesse sentido, observamos esse período como um momento de modelagem da governança nacional em comparação com as décadas anteriores. As revoltas do período regencial deixaram uma mancha sob o sentido de organização popular e uma busca constante da manutenção da ordem pelos agentes do governo central.

O parâmetro para mensurar a aceitabilidade da política da Conciliação esteve na relação entre o ministério e a Assembleia Geral, pois, segundo Ferraz, "é possível afirmar que parcelas expressivas de ambos os partidos aderiram às propostas da Conciliação".[87] Porém, ressalta a importância de se atentar que os "liberais e conservadores não atuaram em conjunto; o apoio, ou não, ao ministério Paraná variou de bancada para bancada, de província para província. Individualmente, alguns políticos, vez ou outra, também trocaram de posição".[88] Neste sentido, o conjunto de esforços governamentais que fizeram da década de 1850 um momento de reordenamento político deve ser compreendido pelas particularidades de cada setor envolvido ou impactado por essa política.

Essas características giraram em torno dos interesses particulares e das necessidades de cada facção, que tinham seus representantes nas fileiras da representação nacional. As formas

[85] CARVALHO, op. cit., p. 399.
[86] FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 170.
[87] FERRAZ, op. cit., p. 93.
[88] FERRAZ, op. cit., p. 94.

de associação, os modelos de estímulo e o fortalecimento das redes de apoio político foram essenciais nas carreiras dos políticos que ascenderam à Corte como homens públicos.

Dessa forma, conseguimos entender que a função da imprensa ocupava espaço central no momento da construção de identidades e de circulação de ideias. Ou seja, o uso dos periódicos para apontar a posição de um administrador como contrária à política do governo central impactava negativamente para a carreira política desse político. Podemos verificar a importância desse instrumento no Piauí quando analisamos a posição de Junqueira em utilizar o periódico dos conservadores locais para publicar sua defesa, ou seja, a imprensa tinha um papel central na circulação de ideias e na construção das identidades.

No caso do Piauí, em relação ao processo eleitoral é importante ressaltar que a transferência da capital ocorreu num contexto em que a Assembleia Provincial, em sua maior parcela, era composta por membros do Partido Conservador. A nona legislatura dessa instituição (1852 e 1853) foi composta por vinte membros, sendo doze destes pertencentes ao Partido Conservador (sessenta por cento). Esse grupo se caracterizou como liderança política no Piauí nesse período, com o controle do governo.[89]

De acordo com a tabela[90] abaixo, podemos perceber que entre 1852 e 1859 a Assembleia Provincial piauiense foi composta em sua maioria por membros do Partido Conservador. A ação do governo executivo se associava diretamente com o legislativo na implementação de medidas, ou seja, no período observado a província do Piauí foi comandada politicamente por conservadores.

Tabela 2 – Deputados provinciais do Piauí por legislatura: 1852-1859

Período	Conservadores	Liberais	Sem informação
1852 – 1853	12	3	5
1854 – 1855	12	2	6
1856 – 1857	13	3	4
1858 – 1859	11	7	5

As fronteiras partidárias não foram superadas no Piauí nesse período de Conciliação. De fato, os resultados das eleições provinciais ocorridas entre a 9ª e a 12ª legislatura indicam a força dos conservadores no Piauí. Cronologicamente, o percentual de conservadores representou para o total, em cada uma dessas legislaturas, o seguinte: 60%, 60%, 65% e 47,82%.

[89] RÊGO, 2001, p. 227.
[90] Tabela produzida com dados obtidos em: GOMES, José Airton Gonçalves. *O legislativo piauiense (1835-1985)*. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985; RÊGO, 2001.

A administração Junqueira interrompe os trabalhos da Assembleia Legislativa do Piauí no ano de 1858, adiando para o mês de maio do ano seguinte. Os trabalhos legislativos tinham começado no dia 1º de julho de 1858. As razões que esse líder alegou para decretar esse ato foram duas. Primeiro, que os interesses do Piauí estariam ameaçados pelas pretensões individuais dos membros daquela assembleia representativa. Segundo, explicou que o bom funcionamento de uma instituição deveria ser harmônico entre todos os membros integrantes, o que não se comprovava por causa do "péssimo espírito que dominava a assembleia".[91]

O grupo dos liberais argumentava na imprensa que havia incoerência nos argumentos do administrador, pois não teria condição de verificar o nível de discordância entre os membros eleitos, já que a Assembleia só tinha realizado cinco sessões até sua dissolução em meados de agosto de 1858. Na publicação de *O Propagador* é exposto que teriam ocorrido somente as formalizações de posse, ou seja, em nenhuma dessas reuniões teria ocorrido debates políticos.

Com o adiamento dos trabalhos da Assembleia Provincial, o grupo dos liberais expressou sua insatisfação na imprensa com o uso de *O Propagador* e tentou verificar qual seria, de fato, a razão para que essa situação tivesse sido tomada pelo presidente do Piauí. Nas publicações foi apresentado que, de acordo com a lei, aquela decisão era ilegal, pois a lei estabelecia que as reuniões das Assembleias Legislativas deveriam ocorrer duas vezes por ano, o que, com o adiamento para maio de 1859, ficaria reduzido a uma reunião no ano de 1858. Os liberais, então, caracterizavam o administrador da seguinte forma na publicação de 21 de agosto de 1858:

> O sr. Junqueira, porém, que pode mais que a constituição e a interpreta melhor do que o Conselho de Estado, entendeu que o ano de que se trata é o financeiro e, por isso, fixou a época da reunião da assembleia não dentro de um ano civil, que se ultima em dezembro, mas em maio do ano vindouro.[92]

Os liberais publicaram em *O Propagador* um panorama das administrações do Piauí desde a fundação de Teresina até o ano de 1858. O intuito era apresentar o comportamento dos liberais piauienses durante outros governos conservadores no Piauí. Esses presidentes foram apresentados como lideranças que executaram uma política conciliatória no momento em que as forças políticas locais estavam se adaptando ao novo centro político da região. Com isso, os

---

[91] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Ao Sr. Junqueira. *O Propagador*, Teresina, n. 30, p. 1, 21 ago. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

[92] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Seria legal o adiamento? *O Propagador*, Teresina, n. 30, p. 3, 21 ago. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

liberais publicaram o seguinte em 4 de setembro de 1858: “Essas administrações, pois, haviam preparado os espíritos para a Conciliação ou antes pode-se dizer, haviam começado a Conciliação.”[93] O grupo de *O Conciliador* caracterizava a política executada na província como em obediência ao projeto político da Conciliação, por causa das ações dos administradores que serviam para reforçar essa política central no Piauí.

A única ressalva em relação a esse momento de inserção da política conciliatória foi a forma como alguns membros do Partido Conservador local mantiveram com os meios que tinham na política exclusivista de acesso ao poder. Esses sujeitos conservadores são identificados como os agentes que promoveram a ruptura com a política conciliatória, ou seja, que comungavam com a atuação política de João José de Oliveira Junqueira.

As publicações em *O Propagador* desenvolviam a ideia de que no Piauí ocorria a ruptura com o governo central desde a administração de Lourenço de Almeida Castanho[94] (1856-1857). Os liberais registraram que alguns conservadores mostraram resistência à administração Castanho, porque estavam ligados ao projeto da Conciliação do governo central. Apresentaram, então, na publicação de 4 de setembro de 1858: “A política conciliadora já havia ganho um imenso terreno: em Jaicós, Oeiras, São Gonçalo, União e Barras ela se achava por tal modo enraizada que todos os esforços dos retrógrados não puderam ainda, até hoje, destroná-la.”[95]

Não há referências de nomes, ou seja, a publicação identifica esses conservadores apenas de maneira indireta, como membros do Partido Conservador. A caracterização desses políticos como agentes da política conciliatória ocorre pela avaliação que o jornal faz desses membros quanto ao cumprimento de seus cargos, que, segundo a folha dos liberais, ocorria sem perseguição política.

Os liberais noticiam que, com o fim da administração Castanho, eles receberam de forma positiva João José de Oliveira Junqueira. Isso os impediu de afastá-los do convívio com o homem público, na participação ativa do seu governo. Nesse sentido, o grupo dos liberais explicava em sua folha que o acolhimento sem ressalvas e a duração de mais de um ano de mandato no Piauí eram os fatores determinantes que os permitiam entender a administração Junqueira com riqueza de dados.

Os liberais então analisaram as ideias do presidente da província publicadas no *Correio Piauiense*, jornal que era definido como sendo a folha oficial do governo do Piauí na época, do

---

[93] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Estado em que achou o sr. Junqueira o Piauí. *O Propagador*, Teresina, n. 32, p. 1. 4 set. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.
[94] Lourenço Francisco de Almeida Catanho (1816-1886) foi um magistrado e político brasileiro.
[95] SILVA, loc. cit.

qual Junqueira participava como redator. A resposta de João José de Oliveira Junqueira às acusações recebidas dos liberais foi a listagem de três características que esse administrador indicava sobre o seu governo no Piauí em concordância com a política do governo central. Primeiro, que ambos os partidos tinham recebido nomeações durante sua administração; segundo, que não haviaa mais perseguições políticas no Piauí; e, por último, que a Assembleia Provincial estava composta em maioria por membros do Partido Liberal.[96]

O grupo de Lívio treplica, explicando que Junqueira tinha um entendimento equivocado sobre a identidade partidária dos políticos locais, pois esse administrador identificava alguns políticos locais como membros do Partido Liberal apenas por existir convergência da atuação política desses com o programa da Conciliação. Nesse sentido, o jornal explicava que os dados mostravam que a maioria naquela legislatura da Assembleia Provincial correspondia a políticos conservadores.

A redação liberal mensura a distância entre a política da Conciliação e a atuação política de Junqueira a partir de sua visão dicotômica da sociedade. O jornal inferia que a visão desse presidente quanto à caracterização dos políticos conservadores locais como sendo pertencentes do grupo liberal era apenas um ressentimento desse político, pois sua administração recebia oposição dos conservadores piauienses.

Nesse mesmo período a comunidade piauiense concentrou esforços para executar a navegação a vapor pelo rio Parnaíba. Sobre a organização política desse período, Teresinha Queiroz comenta:

> No Piauí, estava claro para alguns políticos, desde os meados do século XIX, que a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio da exportação de produtos agrícolas, só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes.[97]

Esse projeto visava o desenvolvimento da região a partir do uso desse recurso hídrico para realização do comércio dos insumos locais. A fundação de Teresina às margens desse rio permitiu que a comunidade política local, representada pelos legisladores, administradores e fiscais públicos, se organizasse melhor na intenção de executar esse planejamento.

Durante a década de 1850, ganha destaque as atuações de José Antônio Saraiva e de João Lustosa da Cunha Paranaguá no plano nacional. Podemos definir suas atuações na Assembleia Geral como sendo o primeiro momento na Corte da relação desses políticos com a

---

[96] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Chegada de Sr. Junqueira – esperanças, dúvidas, promessas. *O Propagador*, Teresina, n. 33, p. 1, 11 set. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.
[97] QUEIROZ, 2006, p. 15.

pauta do desenvolvimento do Piauí. A esse respeito, Chico Castro nos informa: "Entra em terceira discussão o projeto de navegação na acalorada sessão de 6 de setembro de 1853. [...] Nos debates participaram Lustosa da Cunha, Saraiva, ambos defendendo a proposta [...]"[98] Dessa forma, podemos entender que houve um envolvimento desses políticos com a discussão dos projetos para a província do Piauí.

José Antônio Saraiva realizou a transferência da capital piauiense com a prerrogativa de utilizar o rio Parnaíba na conexão das localidades piauienses a partir da navegação a vapor. Esse político se associou a essa pauta mais uma vez quando, na posição de Ministro da Marinha do Império (1857-1858), autorizou a construção da primeira embarcação para uso nas águas do Parnaíba. Andreia de Rodrigues Andrade nos informa que a administração Junqueira "obteve autorização de José Antônio Saraiva – na ocasião Ministro da Marinha – e encomendou o vapor Uruçuí, no Rio de Janeiro".[99]

João Lustosa da Cunha Paranaguá atuou como parlamentar pelo Piauí na Assembleia Geral. Chico Castro apresenta sua atuação nessa esfera do poder a partir das ideias que apresentou e defendeu sobre o Piauí. Por isso, apresenta que "os apelos da Assembleia Legislativa do Piauí, desde 1850, para tornar possível a navegabilidade do rio Parnaíba, reverberaram na Câmara dos Deputados pela voz atuante do político piauiense, que se manifestou por diversas ocasiões enfocando a matéria".[100] Paranaguá atuou na política nacional representando os interesses do Piauí.

Sendo assim, seus discursos na Assembleia Geral atentavam para a necessidade de comunicação entre as províncias, direcionando para a ideia do momento, que era a integração nacional. Explicava também que as consequências da navegação a vapor pelo rio Parnaíba seriam benéficas também para as províncias vizinhas do Maranhão e do Ceará. Despertava atenção para o fato de que a transferência da capital tinha ocorrido para esse propósito, sendo importante executar esse projeto, visto que o desenvolvimento da nova capital se relaciona diretamente com ele.[101]

A redação do jornal *O Propagador*, em suas publicações, explicava que a administração Junqueira não estabelecia os melhores meios para a realização da navegação a vapor do rio Parnaíba. Isso porque a execução desse projeto estava ocorrendo de maneira exclusiva com os recursos financeiros de Tesouro Provincial do Piauí, ou seja, os estudos e os trabalhos de

---

[98] CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação Edições Câmara, 2009. p. 35.
[99] ANDRADE, op. cit., p. 77.
[100] CASTRO, op. cit., p. 32.
[101] CASTRO, op. cit., p. 35.

limpeza do leito do rio e a construção do vapor eram exemplos que os liberais citavam em sua argumentação que ocorriam como despesas que impactavam o orçamento público do Piauí.

Os liberais entendiam que deveria haver a participação da província do Maranhão na realização desse projeto, visto que o rio era um recurso que correspondia aos dois territórios. Além disso, visualizavam que para a receita pública do Piauí haveria mais vantagens com a participação da iniciativa privada. Portanto, a ideia central sobre a navegação, contida em *O Propagador*, era que a administração Junqueira não respeitava a natureza da arrecadação local, pois concentrou as despesas na execução do projeto nos cofres do Piauí. Dessa forma, o jornal, em sua publicação de 5 de outubro de 1858, caracterizava o administrador da seguinte forma:

> O sr. Presidente assemelha-se a certos homens, que, tendo a mania de construir, o que fazem sem consultar seus meios, comprometendo sua pouca fortuna levantando edifícios vaporosos, sem alicerces, sem argamassa conveniente, com madeiras e outros materiais que apenas duraram a conclusão dos mesmos edifícios. Que importa? O indivíduo se satisfez a paixão edificadora, teve o gosto de ver o palácio, tratará de outro.[102]

Observavam que a presença de um engenheiro de obras era fundamental, visto que existia planejamentos que envolviam a construção de dique, "rampa e passeio público". Esse grupo informava ainda que a compra direta de embarcações prontas pela Inglaterra seria a solução menos prejudicial em termos financeiros, e mais rápido do que construir as embarcações a partir do trabalho de funcionários pagos pela província e de materiais adquiridos pela mesma. E, por fim, a inserção da iniciativa privada para operacionalização das viagens deveria ser priorizada.

Os liberais solicitavam do governo uma comunicação efetiva com a Assembleia Provincial sobre gastos realizados, a fim de esclarecer os dados necessários daquela instituição. Dessa forma, a pauta do adiamento dos trabalhos legislativos perdurou em todas as publicações de *O Propagador* após agosto de 1858, justamente porque o grupo de redatores verificou que a falta das reuniões dos deputados era um entrave para o esclarecimento das questões sobre a navegação do rio. Os presidentes de província deveriam apresentar na Assembleia Legislativa relatório sobre a realidade das finanças provinciais durante o seu governo. Nesse sentido, o jornal liberal argumentava que para o ano de 1868 a Assembleia Provincial do Piauí ficaria sem acesso a esses dados.

---

[102] A ATUALIDADE do sr. Junqueira: esbanjamento e arbitrariedades. *O Propagador*, Teresina, n. 38, p. 2, 5 out. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

O envolvimento de Saraiva e Paranaguá no cenário político do Rio de Janeiro e a administração Junqueira operacionalizando o projeto, indica que a sua realização foi executada dentro da tradição centralista do governo, pois esses políticos obedeciam ao governo central.

Os projetos que mais se destacam durante a década de 1850, ou o período da Conciliação, foram a mudança da capital e a execução da navegação a vapor do rio Parnaíba, liderados por políticos pertencentes ao Partido Conservador. A objetividade dos registros oficiais do Piauí informara sobre essas realizações como sendo o resultado da atividade de sujeitos conservadores que atuaram em prol do desenvolvimento local e em comunhão com o projeto de Conciliação do governo central.

O uso da imprensa periódica como instrumento cívico de interpretação das decisões do governo foi a prática que permitiu aos liberais piauienses organizarem seus debates, a fim de constituir-se como oposição com a publicação das suas ideias e com a solicitação de respostas dos líderes conservadores frente às questões que identificavam.

2.2. As reverberações da Conciliação e a nova geração política ao fim da década de 1850

A vida pública dos bacharéis formados nas faculdades de Direito do Império começava, por via de regra, com a atuação nos cargos administrativos, na assistência ao poder judicial nas comarcas ou na imprensa periódica. A inserção desses políticos recém-formados na vida política das suas províncias era marcada pela filiação partidária e, por conseguinte, pela atividade profissional que determinava sua projeção pública, que ocorria de acordo com a experiência individual. Em seu estudo sobre a vida política da província do Piauí, Teresinha Queiroz nos informa que:

> As ligações dos bacharéis com o Estado são muito grandes e é clara a preferência pelas carreiras judiciárias, principalmente pela magistratura, que absorveu 50% dos bacharéis (49,29%), que também foram em boa medida Promotores (25,21%) e Juízes Municipais (15,49%). A ocupação desses cargos era via de regra sucessiva, tendo a carreira início como Promotor ou como Juiz Municipal, daí passando para Juiz de Direito, que era a carreira por excelência, tanto no Império como na República.[103]

É possível identificar a experiência profissional dos grupos letrados brasileiros durante o período monárquico como diretamente associada à máquina pública. O Estado teve como função ser uma instância provedora de renda a partir dos serviços prestados. José Murilo de Carvalho, sobre as carreiras dos bacharéis, nos informa o seguinte: “O cargo político não era

[103] QUEIROZ, 2011, p. 112.

apenas um serviço como o era para um político inglês [...] Por causa de sua dependência financeira em relação ao emprego público, essas pessoas tinham também um interesse material muito concreto na manutenção e expansão da burocracia."[104] Existia um percentual que não dependia exclusivamente dos vencimentos do Estado, porém a maior parte dos homens que tiveram carreira política nesse período estiveram nessa relação de dependência.

No caso do Piauí, ganha destaque a utilização da imprensa periódica a partir da década de 1850 pela comunidade política local na conduta das questões públicas que faziam parte da agenda do governo da época. O uso desse dispositivo no direcionamento desses assuntos indica um ajuste dos políticos piauienses ao plano nacional de incorporação dos modelos europeus na política brasileira, sendo o uso da escrita um destaque na dinâmica política do Império.[105]

Na segunda metade do século XIX ocorreu no Piauí o crescimento do protagonismo que os periódicos tiveram no contexto político local. Ana Regina nos lembra que: "A imprensa, enquanto instituição atuante na esfera pública, exerce o papel de destaque na preservação da ordem."[106] Nesse sentido, os integrantes dos partidos políticos piauienses organizaram-se enquanto partícipes de seus respectivos grupos por meio do mundo das letras.

A história da imprensa do Brasil está relacionada ao processo de emancipação política do país, na medida em que este meio de comunicação foi sendo cristalizado durante o século XIX como uma plataforma por meio da qual ideias podiam ser representadas pela palavra escrita. A esse respeito, Ana Regina rego nos informa: "A imprensa eminentemente política no Piauí data do século XIX, como resultado da confluência conjuntural formada no limiar entre espaço público e direito privado [...]"[107] A Província do Piauí acompanhou essa nova forma de atuar politicamente pela necessidade de representar seus discursos e ideias de maneira correlata, como ocorria nas outras províncias e no Rio de Janeiro.

Essa plataforma acolheu e acomodou os grupos políticos em suas diferentes composições. Desse modo, os periódicos constituíram-se como lugar para luta política, acomodando os grupos sociais na segunda metade do século XIX. Clodoaldo Freitas observa que: "Nesse tempo a imprensa era uma terrível arma de combate e o direito uma divindade a que todos rendiam culto."[108]

Ao final da década de 1850, a identidade política do Brasil teria mudado, seja por causa da nacionalização do grupo dos bacharéis que atuaram na política e na administração do Estado,

---

[104] CARVALHO, op. cit., p. 113.
[105] SODRÉ, loc. cit.
[106] RÊGO, 2001, p. 181.
[107] RÊGO, 2008. p. 14.
[108] FREITAS, 2012, p. 62.

seja porque as reformas assinadas nos gabinetes conservadores anunciavam o advento das mudanças que ameaçavam a ordem política do país.

As propostas de reforma governamental que mais tiveram impacto na organização dos grupos políticos brasileiros e na consequente operacionalização do fazer político desses grupos foram a Reforma Judiciária (1854)[109] e a Reforma Eleitoral (1855). Essas medidas foram entendidas de maneiras múltiplas pelos membros dos partidos políticos do Império. A estruturação do judiciário foi interpretada de diferentes maneiras pelos setores liberais, visto que esse grupo se caracterizava pela conjunção de diferentes facções distribuídas pela nação, derivando diferentes avaliações da posição e da função que o centralismo político deveria receber na ordem da administração do governo nas localidades.

Estudar história política é perceber as possibilidades do exercício de poder no cotidiano da realidade investigada, ou seja, devemos entender as contradições das forças que operam o sistema político em seus muitos aspectos. Berstein explica que "entre um programa político e as circunstâncias que o originaram há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificada".[110] Na reflexão sobre o período estudado, devemos entender que os domínios da vida pública e privada ainda não tinham sido definidos com clareza por aquela sociedade, fazendo a política perpassar as relações dos sujeitos políticos para além do uso do Estado.

Por isso, na intenção de compreender a organização dos grupos políticos, deve-se lançar luz sobre os códigos adotados e o programa selecionado para entender a construção das ideias e sua execução. Berstein explica: "É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso."[111] Em um período cuja condução dos negócios privados era realizada com base na oralidade e, por isso mesmo, a oratória era valorizada como uma qualidade social, os discursos realizados são fontes de compreensão para as alianças formadas e os movimentos realizados.

A formação acadêmica de parte do grupo político brasileiro no século XIX foi um dos aspectos da herança portuguesa que mais impactou a construção da sociedade brasileira nesse

---

[109] Essa reforma teve como objetivo modernizar e aprimorar o sistema jurídico do país, que até então era considerado ineficiente e burocrático. Entre as principais mudanças introduzidas pela reforma estavam a criação de tribunais de segunda instância nas províncias, a reorganização das cortes de apelação e a padronização dos procedimentos judiciais.

[110] BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 91.

[111] BERSTEIN, loc. cit.

período. O sintagma político no Império brasileiro foi composto em sua quase totalidade pela presença de bacharéis em Direito.

Nesse sentido, as escolas de Direito promoviam um movimento convergente das províncias em torno de si, para assim compor o cenário político brasileiro. A comunidade política da Província do Piauí durante o século XIX teve sua formação, de forma majoritária, na Faculdade de Recife.[112] Isso é consequência tanto da posição geográfica quanto da herança da administração colonial, que promoveu uma comunicação do Piauí com outras localidades, dentre elas Pernambuco.

Teresinha Queiroz analisa a formação dos bacharéis em Direito pela Faculdade de Recife pelo corte de geração: "[...] a geração de José Manuel de Freitas (1832-1887), que estudou em Olinda durante a década de 1850 e que teve entre seus colegas estudantes os conterrâneos Polidoro César Bulamarqui, Deolindo Mendes da Silva Moura e José Coriolano de Sousa Lima."[113] Esse grupo de bacharéis ocupou diversas posições na estrutura do sistema político piauiense a partir da conclusão de seus estudos. Esse grupo compartilhou entre si, para além da mesma formação na mesma academia pública, laços familiares.

No fim da década de 1850, ocorreu o retorno desses bacharéis formados pela Faculdade de Direito em Recife (PE) e o ingresso na vida política da província do Piauí. Tiveram na década seguinte trajetória pública bastante pronunciada dentre os demais. Para a nossa análise escolhemos dois políticos, Deolindo Mendes da Silva Moura e José Manoel de Freitas, por conta da amplitude de cargos que assumiram e também pela liderança que tiveram no Partido Liberal do Piauí durante a década de 1860.

O contexto da inserção de Deolindo Moura na vida política ocorreu pela imprensa local na redação de *O Propagador,* correspondendo ao período que esse veículo começou a posicionar-se como oposição à administração de João José de Oliveira Junqueira.

Durante a administração Junqueira, os liberais fizeram uso de *O Propagador* e o administrador da província publicou no periódico *Correio Piauiense*. O registro das ideias desses grupos e a interação que tiveram por meio de suas folhas nos informa sobre a importância da imprensa e de como essa comunidade atuou politicamente por meio das letras, ou seja, podemos avaliar o valor da escrita pela forma como esses grupos publicaram suas ideias sobre a vida política da época.

O grupo dos liberais era liderado por Lívio Lopes, que estrutura na imprensa a explicação dos ocorridos na província, de forma que tem como intenção oferecer àquela

[112] QUEIROZ, 2011, p. 92.
[113] Ibid., p. 93.

comunidade sua interpretação sobre a realidade local, em contraponto às ideias oferecidas por João José de Oliveira Junqueira. *O Propagador* comunicava que essa administração tinha selecionado posições coadjuvantes para os liberais na política piauiense, de modo a não interromper o mando dos conservadores locais. Nesse sentido, na edição de 18 de setembro de 1858, o grupo de Deolindo Moura apresentava sua crítica em *O Propagador* sobre as nomeações que os liberais tiveram para funções sem importância da administração provincial.[114]

O panorama das posições nos serviços do Estado, indicadas na folha noticiosa dos liberais, era marcado pela predominância de conservadores nos cargos de liderança do corpo judicial e policial da província. O *Propagador* verificava essa situação como um desmonte do cenário público defendido na Corte e que "o que era suportável em outros tempos não o é hoje, em vista das novas ideias aceitas até pelos chefes mais exaltados e proeminentes do saquarenismo."[115] Na leitura dos liberais, o projeto de João José de Oliveira Junqueira era o alijamento político dos liberais.

A perturbação política dessa administração estaria, segundo os liberais, fazendo crescer um clima de desentendimento entre aqueles que estavam coexistindo na esfera pública. O ataque direto aos liberais por meio de acusações publicadas no *Correio Piauiense* e a forma desse líder do executivo estigmatizar os políticos que comungavam com a política da Conciliação estavam originando um sentimento de tensão nesses sujeitos, já que viam suas posições ameaçadas.

O Propagador tentava convocar, a partir de suas publicações, todos os políticos piauienses que acreditavam e atuavam a partir da política da Conciliação para fazer oposição mais ampla à política exclusivista de Junqueira, quando os incitava em sua nota publicada em setembro de 1858: "Poderá o partido conciliador estar satisfeito com a conciliação do sr. Junqueira?"[116] O clima de desconfiança e de cautela crescia no seio político piauiense.

A resposta de João Junqueira indicava que os liberais estavam agindo apenas por ressentimento, mas o grupo de Deolindo Moura afirmava em sua folha que apenas queriam que o presidente admitisse suas ações como parciais. O administrador justificava seu posicionamento contrário aos liberais porque tinha sido verificado anteriormente lideranças liberais com desempenho ruim, colocando assim o desenvolvimento da província em perigo

---

[114] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Nomeações de liberais feitas pela presidência por ou propostas suas. *O Propagador*, Teresina, n. 35, p. 1, 18 set. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.
[115] Ibid., p. 2.
[116] Ibid., p. 3.

Os liberais expunham que, nesse período, a comunicação com o líder conservador local era difícil, sendo que o presidente, em suas respostas, fazia uso de insultos e difamações, mesmo o grupo liberal usando linguagem comedida e cordial. O clima de estranhamento se solidificava entre os piauienses com a liderança de Junqueira.

Ao fim da administração de João Junqueira, Deolindo Moura estava em pleno desenvolvimento de sua trajetória política como homem público do Piauí. Tal movimento era observado com contrariedade por parte dos membros do Partido Conservador:

> O mesmo sr. Junqueira ofertou os juizados municipais da Parnaíba e S. Gonçalo, que foi instado, bem como para aceitar a promotoria de Oeiras ou qualquer outra; e que nos últimos dias dessa administração, já estando despachado Procurador Fiscal da Fazenda Geral, foi convidado a ser provido efetivamente na procuradoria fiscal provincial; o sr. Dr. Deolindo, dizemos, que tem aptidão, que goza de conceito e possui uma boa fortuna, licitamente adquirida, que lhe garante independência, além da que é própria do seu caráter, não estará por ventura nas condições de ser Juiz Municipal de Teresina?"[117]

Dessa forma, é compreendido que a ala dos conservadores fazia oposição à atuação de Deolindo Moura nos mais diferentes cargos da administração pública. Em pouco tempo com atividade profissional, esse sujeito já teria se lançado no seio da política local, recebendo nomeações importantes, como é exemplo sua atuação como Procurador Fiscal da Província do Piauí (1859) durante a administração de Antônio Correia de Couto.

Como conclusão sobre esse período inicial, observamos que Deolindo Moura recebeu apoio de seus correligionários e que o indicativo disso pode ser sublinhado na sua presença como redator da folha periódica, que representava o grupo dos liberais. Foi eleito para a 12ª legislatura da Assembleia Provincial e recebeu nomeação do administrador da província à época para fazer parte da Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba,[118] que era o órgão que regulava sobre todos os assuntos pertinentes à exploração e uso daquele rio.

Na publicação de 4 de junho de 1859, *O Propagador* publicou algumas notas sobre responsabilidade dos redatores. Uma delas explicava sobre como o momento político de coalisão, inaugurado anos antes com o ministério Paraná, tinha arrecadado ao longo desse período novos entendimentos e posturas entre aqueles que operacionalizaram a política da Conciliação.

---

[117] A RESPOSTA à correspondência da Teresina, publicada no *Observador do Maranhão* no dia 5 do findo mês de março. *O Propagador*, Teresina, n. 38, p. 2, 3 abr. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

[118] A Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba contribuiu para a expansão das atividades comerciais, o escoamento da produção agrícola e o crescimento urbano ao longo das margens do rio, desempenhando um papel significativo na história do transporte e na conectividade do Piauí com o exterior durante o século XIX. Ver em: FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2 ed. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. p. 187-185.

Explicava que a imprensa se instituía de função única e central nesse momento da história do país, pois servia como o guia da sociedade no caminho em direção à ordem e à civilização. Portanto, era fundamental que o seu uso fosse regulado pela moral e pelo anseio de permitir a construção da nação. Na edição publicada em 4 de junho de 1859, o periódico informava: "[..] a função da imprensa morigerada e progressista deve fundar-se em cortar-lhes todo o pretexto e evitar toda a ocasião de alimentar ódios e questões mesquinhas."[119] O jornal idealizava esse contexto de que as letras prevalecessem na organização social do país e que a imprensa fosse órgão mantenedor da civilidade naquela comunidade.

O jornal indicava que o uso da imprensa deveria promover o equilíbrio entre a defesa das liberdades individuais e o cumprimento dos deveres cívicos para com a autoridade estabelecida. As barreiras econômicas da região seriam superadas a partir do exercício correto da política por aqueles homens públicos a serviço dos interesses e necessidades reais dos seus eleitores. Continua na edição número 71, explicando que:

> É sempre assim que são formados os novos partidos, com os fragmentos dos que hão enrolados as bandeiras de outrora, isto é, as reações extremas. A calma dos espíritos, oriunda da política da concórdia e da conciliação, deu lugar a que os partidos se reorganizassem com novas ideias.[120]

Os liberais exploravam a ideia de atuação conciliadora cuja função reservada aos políticos seria permitir o avanço do país e das localidades pela representação dos interesses da sociedade. As publicações dos liberais enfatizavam que os postos da administração estatal deveriam focalizar as questões públicas que envolviam a sociedade e não deveriam ser espaço para concretizar perseguições ou desenvolver vinganças pessoais.

Ao contrário de como ocorreu o início da vida pública de Deolindo Moura, em Teresina pelo jornalismo político, a de José Manoel de Freitas iniciou-se na província do Maranhão, onde foi nomeado Promotor Público da comarca de Caxias, a segunda maior cidade daquela província, na administração de João Lustosa da Cunha Paranaguá (1858-1859). De maneira análoga, atuou como jornalista na folha que os liberais tinham naquela cidade, a *Imprensa Caxiense*. O grupo dos liberais no Piauí informava sobre esse feito na publicação de 15 de janeiro de 1859:

> Sentimos que o nosso outro distinto patrício, o sr. Dr. José Manoel de Freitas, não viesse também ajudar-nos com seus conhecimentos, no empenho em que nos achamos

[119] MISSÃO da imprensa; união dos liberais, moderação e ordem; lembrança do passado; cuidado com o futuro. *O Propagador*, Teresina, n. 71, p. 1, 4 jun. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.
[120] MISSÃO..., loc. cit.

> de fazer prosperar esta província que nos é tão cara, entretanto, congratulamo-lo pelo emprego, que ocupa em Caxias, confiamos que de lá mesmo se digne coadjuvar-nos como bom amigo.[121]

Essa menção nos revela que o jornal piauiense assumia uma posição de receptor dos bacharéis que tinham propensão a participar da vida pública local e que compartilhavam a sintonia ideológica com o periódico.

Posteriormente, José Manoel de Freitas foi nomeado como secretário interino do governo provincial, na administração de Antônio Correia de Couto[122], no Piauí. Os deslocamentos realizados pelos políticos durante o período imperial nos atestam que a atuação política era, muitas vezes, uma experiência de interrupções quanto à permanência física em localidades. Isso é exemplificado com a ida de José Manoel de Freitas da província do Maranhão, que foi o lugar por onde começou sua atividade profissional, para a província do Piauí na década de 1860.

A reorganização política, percebida como um sintoma consequente das medidas do ministério da Conciliação, era um processo que envolvia o Rio de Janeiro, centro político-ideológico, e as províncias, que recebiam orientação, e que, de acordo com as particularidades locais, forjavam adaptações a partir da atuação dos políticos no nível local. Nesse sentido, os liberais piauienses observavam o seguinte: "A imprensa adversária, logo que nos veja em pé firme resolvidos ao cumprimento de tão sagrados deveres, há de recuar de exaltamento, e das injustas provocações com que nos tem agredido."[123]

A inserção de liberais nas esferas da representação governamental e nas instâncias da administração pública foi observada como um ataque à posição dos conservadores. Em *O Propagador* era publicado que o acesso e a presença de liberais em posições centrais quanto aos cargos da administração e da burocracia provincial eram resultados da distinção intelectual desses indivíduos, visto que, no desempenho de suas funções como secretário do executivo provincial, José Manoel de Freitas recebe elogios desse gabinete em relação ao zelo e ao cumprimento de suas atribuições, revelando ter os conhecimentos necessários para aquela função.[124]

---

[121] SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Notícias e fatos diversos. *O Propagador*, Teresina, n. 53, p. 4, 15 jan. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.
[122] Período que corresponde a seu mandato como presidente, que vai de 24 de janeiro de 1859 a 27 de junho de 1859. Cf.: TITO FILHO, 1975.
[123] MISSÃO..., loc. cit.
[124] MISSÃO..., loc. cit.

As folhas periódicas se apresentavam ao público a partir de uma identidade associativa do grupo que as compunha. Desse modo, existiam vários interesses que competiam espaço nas publicações, pois representavam a forma como o grupo poderia expressar suas ideias e construir sua imagem. Essas folhas também obedeciam a um sistema de cooperação entre os grupos localizados no mesmo partido nacional, fazendo com que surgisse apoio de publicação entre folhas de outras províncias, de modo a reforçar ideias e posicionamentos.

A inserção e o início da atividade política de José Manoel de Freitas foram observados por alguns membros da política com ressentimento, sendo que existia uma competitividade grande em torno desses cargos, porque, para a maioria daqueles que pertenciam à comunidade de letrados, essa atuação era a principal fonte de renda.

A 13 de novembro de 1859, David Moreira Caldas[125] publica nota nas páginas de *O Propagador*. Essa mensagem era uma resposta à publicação feita por Casimiro José de Morais Sarmento[126] na página de *O Expectador*, na qual esse sujeito analisava os escritos de José Manoel de Freitas, cujo seguinte trecho: "Minha alma é muito pobre. Mas é nobre. Pois não rende culto a um rei!",[127] caracteriza-os como contrários ao sistema monárquico porque, como apontava Sarmento, fazia alusão ao republicanismo.

David Caldas introduz sua mensagem com a apresentação de como tinha organizado a sua defesa. Isso porque, argumentava o jornalista, a honra de José Manoel de Freitas tinha sido questionada frente às proposições de Casimiro Sarmento. A arguição inicia criticando a maneira como as considerações sobre José Manoel de Freitas foram elaboradas, de forma que mais se assemelhou a um ataque pessoal contra o indivíduo do que uma crítica intelectual ao conteúdo da escrita de fato. David Caldas ainda apresentou a ideia de que a comunidade dos críticos literários no país possuía uma prática comum quanto à elaboração de seus trabalhos, o que não permitia que a publicação de Sarmento pudesse ser reconhecida como crítica por não ter sido feita de acordo com essa prática.

Nesse sentido, David Caldas escreve que a resposta se limitaria na defesa contra as acusações que José Manoel de Freitas recebeu de Sarmento, quando este identificou ideias

---

[125] "Nascido no ano de 1836, foi professor de Geografia e História no Liceu Piauiense, entre o final da década de 1860 e início da década de 1870. Foi também deputado provincial pelo Partido Liberal no biênio 1868-1869, poeta e jornalista. Cf.: ARAUJO, Vinicius Leal. Belicosas palavras: o jornalismo político de David Caldas entre 1868 e 1875. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. *Anais* [...]. Teresina: UFPI, 2012. p. 1

[126] Foi um político piauiense (1813-1860) que teve grande parte de sua carreira política na província do Pernambuco, atuou como jornalista, professor e funcionário público, além de ter sido presidente da província do Rio Grande do Norte.

[127] CALDAS, David Moreira. A pedido. *O Propagador*, Teresina, n. 92, p. 2, 13 nov. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

contrárias ao governo imperial na sua escrita, ou seja, não responderia as impressões no sentido literário, pois aumentaria a descompostura na imprensa com a menção das análises inadequadas, que deveriam ser relegadas ao esquecimento.

A crítica tecida por Sarmento localizava-se na acusação da escrita de José Manoel de Freitas fazer referência elogiosa a ideias republicanas, ou seja, contra a ordem de governo vigente no momento. David Caldas utiliza os escritos de outros políticos para construir sua defesa. O jornalista cita os versos de autoria de José Coriolano de Sousa Lima:[128]

> Os reis detesto, porque neles vejo impresso o selo de um viver de horror; Direis que o fausto que o circunda, o invejo, dizei-o embora, que hei de vós só dor. Dizei o embora, mas sabeis que o peito do poeta é livre, como eu o sou; Não crê nos ídolos da grandeza e predo, só rende ao justo que ação justa obrou.[129]

A defesa de José Manoel de Freitas utiliza esse exemplo de crítica ao sistema monárquico para argumentar que essa prática era algo que ocorria na comunidade de letrados. A maioria desses escritos tinha como intenção denunciar a fragilidade das instituições nacionais ou até mesmo a desorganização social do país. Para isso, era identificada por vezes a pessoa do imperador ou a estrutura do poder como a razão da existência desses problemas.

Dessa forma, a nota explica que esses escritos tinham uma função de tentar estabelecer uma nação de homens justos que se baseavam na obediência à lei e aos costumes, ou seja, as ações de compromisso social desses críticos do sistema de governo valiam mais do que as homenagens prestadas aos que tinham posição de destaque nesse sistema, como era o caso de Dom Pedro II. A ideia que David Caldas lançava era de que o país vivia uma fase de encaminhamento para um momento da combinação entre o idealismo político e a civilidade progressista.

Justamente por isso, os escritos de José Manoel de Freitas, como é exemplo "minha alma é muito pobre, mas é nobre, pois, não rende culto a um rei",[130] deveriam ser entendidos como fruto da liberdade de expressão que os homens das letras tinham no contexto em que se encontravam.

David Caldas escreve sobre o contexto político brasileiro, indicando que a monarquia absoluta era algo que não mais existia naquela sociedade. Então, ele publica em *O Propagador*: "Saiba mais, partidário, que as ideias retrógradas de absolutismo que te rebaixas, não mais acharão nos vales americanos, onde, pelo contrário, o amor a liberdade é quem vai sempre

[128] Nascido no Piauí em 1829, foi um sujeito atuante no mundo das letras, com participação ativa na imprensa com publicação literária.
[129] CALDAS, loc. cit.
[130] CALDAS, loc. cit.

achando simpatias, porque por toda parte alia-se a nova geração."[131] Desse modo, conclui que a política do país era liderada pelo imperador, que jurou defender o Brasil pela Constituição vigente, ou seja, os interesses da nação deveriam ser entendidos como principais demandas para a política.

Na explicação de como a liberdade era um dos pontos celebrados e autorizados pelo governo de Pedro II, o jornalista cita alguns escritos de Junqueira Freire[132] e Gonçalves Dias,[133] nomes conhecidos e celebrados pelo país à época, que usavam a liberdade para direcionar críticas e fornecer ao governo uma visão de como o pensamento do grupo das letras estava idealizando o país ou verificando a ação política do regime.

A finalização da defesa convoca ao entendimento de que homens que não atuam como defensores das necessidades e das vontades dos grupos que representam, que se instituem no funcionalismo público como apenas servidores da autoridade estabelecida, são danosos para o regime da época e para a sociedade.

David Caldas celebrava o fato de que o crítico não fazia parte da representação política na Corte, pois essa atitude iria perturbar a função correta das instituições nacionais. Ele escrevia: "Pelo o que vemos sr. comunicante do *Diário*, vmc. se fosse legislador, seria capaz de fazer do Rio de Janeiro a marca da sua religião política."[134] As críticas de Sarmento eram publicadas na folha periódica que circulava em Recife (PE), o *Diário de Pernambuco*. David Caldas expõe que a superação do atraso social e econômico deveria ser entendida como um processo guiado a partir da atuação moderada na política e da prática cívica atuante.

Em publicação posterior em *O Propagador*, ainda no ano de 1859, a polêmica envolvendo José Manoel de Freitas é retomada devido à tréplica que Sarmento escreve. A equipe do jornal publica matéria sobre o itinerário de Sarmento no mundo das letras.[135] A crítica

---

[131] CALDAS, loc. cit.

[132] Junqueira Freire (1832-1855) foi um poeta baiano, que teve destaque na fase Romântica, escola literária de seu tempo. Nasceu no Maranhão e teve uma breve, mas significativa, trajetória literária. Seu trabalho poético foi influenciado pelos ideais românticos da época, abordando temas como amor, natureza e melancolia. Sua obra mais conhecida é o livro *Inspirações do claustro*, publicado em 1855, que reflete suas experiências pessoais e sua luta interna entre a religiosidade e o desejo de liberdade. Teve sua carreira interrompida precocemente, pois faleceu aos 23 anos de idade

[133] Gonçalves Dias (1823-1864) foi um renomado poeta, advogado e jornalista brasileiro. Nascido no Maranhão, destacou-se como uma das principais figuras do Romantismo brasileiro. Formado em Direito, exerceu a advocacia enquanto se dedicava à produção literária. Sua obra poética retratou intensamente a exaltação da natureza, o amor, a saudade e a busca pela identidade nacional. Gonçalves Dias escreveu obras marcantes, como *Canção do exílio*. Além de sua atuação literária, ele também desempenhou um importante papel como jornalista, contribuindo para o debate intelectual e político de sua época.

[134] CALDAS, op. cit., p. 3.

[135] O DR. José M. de Freitas e o seu pseudo-crítico do *Diário do Pernambuco*. *O Propagador*, Teresina, n. 100, p. 2, 31 dez. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

localizava-se no fato de que os escritos que fizeram parte do trabalho de Sarmento eram sobre valores humanos distantes daqueles entendidos como necessários e centrais para o desenvolvimento da sociedade da época. Os valores que Sarmento defendia eram observados contraditórios com os defendidos por José Manoel de Freitas, pois este explicava que o trabalho deveria ser celebrado.

A crítica direcionava atenção ao fato de que Sarmento, como funcionário público, atuava como professor catedrático na Escola Militar do Rio de Janeiro, estava condicionado a uma posição de subserviência constante na medida em que deveria prestar seus serviços celebrando líderes para permanecer recebendo os vencimentos ao final de cada mês. O trabalho daqueles que estavam dispostos, com iniciativa particular, a financiar as letras e a propagar ideias, é celebrado pelo jornal como uma forma de promover o bem e o progresso social.

Adiciona-se à crítica o fato de que José Manoel de Freitas teria sido nomeado secretário da administração provincial no período, cargo que era almejado por Sarmento. O jornal identificava a posição de Sarmento como um homem público que tinha um longo período de atividade profissional na política e que observava a inserção de José Manoel de Freitas na atividade profissional com ressentimento. O jornal expressava que a insatisfação de Sarmento se relacionava com o fato de que Freitas, na função de seus cargos, não assumia posição servil, ao contrário de seu crítico.

Era entendido pela folha que a crítica tinha como intenção desmoralizar José Manoel de Freitas perante o grupo político ao qual fazia parte, de forma a ser identificado como um sujeito discordante com o sistema monárquico. Sobre essa tentativa, o jornal publica que "depois do que a respeito desse irrisório trecho disse o talentoso sr. David Moreira Caldas, no n. 92 d'*O Propagador,* nada mais acrescentaremos, visto ter ele cabalmente preenchido nossas expectativas".[136]

José Manoel de Freitas é defendido como um sujeito livre com opiniões nada irregulares para um homem público da época. Essa situação é verificada na escrita e na atividade profissional de muitos literatos importantes e reconhecidos pelo próprio imperador. Nesse sentido, o jornal escreve: "Um monarca que é sábio, que vive pela inteligência, que se dedica ao cultivo das letras, só se revolta, só se apodera de indignação contra a adulação, o cinismo e a baixeza da alma, essa última expressão do vício."[137]

---

[136] O DR..., op. cit., p. 3.
[136] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *O legislativo piauiense (1835-1985).* Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985. p. 41.
[137] O DR..., loc. cit.

Nesse período, Deolindo Mendes da Silva Moura e José Manoel de Freitas compuseram a 13ª legislatura da Assembleia Provincial (1860 e 1861). Deolindo Moura foi nomeado como presidente de mesa e José Manoel de Freitas foi nomeado secretário da instituição.[138] É observado a partir dos dados fornecidos na tabela[139] que a composição dessa instituição iria se modificar durante a década de 1860, com a maioria das cadeiras ocupadas por membros do Partido Liberal.

Tabela 3 – Composição da Assembleia Provincial (PI), segundo os partidos políticos: 1860-1869

Período	Conservadores	Liberais	Sem informação
1860 – 1861	12	7	2
1862 – 1863	16	2	6
1864 – 1865	9	6	7
1866 – 1867	8	10	1
1868 – 1869	5	11	4

As atividades legislativas provinciais se iniciaram no ano de 1860, com um volume de requerimentos sobre a situação econômica e fiscal do Piauí. José Manoel de Freitas, na sessão do dia 4 de julho, solicitou, por meio de requerimento, um "quadro demonstrativo de todo o pessoal das diferentes repartições públicas, com os respectivos ordenados, datas de nomeação e quais os vitalícios".[140] O jornal observava essas solicitações como uma iniciativa de entender os gastos públicos e a situação da província em relação aos seus dependentes, e apontava também que havia negligência dos órgãos competentes no compartilhamento de dados, o que dificultava a elaboração de leis necessárias.

José Manoel de Freitas faz requerimento para compreender a situação da instrução pública no Piauí. Na sua apresentação solicitava, por meio do órgão regulador dessa instância, "cópias dos regulamentos já expedidos além de quatro que já foram remetidos a esta assembleia pela mesma diretoria na forma do que lhe incube a lei regulamentar de instrução pública, e bem assim qual o motivo porque não foram ainda expedidos todos os regulamentos".[141] Era no sentido de compreender quem eram os homens envolvidos, qual o grau de instrução que tinham, como estavam organizadas as cadeiras de ensino, verificar a quantidade e a assiduidade dos

[138] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, loc. cit.
[139] Tabela produzida com dados obtidos em: GOMES, 1985; RÊGO, 2001.
[140] PARTE OFICIAL. *O Propagador*, Teresina, n. 126, p. 116 jul. 1860. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.
[141] Ibid., p. 128.

alunos e as condições materiais da instituição para análise de seu funcionamento. Na sessão do dia 20 de julho, pediu a palavra e solicitou:

> [...] requeiro que se peça por intermédio da presidência os seguintes esclarecimentos: qual os regulamentos por que se rege o estabelecimento dos educandos artífices. Qual a despesa que se tem feito com o referido estabelecimento, desde junho de 1859 a junho de 1860, vindo especificado cada uma das despesas.[142]

As carências da educação no Piauí eram o incômodo para esse político, pois a falta de prédios públicos onde funcionassem escolas implicava diretamente no investimento por parte da comunidade interessada na instrução particular de seus filhos, e trazia como consequência a transferência de jovens para outras províncias onde funcionasse um ensino secundário regular. A pauta de José Manoel de Freitas ia ao encontro dessa problemática, na tentativa de entender o funcionamento das instituições que ofereciam ensino na província para adaptá-las no que fosse possível.

Em conclusão, temos que o Gabinete da Conciliação, ou a política conciliatória, foi o signo da cultura política brasileira durante a década de 1850. Nesse período ocorreu uma série de mudanças promovidas pelos gabinetes conservadores, que foram justificadas como orientações do imperador para reverter o impasse que existia na representação das demandas do Partido Liberal. Esse fenômeno político revelou-se no Piauí como uma possibilidade de atuação conservadora, visto que os poderes Executivo e Legislativo tiveram representação majoritária de sujeitos desse partido.

Deolindo Moura e José Manoel de Freitas iniciaram suas atividades políticas no período que corresponde à presença conservadora na liderança do Piauí. Esses políticos tiveram espaço de atuação na imprensa periódica e em cargos da administração e burocracia do Estado. Deolindo Moura conseguiu, desde a administração de João José de Oliveira Junqueira, acesso a cargos importantes da província e continuou atuando na política com sua eleição na Assembleia Provincial na 12ª (1858-1859) e 13ª legislatura (1860-1861). Manoel de Freitas iniciou sua vida atuando na província do Maranhão, mas logo foi nomeado secretário da presidência no Piauí e eleito para a 13ª legislatura da assembleia piauiense.

---

[142] Ibid., p. 126.

3 A FORMAÇÃO DA LIGA NO PIAUÍ E A IMPRENSA LIBERAL

Nesse capítulo fizemos o estudo da política imperial brasileira durante a década de 1860, com o objetivo de compreender a atuação de Deolindo Mendes da Silva Moura na província do Piauí. Para cumprir com o nosso objetivo tivemos atenção especial para com o entendimento das ideias e dos projetos elaborados no cenário nacional, precisamente aqueles produzidos pelos políticos da Assembleia Geral nesse período, a fim de entender o que estava sendo proposto como mudança pelos liberais e compreender por que os conservadores consolidaram oposição.

O dispositivo utilizado que articulou a comunicação dessa comunidade política, para além dos *meetings*,[143] foi a imprensa. De tal modo que, em grande medida, para entender as identidades dos sujeitos históricos envolvidos na política imperial desse período, é preciso pesquisar a produção que desenvolveram nos periódicos. Dessa forma, utilizamos as publicações do *Liga e Progresso*, periódico fundado por Deolindo Mendes, por ter representado o movimento da Liga no Piauí e servido como suporte ideológico e plataforma de atuação política para esse político no cenário local.

3.1. As tensões políticas no Império e a formação da Liga Progressista

Durante o século XIX, a comunidade política brasileira intensificou seus trabalhos na intenção de organizar o Estado para que a nação fosse capaz de fazer parte da via rumo ao progresso, tal como as nações economicamente em desenvolvimento da época. Nesse século, as ideias sobre o Brasil, Estado e nação, foram elaboradas e reproduzidas na tentativa de estabelecer um governo politicamente estável e uma sociedade economicamente produtiva.

No período oitocentista, as elites agrárias e os grupos burgueses do Brasil atuaram no cenário político, fazendo uso do Estado na busca de estabelecer controle sobre o gerenciamento das receitas públicas. Essa atividade tinha como finalidade atender os interesses particulares desses grupos e se realizavam a partir da execução de projetos formulados ora individualmente, ora pela colaboração do grupo. Ilmar nos informa que a lógica de organização da comunidade política nesse período ocorreu pela socialização das práticas e dos projetos entre os partidos políticos, de tal forma que:

> Não se dirigiam, contudo, apenas àqueles que se encontravam fora do segmento dos ‘mais próximos’. Dirigiam-se também a seus iguais, objetivando uma unidade de

[143] A experiência de participação popular da sociedade inglesa impulsionou o surgimento no Brasil de reuniões públicas ou assembleias populares que ocorriam na forma de engajamento político e participação dos setores sociais.

> propósitos e de comportamentos, que se construía pelo confronto com os princípios e atitudes dos adversários.[144]

Podemos compreender que os grupos políticos conseguiram se organizar a partir das ideias que validavam e dos projetos que discordavam. Cada partido tinha como objetivo atender os seus interesses, e, pelo fato desses grupos serem compostos pelas diversas facções locais, ocorreram uma série de incompatibilidades dentro das alas conservadoras e liberais. A representação nacional dos partidos enfrentou uma série de desafios relacionados à execução de suas propostas.

É importante ressaltar que a construção coletiva dos grupos políticos no Império ocorreu paralela à lógica de montagem das instituições públicas e dos dispositivos de uso comum, como é exemplo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[145] e a imprensa. Ambos os processos implicaram no fortalecimento do Estado brasileiro, pois receberam a aceitabilidade dos grupos sociais melhor organizados daquele período, entendendo esse preparo como a formação letrada e a posição financeira desses grupos.

A conjuntura da década de 1860 foi caracterizada pelas mudanças de ordem econômica. Eric Hobsbawm, na sua reflexão sobre o período, explica que a implementação do liberalismo na política das nações europeias propiciou a expansão da capacidade produtiva das indústrias, resultando no aumento das comunicações. Ainda nos indica o seguinte: "Os produtos característicos da era vieram a ser o ferro e o carvão, e seu símbolo mais espetacular, a estrada de ferro, que os combinava."[146] Esse historiador apresenta como característica principal desse período a expansão da produção, de forma que até o fim da década de 1850 todos os continentes já tinham presença de estradas de ferro.

Nesse período, a Inglaterra se caracterizava como tutora das transações internacionais de crédito e de produtos que o Brasil tinha com o exterior. Os capitalistas ingleses associaram-

---

[144] MATTOS, op. cit., p. 183.

[145] O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi uma instituição de grande importância durante o Império Brasileiro. Fundado em 21 de outubro de 1838, por iniciativa de um grupo de intelectuais liderados pelo historiador e político Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1876), que publicou a obra *História geral do Brasil*, que se tornou referência para o grupo que compôs essa instituição nas décadas seguintes. O IHGB tinha como objetivo principal promover o estudo e a preservação da história, da geografia e das tradições brasileiras. A criação do IHGB ocorreu em um contexto em que o Brasil buscava consolidar sua identidade nacional e fortalecer sua posição como nação independente. No período do Segundo Reinado, essa instituição serviu para representar as ideias que o governo central estabelecia sobre o país. Nesse sentido, o IHGB teve como principais objetivos a pesquisa histórica, a coleta de documentos, a publicação de obras relacionadas à história e à geografia do Brasil, e a promoção de debates e estudos acadêmicos. A instituição contou com a participação dos intelectuais do período que também atuavam diretamente na política nacional.

[146] HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*: 1848-1875. 30. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 57.

se diretamente com a construção das ferrovias no eixo de produção cafeeira, seja no empréstimo de capitais, seja na engenharia de montagem dessas estruturas.[147]

A política brasileira durante a década de 1860 vivenciou um momento de instabilidade devido ao impacto dessa conjuntura internacional e a consequência das reformas adotadas pelo governo na década anterior, sendo a proibição do tráfico de africanos pelo Atlântico (1850) um exemplo. Caio Prado Jr. explica o seguinte sobre a inserção de novos políticos no cenário nacional, com interesses distintos dos partidos nacionais: "Desenvolveu-se uma parte 'progressista' da burguesia nacional ávida por reformas e cujos interesses estreitamente se vinculam à transformação econômica do país."[148] Esse novo momento da política nacional foi acompanhado com renovação de ideias liberais e com a elaboração de projetos de reformas que foram definidas como progressistas.

Nessa década, a província do Piauí continuava a construção da sua capital com a criação dos espaços públicos para o funcionamento da política local. Johny nos informa a característica da economia piauiense dessa década: "A economia do Piauí se movia então de forma muito lenta, sem acompanhar o ritmo de evolução das outras províncias do Império, notadamente as províncias do Sul, onde começava a haver um afluxo maior da cultura do café."[149] No entanto, a navegação a vapor pelo rio Parnaíba já estava em operação, surgindo como uma alteração na comunicação comercial dessa província com o exterior.

Alguns dos grupos sociais envolvidos na política nacional organizaram um movimento de reordenamento do sistema de governo da nação, a fim de acompanhar a lógica da economia internacional. Esse processo caracterizou a instabilidade política do período por existirem parcelas dessa comunidade política que discordavam com esse reordenamento. Emilia Viotti explica o seguinte sobre esse momento: "Enquanto na primeira metade do século XIX os liberais tinham se tornado cada vez mais conservadores, na segunda metade, o movimento foi em direção oposta."[150] Nesse período, a atuação dos liberais no cenário nacional caracterizou-se como reformador e os conservadores assumiram uma posição de oposição.

---

[147] REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808- 1945). *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*: a grande transação. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
[148] PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963. p. 94.
[149] ARAÚJO, 2011, p. 70.
[150] COSTA, op. cit., p. 162.

O liberalismo político,[151] conceito historicamente originado na Europa, teve diferentes percursos no Brasil.[152] A realidade histórica e o sistema econômico dessa nação impactaram na modificação dessa teoria no momento de sua realização como projeto nacional: "As ideias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática."[153] Durante a década de 1860, o liberalismo político foi caracterizado como reformista, sendo que os políticos adeptos a essa ideologia observavam a realização de reformas como o meio correto de implantá-lo no governo.

Os grupos da política nacional ligados ao reformismo identificavam a Constituição do país como o principal entrave para realização das mudanças que propunham. Isso porque a Carta Magna do país subordinava ao Poder Moderador o comando e a regulação do Estado. Christian Lynch, em seu estudo sobre as características do liberalismo no Brasil, explica que "o resultado era que, sem trair o texto constitucional, era possível, conforme as circunstâncias, tanto legitimar uma monarquia constitucional conforme o figurino de Constant, [...] quanto um regime verdadeiramente monarquiano [...]"[154] Surge, então, por isso, os diferentes grupos políticos do país com as suas distintas leituras do Estado e de ação política. Os liberais compreendendo que a nação deveria ser representada por si a partir das eleições e os conservadores alinhados com o modelo de representação indireta da nação pela figura do imperador. A respeito da movimentação interpartidária observada no começo da década de 1860, Viotti explica o seguinte:

> Nos anos 60, um número crescente de políticos abandonou o partido conservador para aderir ao partido liberal. Esse foi o caso de Araújo Lima, marquês de Olinda, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes e Vasconcelos, marquês de Paranaguá, Sinimbu, e Saraiva. [...] A partir de então, a voz dos liberais se faria ouvir novamente e a sua retórica ganhou novo prestígio. Os liberais desencavaram velhos temas que haviam permanecido enterrados desde a revolução de 1848 em Pernambuco e voltaram a falar em nome do 'povo'.[155]

---

[151] O liberalismo político surgiu durante o período das revoluções liberais no século XVIII como um movimento que buscava limitar o poder absoluto dos governantes e garantir direitos individuais e liberdades civis. Seus princípios fundamentais incluem a defesa do Estado de Direito, a proteção dos direitos individuais, a separação de poderes, a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a participação política do povo. Os teóricos liberais, como John Locke (*Segundo tratado sobre o governo*) e Montesquieu (*O espírito das leis*), argumentavam que o poder político deve ser exercido de forma limitada e controlada, a fim de preservar a liberdade e evitar abusos.

[152] Emília Viotti explica os diferentes momentos desse conceito na prática política brasileira, organizando, em *Liberalismo: teoria e prática*, as seguintes vertentes: liberalismo "heroico", a prática liberal, o liberalismo radical dos primeiros anos de Regência, liberalismo regressista, reformismo. Cf.: COSTA, op. cit., p. 131-168.

[153] COSTA, op. cit., p. 133.

[154] LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil. *Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, Sevilha, n. 17, p. 226, mayo 2007.

[155] COSTA, op. cit., p. 162.

O Partido Progressista surgiu no seio da política nacional durante o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos,[156] porém o movimento em torno do novo partido político se forma durante o gabinete de Pedro de Araújo Lima,[157] que assumiu o ministério em 30 de maio de 1862.

Os debates parlamentares realizados nesse contexto expandiram os temas para análise de questões centrais do governo, como é exemplo a responsabilidade ministerial e a legitimidade das eleições. A respeito das críticas que o sistema do governo recebeu durante esse período, Estefanes expõe que: "Se as críticas ao sistema não eram novidades nos jornais da Corte, o tom delas tornou-se muito mais ríspido a partir de 1859, a ponto de alcançar a participação do monarca na política e configurar combativas denúncias sobre o falseamento do sistema representativo."[158] Essas críticas impactaram para a instabilidade entre os grupos políticos.

Os liberais reformadores da década de 1860 tinham interesse em modificar a posição do imperador no governo e fazer valer a opinião da nação votante. Um exemplo de reforma pensada por esse grupo foi a alteração da organização ministerial, de forma que o líder do gabinete, que representava a maioria da Assembleia Geral, foi o líder do partido escolhido por seus correligionários, impactando na posição do imperador, que controlava a nomeação e a permanência dos políticos nesse gabinete.

Ao fim da década de 1850 surgem as dissidências dentro do Partido Conservador, podendo ser visualizados, de maneira geral, dois grupos: o puro e o dissidente. O grupo dos "puros" acreditava na soberania total do Poder Moderador e na inviolabilidade dos representantes da nação, fazendo menção à manutenção do sistema representativo bipartidário como regra. Os dissidentes tinham um discurso em encontro com uma definição política mais responsável e de maior comunicação e paridade entre os ministérios e a Câmara, buscando avaliar o papel dessa instituição como de principal instrumento na representação do povo por serem eleitos por esse grupo.[159]

---

[156] Zacarias de Góis e Vasconcelos foi um político brasileiro que se destacou em vários setores sociais, como é o caso da imprensa. Ele nasceu em Recife (PE), em 1815, e faleceu em 1872, no Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo reconhecido por suas contribuições para a historiografia brasileira, principalmente pela obra *Da natureza e os limites do Poder Conservador*, publicado em 1860.

[157] Pedro de Araújo Lima, conhecido como Marquês de Olinda, foi um político brasileiro do século XIX. O Marquês de Olinda foi uma figura proeminente e influente no cenário político brasileiro do século XIX, contribuindo para a consolidação e estabilidade da Liga Progressista como movimento político de atuação governista.

[158] ESTEFANES, op. cit., p. 34.

[159] COSTA, op. cit., p. 158.

O grupo dos liberais no Rio de Janeiro sofreu uma cisão por causa da visão que as parcelas desse grupo tinham em relação às reformas que acusavam ser necessárias. Aqueles que compartilhavam de uma visão mais revoltosa, ressaltando a importância da participação popular na decisão política, foram caracterizados como "exaltados". Aqueles que se caracterizam a partir da reforma pela lei, mantendo o sistema em funcionamento regulado pela elite, eram considerados como "liberais históricos".[160]

Nesse momento ganha destaque a atuação de Teófilo Benedito Ottoni,[161] sendo o líder da ala dos exaltados, e de Zacarias de Góis, que representou os liberais tradicionais. Esse momento caracterizou-se como uma disputa ideológica entre quatro grupos, pois ambos os partidos nacionais se subdividiram em duas alas, que buscavam atrair para suas respectivas facções o máximo de apoio parlamentar possível, a fim de estabelecer seu projeto político. Em relação aos dois políticos citados, Estefanes explica:

> O embate entre Zacarias e Ottoni naquele momento não se resumia à implicância pessoal nem se limitava a um combate ao radicalismo. Em um contexto em que se discutia a agitação política nas eleições e as regras de convivência de Parlamento e Executivo no sistema representativo, tratar do direito de resistência escancarava, assim, a questão da relação entre partidos e soberania.[162]

Existiu uma disputa ideológica entre os sujeitos políticos citados, cabendo a Zacarias a liderança no processo de convergência de outros sujeitos à sua visão. Isso pode ser visualizado como consequência do receio que a comunidade política brasileira do período tinha em relação à participação popular, tese defendida por Ottoni. O peso da tradição colonial e a lição dos acontecimentos do período regencial tinham estabelecido a exclusão política da maioria da nação como característica fundamental para estabilidade daquele sistema de governo.[163]

De toda forma, era possível encontrar ressonâncias das ideias difundidas por Ottoni e das práticas políticas ensaiadas da capital do Império em outras províncias. A esse respeito, Suzana Cavani Rosas nos oferece um exemplo de prática liberal em Pernambuco durante esse período: "Outro traço marcante de Borges da Fonseca em 1860, presente nas páginas de *O*

---

[160] CARVALHO, loc. cit.

[161] Teófilo Ottoni foi um político brasileiro do século XIX. Nasceu em 1807, na cidade de Ouro Preto (MG) e faleceu em 1869, no Rio de Janeiro. Sua carreira política é destaque porque desempenhou um papel relevante na política do liberalismo radical no Império Brasileiro. Ele foi membro do Partido Liberal e ocupou diversos cargos políticos, incluindo deputado, senador e ministro do Império. Ottoni foi responsável pela elaboração da Lei de Terras, que visava regular a posse e a venda de terras no Brasil. Sua postura progressista, seus ideais liberais e sua participação no seio das instituições do país o tornaram um sujeito importante no cenário político nacional do período.

[162] ESTEFANES, op. cit., p. 141.

[163] RIOUX, Jean-Pierre. A associação política. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 110-111.

Tribuno e que atravessou toda a trajetória política do publicista, era a promoção de eventos políticos no espaço público das ruas."[164] Conseguimos entender que, embora o projeto político moderado tenha agremiado mais políticos do que o radical, existiram exemplos de atuações políticas adeptas a esse modelo nas províncias.

As transições de gabinete ministerial na década de 1860 indicam a instabilidade da manutenção de um partido no poder, haja vista a efervescência política da Assembleia Geral. O segundo ministério de Caxias (1861-1862) foi percebido pelos liberais como a reação conservadora na sua face mais completa. Justamente por isso sofreu a investida do parlamento, que implicou na sua queda. Sobre a instabilidade do período, José Murilo nos explica como ocorreu a alteração dos gabinetes:

> Paraná acabou sendo sucedido pelo marquês de Olinda, que já caminhava para o campo liberal, depois pelo visconde de Abaeté, ex-liberal, por Ângelo Ferraz, tendendo para os liberais, e por Caxias, um velho conservador, mas não chefe do partido. Este último, aliás, ao reformar seu ministério em sentido conservador ortodoxo, foi derrubado por votação da Câmara em 1862. Em maio desse ano, Nabuco de Araújo, imbuído do espírito da conciliação, propôs em discurso a formação de uma liga de liberais moderados e conservadores dissidentes.[165]

Nabuco de Araújo foi um dos nomes desse contexto que teve destaque para a oposição organizada aos conservadores, tanto na Assembleia quanto nas publicações na imprensa:

> Ao se abrirem as sessões de 1862, Nabuco de Araújo estabeleceu no Senado a posição que demonstrou na Praça da Constituição. Da tribuna, fez uma crítica mais acerba ao conjunto dos conservadores e tornou-se, ao lado dos deputados Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Antonio Saraiva, um dos conservadores dissidentes artífices da derrubada do Gabinete Caxias.[166]

A Liga Progressista foi assim construída a partir das rupturas dos partidos nacionais. Os debates em torno da responsabilidade do Poder Moderador e da real representação da nação alimentaram esse organismo que surgia como uma alternativa para as cisões ocorridas. O protagonismo do Parlamento, a esfera pública do sistema representativo mais próxima da nação representável, como o lugar com maior fluxo de movimentação de ideias e de debates políticos, permitiu que os diversos arranjos políticos realizados naquele contexto fossem expostos, bem como também provou pela capacidade oratória os defensores e os opositores da Liga.

---

[164] ROSAS, Suzana Cavanis. "A Praça é do povo como o céu é do condor": Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860. *In*: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (org.). *Política e sociedade no Brasil oitocentista.* Recife: Editora da UFPE, 2020. p. 181.
[165] CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX*. Oxford: Working Paper, Centre For Brazilian Studies, Oxford, 2007. p. 23.
[166] ESTEFANES, op. cit., p. 180.

A soberania nacional foi tema das discussões da política brasileira desde a Independência. A possibilidade de existir um setor do Legislativo que estivesse alinhado com a ideia do progresso da nação previsto na Constituição e que obedecesse ao ímpeto de ordem e desenvolvimento do Estado foi congregado em personagens como Zacarias de Góis e Vasconcelos, que teve a capacidade de apresentar-se como liderança desse novo grupo político.

O aspecto da política nacional que esteve no centro das discussões pelo grupo dos liberais exaltados foi a representação popular. Dentre suas proposições existia a tentativa de aliar a participação direta do povo no cotidiano político das instituições que lhes representavam. Por mais que esse grupo político fosse uma das principais razões para a efervescência cultural da política daquela comunidade, logo que a Liga se estruturou como um novo partido político, esse grupo foi alijado do centro de poder, ficando restrito ao espaço dos *meetings* para ativação popular. Teófilo Ottoni foi o maior nome da representação deste segmento político, que por suas tendências radicais ficou isolado do grupo político e mais próximo da luta nas ruas.

A Liga representou nos seus momentos iniciais de atividade política uma nova maneira de organização partidária. Isso porque esse movimento surgiu como consequência da insatisfação dos sujeitos políticos com a implementação ou com a revogação dos projetos direcionados pela política conciliatória ensaiada na década anterior. O início dos anos 1860 verificou-se como a afirmação do controle dos conservadores, isso porque as propostas de reforma foram reavaliadas e modificadas pelos gabinetes conservadores – como foi o caso do ministério Caxias –, que não comungavam com essa política.

A ideia de unir esse grupo de políticos insatisfeitos organizou o grupo de liberais em uma combinação heterogênea. Isso serviu para criar uma situação de governo em que o grupo que representava a maioria pudesse exigir o cumprimento de algumas reformas. Contudo, esse segmento entendia que o desenvolvimento dessa política reformadora deveria ser legitimado pela maioria da comunidade política.

Essa nova proposta de um centro político redirecionou a política que se ensaiava desde a década anterior. A diferença era que na década de 1850 esse projeto se realizou por meio de um grupo majoritariamente conservador, que endereçava a luta pela estabilidade do Império com reformas que visavam balancear melhor as forças das províncias e da Corte.

Com a Liga surgiram novos sujeitos que entendiam o papel da Assembleia Geral como sendo o lugar principal da representação da nação, onde o grupo político podia projetar melhor seus interesses e estruturar melhor sua luta. Esse grupo se caracterizou pelo conchavo dos liberais e, de alguma forma, pela convergência de conservadores dissidentes, e indicou, primeiramente, a luta contra a representação do povo pelo Poder Moderador e a questão

partidária do gabinete. Estefanes explica a lógica da representatividade da nação, segundo Zacarias:

> À encarnação da soberania no rei, Zacarias opunha a 'rainha do mundo'. Na sua definição de 'justo meio', o regime representativo era uma alternativa dinâmica na qual a opinião pública não é equivalente, mas, sim, manifestação da soberania nacional. Caberia aos representantes, como delegados do poder soberano, dar forma a essa opinião no ambiente parlamentar e ministerial: maioria e minoria, governo e oposição, o importante seria não anular o caráter conflituoso e mutante dessas relações, de forma a manter no horizonte de todos a possibilidade de assumir o poder.[167]

A doutrina liberal, a qual Zacarias tinha alinhamento ideológico, identificava como aspecto central do gerenciamento do Estado o direito dos povos à livre competição e à segurança. A estabilidade no sistema de governo seria a possibilidade da representação dos interesses diversos. A oposição surgia como a ala necessária dentro dessa forma de representação e a discussão dos diferentes pontos de interesses serviria para retratar com maior eficácia os desejos do povo representado, que não constituía uma massa homogênea.

Nesse sentido, o direito do imperador de demitir ministros e dissolver a Assembleia Geral, na intenção de manter a ordem e a governança por ser o representante legítimo da nação, segundo a Constituição vigente, eram pautas que mereciam a maior atenção no momento por serem os dispositivos legais que mais contribuíam, segundo o pensamento de Zacarias, para o favorecimento dos conservadores e da sua política. Estefanes continua explicando a visão de Zacarias sobre isso:

> Sua defesa do 'regime representativo' era uma forma de desvincular definitivamente da 'vontade imperial' as trocas de governo. Os ministérios deveriam sair da Câmara, que, por sua vez, era formada pela manifestação da soberania nacional por meio dos votos. [...] Essa leitura do contexto político tinha implicações sobre o direito de revolta, às quais Zacarias também usou para delimitar sua estratégia de ascensão parlamentar.[168]

O grupo dos conservadores interpretava negativamente os discursos sobre soberania popular, no sentido que reconheciam esse enfoque como um desvio ao mandatório da Carta Constituinte de Dom Pedro I, ou seja, sinalizavam como sendo a autorização às revoltas populares, a exemplo daquelas vivenciadas durante o período da regência.

Durante o período (18641868) de liderança partidária da Liga Progressista, a oposição conservadora buscou descreditar seu programa que consistia em reformar a política do Império.

---

[167] ESTEFANES, op. cit., p. 163.
[168] ESTEFANES, loc. cit.

A oposição conservadora caracterizava o programa da Liga como sendo de teor radical, já que impulsionava a restruturação do poder político das localidades.

A acomodação da Liga no centro da política nacional foi um processo que acompanhou não somente o alijamento dos liberais radicais como também provocou o reordenamento dos conservadores puros, haja vista a sua posição de ostracismo. O novo partido político teve alguns percalços no desenvolvimento de suas propostas, por serem caracterizadas pelos conservadores como medidas que visavam a organização de movimentos revoltosos. A proposta de Zacarias era a reforma da lei pela classe política, que iria estabelecer para a população as mudanças. Segundo Estefanes:

> Ao reconhecer a importância do princípio liberal na soberania e no desenvolvimento da história nacional, Zacarias apontava mais uma vez para o 'justo meio' que pretendia alcançar. Era um esforço considerável para aparecer como liderança viável aos liberais da Câmara, colocando em evidência dois pontos controversos de Ottoni que certamente comprometeriam sua imagem como expoente de uma eventual aliança oposicionista: a defesa do mandato imperativo e a associação de sua imagem com ideias de revolta e revolução, desde os movimentos de 1842.[169]

Na década de 1860, a regulação do Estado pelo quarto poder, que tinha controle irrestrito sob os outros, foi associado por Zacarias de Góis ao despotismo puro, o que invalidava o caráter dinâmico e mutável da organização social. A forma de pensar a política dentro da tradição liberal fez desse político um membro líder dentro do partido recém-formado.

A história imperial esteve associada ao estímulo à estabilidade política e ao manejo dos interesses dos grupos sociais que participavam do governo. Na década de 1860, a lógica de participação na política brasileira sofreu alteração com a inserção de novos atores e com a afirmação de novas práticas, como foi o caso do uso da imprensa como receptáculo dos discursos e das lutas políticas.

A Liga Progressista surgiu da associação política formada por setores liberais e conservadores moderados que buscavam avanços políticos, econômicos e sociais para o país. Sob a liderança de figuras com grande experiência política, como é o caso de Nabuco de Araújo, e de grande capacidade de promoção e ideias, como é o caso de Zacarias de Góis e Vasconcelos, a Liga Progressista se consolidou no Império e se formou como um partido político nacional em 1864.

O que mais impacta nesse período para o contexto local do Piauí é a possibilidade do uso político da imprensa, o que foi verificado com a atuação de Deolindo Mendes da Silva Moura com o *Liga e Progresso* e o caráter reformista desse novo movimento, que foi

[169] ESTEFANES, op. cit., p. 165.

amplamente proposto por Deolindo Moura na comunidade piauiense, visto a sua interpretação da necessidade de promover reformas para impulsionar o desenvolvimento local. Dessa forma, a atuação política na década de 1860, sob a égide da Liga Progressista, oferecia oportunidades para aqueles que desejavam influenciar a direção do país e promover mudanças significativas nas diferentes localidades do Império brasileiro.

3.2 A política da Liga Progressista na província do Piauí

No século XIX, a imprensa desempenhou um papel significativo para a política brasileira. Essa plataforma se caracterizou por uma diversidade de periódicos e publicações, muitos dos quais expressavam diferentes posições políticas de acordo com o grupo que financiava e era responsável por sua redação. Esses periódicos desempenharam um papel fundamental na disseminação de ideias, debates e informações sobre os acontecimentos políticos e sociais do Império.[170]

O início do jornal *Liga e Progresso* na província do Piauí se insere em um contexto de ativa legitimação da imprensa escrita e de intensa movimentação dos sujeitos/grupos políticos no Rio de Janeiro. O início da circulação desse periódico ocorre uma década após a fundação de Teresina, porém não surge como a primeira plataforma dos liberais. Ana Regina comenta sobre a tradição dos liberais na imprensa: "Os liberais e novamente os Castello Branco, na figura de Lívio, lançam *O Conciliador Piauiense,* um nome que remete à nova ordem política do País, ao qual segue-se *O Propagador* e *Liga e Progresso,* na década de 1860."[171]

Com a fundação de Teresina em 1852, a luta política dos liberais ocorrida contra o grupo dos conservadores foi transferida para essa localidade. Além da mudança física da capital, surgiram, no contexto de sua formação, alterações no conteúdo dessa luta política, devido aos acontecimentos da política nacional.

A formação do jornal *Liga e Progresso* se insere no momento de acomodação dos sujeitos políticos dissidentes ao bipartidarismo em torno da Liga Progressista no Rio de Janeiro. Deolindo Mendes da Silva Moura foi o financiador e editor desse jornal. A sua fundação ocorreu em 1862.

O jornal tinha definição política e prometia em suas primeiras publicações ter uma periodicidade semanal. Em sua primeira edição, no dia 6 de outubro de 1862, o jornal é

[170] ARAÚJO, 2011.
[171] RÊGO, 2005, p. 2.

apresentado a partir da movimentação política que o Rio de Janeiro vivenciava, indicando com isso a relevância de sua publicação/circulação para a comunidade política piauiense.

No editorial de apresentação do jornal *Liga e Progresso*, o ponto de reflexão principal era a maneira como a província do Piauí havia sido gerenciada nos últimos anos. Explicava que o desarranjo político era consequência do mau uso do aparelho estatal pelos sujeitos que formavam maioria na Assembleia Provincial, ou seja, o grupo dos conservadores.

Deolindo Moura caracteriza a função desse periódico liberal como sendo o combate contra o uso incorreto da máquina pública, e, nesse sentido, identifica os sujeitos formadores da Liga Progressista no Rio de Janeiro como sua principal interlocução política, pois reconhecia que a organização desse partido ocorria em favor do progresso do país. Nesse momento, o governo do Piauí era liderado por quem era membro do Partido Conservador.

O jornal, ainda em sua primeira edição, analisou a situação do Piauí a partir da estagnação econômica que se encontrava, ressaltando essa realidade como sendo a consequência que o mau gerenciamento dos assuntos públicos trazia. Nesse sentido, obedecendo a lógica do progresso, o redator evocava a participação de todos os piauienses para acompanhar os assuntos que se desenvolviam na Corte, pois: "A *Liga e Progresso* é o órgão na imprensa dos sentimentos desses homens, dos Piauienses verdadeiramente interessados pelo bem-estar de todos e pela prosperidade da Província que os viu nascer."[172] O jornal é apresentado como um ponto de apoio ao movimento, como a ressonância dos pensamentos da Liga Progressista no cenário político piauiense.

É importante realizarmos um exame do contexto nacional da época em que esses escritos foram publicados, para entender a importância que o jornalista reserva ao diálogo "pátria e província", "corte e piauienses". Essa relação se insere na política centralista propagada pelos órgãos nacionais, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na intenção de promover a coesão do território em torno do Estado imperial. Souza nos lembra que: "[...] a maioria dos esforços estava sob a orientação política centralista do Império para a formação de uma consciência de pertencimento à comunidade política nacional."[173]

A comunidade de piauienses deveria, portanto, compreender as lutas que ocorriam na Corte do Rio de Janeiro para manter diálogo com seus interlocutores, observando com isso o cumprimento de suas obrigações como cidadãos ativos do Império.

---

[172] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 1, p. 1, 6 out. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[173] SOUZA, op. cit., p. 117.

Na segunda edição do jornal, publicada em 22 de outubro de 1862, Deolindo Moura construía a ideia de que a formação do novo partido estava em conformidade com todas as pessoas que acreditavam na causa do progresso para o país. Sendo assim, explicava que a acomodação das forças que antes pertenciam a grupos diferentes e que naquele momento lutavam juntas pela mesma causa e no mesmo campo de batalha intelectual era algo observado com o nome de José Antônio Saraiva, ex-presidente da província, que durante a administração do Piauí tinha sido membro do Partido Conservador, mas que naquele momento da década de 1860 tinha se caracterizado participante desse movimento de cunho liberal e de formação do novo partido, Liga Progressista.[174]

A ideia dos bons espíritos, daqueles que lutavam contra o "estado atual das coisas" e que na Corte do Rio de Janeiro consolidavam um movimento contrário aos conservadores no Estado é identificada por Deolindo Moura como sendo a formação da Liga Progressista. A ideia da feitura da Liga surge como um comprometimento na defesa do país, e as ações dos sujeitos que pertenciam à Liga iriam modificar o futuro previsível do país para o futuro que o Brasil poderia ter, caracterizado como brilhante e grandioso.

Nessa mesma edição do *Liga e Progresso* existe uma nota sobre a atuação de Antônio de Sampaio Almendra[175] na política do Piauí. Deolindo Moura faz concorrer a ideia nessa mensagem de que esse membro do Partido Conservador local era um político que merecia celebração, pois executava suas funções políticas em sintonia com as leis do país, não permitindo que suas relações pessoais atrapalhassem a realização de suas funções públicas. Desse modo, Deolindo Moura publicava na *Liga e Progresso* suas considerações sobre esse político piauiense, identificando-o como agente público que mantinha comunicação com o grupo dos liberais do Piauí.

Podemos identificar na publicação de Deolindo Moura que havia um esforço para acentuar as características diplomáticas de Antônio Sampaio Almendra no exercício de suas funções nessa província. O jornalista descrevia esse político conservador como sendo aberto ao debate com aqueles que se encontravam na arena oposta da atuação política, retratando a postura do político como tolerante e em consonância com aqueles que queriam produzir no Piauí partidos que cooperavam com a causa do progresso local. Dessa forma, concluímos que esse esforço presente na escrita jornalística de Deolindo Moura era uma das práticas políticas

[174] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso,* Teresina, n. 2, p. 1, 22 out. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[175] Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife (PE) em 1856. Foi presidente da província do Piauí de 4 de dezembro de 1863 a 28 de maio de 1864.

que ele aderiu desse contexto de cooptação partidária observado no cenário nacional com os políticos liberais do Rio de Janeiro, sendo destaque a atuação de Zacarias de Góis, como apresentamos anteriormente.

Deolindo Moura cita uma mensagem que indica ser de Antônio Sampaio Almendra, porém não explica de onde a teria recolhido. Somente esclarece que a data de sua publicação teria sido no dia 23 de setembro de 1862. Nessa mensagem, Antônio Sampaio Almendra teria esclarecido sua posição em concordância quanto a organização do grupo dos liberais piauienses como interlocutor da Liga do Rio de Janeiro. Explica que era importante a comunidade local acompanhar as movimentações da política nacional, pois era dessa maneira que o Piauí poderia fazer parte ativamente das transformações que eram responsáveis por desenvolver o país.

Dessa forma, a escrita de Deolindo Moura no periódico expunha que Antônio Sampaio Almendra defendia a ideia da necessidade de existir no Piauí o novo partido em conformidade com o que ocorria no centro do país: "Vê-se pois que o Dr. Almendra repele energicamente essa luta das paixões e de interesses pessoais, que ele quer a luta das ideias, o domínio da inteligência esclarecida, porque só assim o País poderá colher vantagens."[176] A posição de liderança entre os conservadores locais, a atuação política em conformidade com a lei e o pertencimento a um núcleo familiar de prestígio naquela sociedade eram as características que Deolindo Moura elencava e que faziam o posicionamento de Antônio Sampaio Almendra ser de interesse e relevância para todos no Piauí.

Logo, podemos perceber que Deolindo Moura utilizou como estratégia o posicionamento político concordante de Antônio Sampaio Almendra, que era um político conservador, para provocar a opinião da comunidade local em relação à verificação do movimento liderado pelo jornalista com a circulação do *Liga e Progresso,* e fazer interlocução com a Liga, como sendo necessário para a província naquele momento. Ou seja, Deolindo Mendes buscou legitimar a existência e a circulação do *Liga e Progresso* a partir da valorização que Antônio Sampaio Almendra reservava para esse serviço. Essa ideia de busca de legitimidade esteve presente em todas as publicações do ano de 1862.

A interlocução do *Liga e Progresso* com o movimento do Rio de Janeiro era fundamental nesse contexto de adaptações à política progressista por esse jornal. Uma maneira que Deolindo Moura encontrou para criar conexão com essa política central foi manter comunicação com João Lustosa da Cunha Paranaguá, pois sua atuação na Corte brasileira estava projetando-o como um dos representantes do novo movimento político e acarretando no seu

[176] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 2, p. 1, 22 out. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

reconhecimento como líder político por todo o país. Por isso, podemos identificar a intenção de Deolindo Moura com a descrição da atividade de Paranaguá naquele centro como sendo uma de suas estratégias para validar seu trabalho como agente promotor da política progressista na imprensa do Piauí. Na publicação de 31 de outubro de 1862, Deolindo Moura publicou o seguinte sobre a atividade política de Paranaguá:

> Temos certeza de que o Exmo. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, nosso muito digno comprovinciano, deu, por ocasião de conseguir o Decreto da aprovação dos Estatutos, mais uma exuberante prova do seu amor e interesse pela prosperidade da Província que o viu nascer, ele empenhou todo o valioso apoio e prestígio, de que merecidamente goza, e logo obteve o Decreto de aprovação dos estatutos.[177]

Deolindo Moura caracterizava a atuação de Paranaguá como corretamente executada em favor da comunidade piauiense, pois atentava que, no tocante à navegação a vapor do rio Parnaíba, esse político piauiense teria agido de maneira eficaz no cumprimento de suas obrigações, visto que a execução desse projeto no fim da década anterior teria ocorrido por causa de sua atuação no Rio de Janeiro. É possível perceber a interlocução que o jornalista piauiense cria com Paranaguá a partir do foco que ele coloca em relação à promoção do progresso para a província do Piauí, de tal forma que a concordância com a atuação desse político como agente da Liga Progressista serve para que Deolindo Moura estabeleça um elo com sua prática no jornal local, que tinha como função propagar a política reformista da Liga.

São publicadas no *Liga e Progresso*, em 22 de novembro de 1862, as considerações de um sujeito identificado apenas com o pseudônimo de Expectador. A mensagem desse indivíduo traz várias questões que desafiavam a continuidade do percurso da Liga Progressista no cenário político até o momento daquela publicação. Primeiro, era colocado que o grupo dos conservadores puros não tinha aceitado a formação desse novo partido político, por ter sido um desdobramento de um momento de instabilidade da política nacional. A mensagem descreve que esse grupo caracterizava os políticos que formavam a Liga como indivíduos sem firmeza de caráter.

A publicação expõe que os conservadores puros a princípio não interpretaram o surgimento do movimento de coalisão como um movimento político coeso, de forma que não reservaram atenção ao seu desenvolvimento. A mensagem explica que os eventos políticos ocorridos no país favoreceram a consolidação do Partido Progressista na comunidade política nacional e que o grupo dos conservadores que fazia oposição, quando despertaram atenção a

[177] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 3, p. 1, 31 out. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

esse percurso, observou esse processo com desconfiança, visto que surgia como um indicativo da alteração da sua liderança política no país. Sobre esse processo de consolidação dos progressistas, a mensagem diz:

> Mas, logo que os conservadores puritanos viram que com efeito as ideias da liga iam tendo voga no país, e estavam sendo abraçadas pela opinião pública, que a liga era realmente um partido político vigoroso entroncado na Corte e ramificado pelas províncias do Império ficaram cabisbaixos, e em vez de altivez mostraram baixeza, em vez de energia começaram a murmurar da sorte, e a deixar escapar suas lamúrias.[178]

Esse grupo que fazia oposição foi caracterizado na mensagem como conservadores vermelhos, porque foi o grupo de conservadores que manteve sua filiação partidária associada ao grupo inicial saquarema do Rio de Janeiro. A oposição desse grupo, após atentar sobre a consolidação dos progressistas, direcionou como questão a falta de tradição que esse grupo teria, por ser ele formado por partes dissidentes dos partidos nacionais, Liberal e Conservador. Dessa forma, a crítica dos conservadores que atentava para a formação do Partido Progressista teria ocorrido pelas dissidências de alguns membros insatisfeitos, o que não resultaria na constituição de um grupo coeso no sentido de tradição e das práticas em comum que um partido político deveria ter.

A mensagem continua sua explanação sobre a oposição dos conservadores puros, que, naquele momento de consolidação do partido novo no cenário nacional, questionavam qual seria a base do partido novo e qual era de fato o programa político desse grupo que somente direcionava reformas ao governo.

A publicação responde a essa colocação caracterizando o programa do Partido Progressista como sendo o favorecimento do "progresso como missão e fim", sendo explicado nas páginas de *Liga e Progresso* que as reformas que os progressistas acreditavam serem necessárias para alcançar o progresso social do país eram a parte central do programa daquele partido: "O progresso do País, quanto a nós, consiste atualmente na satisfação das nossas mais palpitantes necessidades: a realidade do sistema representativo pela fiel observância do princípio da divisão, harmonia e independência dos poderes."[179] Existiam alguns aspectos do Estado brasileiro que eram observados pelos progressistas desse contexto como entraves no processo de desenvolvimento do país e todas as ideias se articulavam em torno da descentralização do governo.

---

[178] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 5, p. 1, 22 nov. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[179] MOURA, loc. cit.

A divisão de poderes era um dos aspectos do governo que, naquele contexto, oferecia os maiores entraves para o funcionamento ideal do governo, segundo os progressistas. Isso porque alguns cargos participavam de poderes distintos e por isso se confundiam na execução de trabalhos ora administrativos e burocráticos, ora políticos. A publicação no *Liga e Progresso* inferia que era preciso existir uma orientação geral para os limites e os deveres de cada poder, sendo isso a explicação da necessidade das reformas que os progressistas organizavam no seu programa.

Algumas reformas eram entendidas como essenciais por esse grupo, tais como a responsabilidade fiscal, a separação do corpo policial do Poder Judiciário, a reorganização da Guarda Nacional e maior autonomia política dos municípios. Todos esses itens eram listados nos projetos de reforma dos progressistas e essas modificações serviriam para promover a descentralização política, pois era assim o entendimento desse grupo em relação às possibilidades que cada localidade da nação teria na execução dos melhoramentos necessários.

Cada município seria dessa forma autorizado a gerenciar os projetos locais, observando as suas possibilidades financeiras. Essas ideias eram defendidas em torno do processo contínuo de modificações da Constituição, segundo as quais esse grupo reformista acreditava ser a melhor alternativa na empreitada de progredir a nação e que a publicação do *Liga e Progresso* acreditava ser o desejo da maioria dos políticos daquele momento. A respeito do liberalismo político brasileiro desse momento, Costa explica:

> As elites brasileiras não podiam ignorar que o liberalismo nada tinha a ver com a realidade vivida por milhões de brasileiros. Mas atribuíam essa deficiência ao atraso. [...] no Brasil, o liberalismo continuava a funcionar como utopia, uma promessa a ser cumprida. Apontava-se para a distância entre o país real e a teoria liberal, criticava-se a sua prática, mas não suas premissas.[180]

Dessa forma, a implantação do liberalismo político no Brasil durante esse momento enfrentou dificuldades, que eram reflexo da realidade político-social do Brasil à época. A sociedade brasileira era profundamente marcada pela escravidão, o que criava contradições entre a ideia de igualdade defendida pelos reformistas e a realidade da exploração de uma parcela significativa da população. Outra dificuldade foi a oposição dos conservadores na elite política imperial, pois representavam a maioria no Senado e no Conselho de Estado. Essas resistências resultaram no retardamento do processo de implantação das reformas liberais na política imperial.

[180] COSTA, op. cit., p. 166.

Deolindo Moura propagou as ideias dos progressistas para o Piauí por meio do *Liga e Progresso* durante a circulação que esse periódico teve. O sentido da formação tanto do partido nacional, Liga Progressista, quanto do jornal político piauiense era promover as reformas políticas para viabilizar as mudanças que acreditavam ser a razão do progresso brasileiro. As ideias mais caras a Deolindo Moura foram o combate ao mau uso da máquina pública e a defesa do autogerenciamento das localidades. Podemos caracterizá-las como de maior atenção para esse jornalista pela presença na maioria das publicações do *Liga e Progresso* mais do que os outros temas dos progressistas.

João Lustosa da Cunha Paranaguá seguiu sendo o principal interlocutor do Rio de Janeiro que o *Liga e Progresso* teve. Na última edição do ano de 1862, publicada em 31 de dezembro, o jornal sai em favor de Paranaguá nas alegações que este recebeu dos membros da família Mendes de ser um desertor das fileiras do Partido Conservador. Nesse momento atuavam no cenário político piauiense Antônio de Sousa Mendes Jr. e Simplício Mendes Sousa.

A acusação foi rebatida por Deolindo Moura no jornal a partir da ideia de que Paranaguá não tinha feito promessa ou mesmo se comprometido com a causa dos conservadores puros, ou seja, defender a Constituição e o poder do imperador. Deolindo Moura apresenta em sua publicação que o compromisso daquele político era fazer o Piauí se desenvolver pela execução de projetos políticos bem elaborados. Dessa forma, Paranaguá é apresentado na folha piauiense como tendo uma postura política muito coerente com a causa da prosperidade nacional.

Essa disputa entre os membros do Partido Conservador no Piauí com Paranaguá se prolonga no ano de 1863, devido à posição ocupada por este político no cenário nacional. *Liga e Progresso* apresentou a defesa de Paranaguá contra os ataques feitos pelo grupo dos conservadores locais. Sendo assim, o jornal piauiense construiu a imagem do político que atuava no cenário nacional como agente da política do Partido Progressista.

Sobre esse conflito, Deolindo Moura publica, em 7 de fevereiro de 1863, no número 12 do *Liga e Progresso*, o seguinte: "O Exmo. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, ameaçado pelos Srs. Mendes, do Piauí, únicos que compõem o Partido Conservador puritano na Província."[181] A mensagem encerra com a explicação da alteração partidária de Paranaguá, saindo do Partido Conservador para o grupo dos progressistas.[182]

Nesta mesma publicação, o jornal conta com uma matéria do município de Parnaíba (PI), que reforçava a ideia de que o novo partido, em relação ao ímpeto de desenvolvimento da

[181] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 1, 7 fev. 1863. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[182] MOURA, loc. cit.

nação, está associado com a descentralização do poder e autonomia dos municípios, e explicava quais seriam as mudanças que prepariam o Brasil para o progresso.

A mensagem segue explicando que o Partido Conservador defendia naquele momento a derrubada do gabinete Olinda (1862-1864), pois representava o Partido Progressista, e que os membros desse novo partido defendiam a dissolução da Câmara Legislativa. Explicava ainda que: "A vida da Liga depende da dissolução da Câmara dos Deputados [...] por isso, contam que ainda mais uma vez esmagarão a esse progresso, que ousa assombrar o repouso da estabilidade."[183] A atuação dos setores políticos conservadores na Assembleia Geral desafiava a manutenção dos projetos da reforma defendidos pelos progressistas e defendia a sua manutenção na política brasileira.

Essa matéria, contida no *Liga e Progresso*, oferecia como justificativa para entender a ilegalidade da dissolução do ministério Olinda a reflexão sobre como tinham ocorrido as eleições para a Assembleia Geral daquela legislatura (11ª legislatura – 1861 a 1863). Era apresentado que as eleições tinham ocorrido de forma irregular e a maioria dos membros daquela assembleia não representavam, de fato, o povo votante das localidades. Ou seja, para o grupo que publicava no *Liga e Progresso* as regras do jogo político não deveriam, nesse caso, obedecer às suas ortodoxias, pois era na decisão da nação que repousava a representação do país. Com isso, a publicação inferia:

> E não deve o governo do país se dobrar a um que lhe acena com sua maioria, máxime estando essa maioria no parlamento em oposição à maioria da nação; o governo em tal caso considera o parlamento sem a devida força, porque esta emana do povo, e o povo é que assim se pronuncia, e então constitui o ministério a gosto e contento do povo, e não a gosto desses representantes, que já não merecem confiança.[184]

O sistema representativo inglês é analisado nessa publicação como caso exemplar de reformas na manutenção da ordem e na perspectiva de amparo social aos diferentes interesses da população que compunha aquele reino.

Sendo assim, a publicação pondera que mais justo seria obedecer a vontade do povo brasileiro, que não estava corretamente representado, e conclui que seria um caso em que o progresso de todo o país dependia da continuidade do ministério de Olinda, e "com mais razão quando o país se acha em circunstâncias excepcionais como o nosso."[185] Em resumo, o jornal abria espaço para apresentar a ideia de que o ministério progressista deveria ser preservado, a despeito de representar minoria eleita na Assembleia Geral.

---

[183] MOURA, loc. cit.
[184] MOURA, loc. cit.
[185] MOURA, loc. cit.

Uma nota enviada do munícipio de Pedro II (PI) foi publicada em 7 de março de 1863, no número 14 do *Liga e Progresso*. A sua mensagem fazia referência ao discurso que os conservadores proferiam no Rio de Janeiro sobre a formação heterogênea do Partido Progressista. A publicação buscava referências de países com formação política mais remota, para valorizar a ideia de heterogeneidade na política, explanando: "Percorra-se Paris, Londres ou Pequim e não se encontrará, em qualquer dessas grandes cidades do mundo, dois homens, duas mulheres tão idênticos no físico e na moral que não tenham um sinal característico que os distinga."[186] Dessa forma, a ideia defendida era de que a experiência progressista desses lugares era consequência justamente do caráter heterogêneo de suas sociedades. A pluralidade de ideias era defendida como característica que favorecia o progresso e o desenvolvimento. A publicação continuava:

> A variedade é uma das primeiras leis da natureza: se está, por toda parte e mesmo dentro de nós [...] não admira que os conservadores moderados e os liberais coligados em um só pensamento, sem cederem uns e outros um ceitil de seus primitivos princípios, hajam estabelecido a Liga como a única política capaz de fazer a roda social brasileira girar nos seus devidos eixos.[187]

Os trabalhos da Liga Progressista eram apresentados como fundamental para executar a política que iria fazer o Estado brasileiro funcionar corretamente. A ideia central era que a modificação política por meio das reformas implicaria no avanço da nação, sendo estabelecido que a obediência aos limites da tradição da lei constitutiva do país indicaria qual o caminho correto a seguir nesse contexto de reorganização política e de integração das forças sociais dissidentes em torno da Liga.

A atividade intelectual de Deolindo Moura durante a década de 1860 se caracterizou para além das produções escritas que publicou na imprensa. O estudo das biografias produzidas sobre esse político nos ajuda a compreender que a atuação de Deolindo Moura no Piauí ocorreu em diferentes searas, como é o caso da advocacia. Uma de suas biografias, que nos revelou a ordem cronológica de suas atividades, foi a produzida por Clodoaldo Freitas. Em relação à justificativa da biografia produzida, esse intelectual escreve:

> Estas páginas despretensiosas, consagradas à sua abençoada memória, justo tributo que, acredito, será subscrito por todos os piauienses, não levam, em coisa alguma, à mescla de meu amor próprio, naturalmente enaltecido pelo fato, de que me desvaneço, de ser parente conjunto desse que era o orgulho de nossa família e o representante de seu nome na história e no futuro.[188]

---

[186] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 14, p. 4, 7 mar. 1863. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[187] MOURA, loc. cit.
[188] FREITAS, 2012, p. 75.

A intencionalidade do autor em biografar um determinado sujeito, em detrimento de outros, é um interdito que nos comunica o interesse de construir memória. A narrativa biográfica tem sempre o caráter intencional em sua produção. A respeito do uso de biografias em trabalhos historiográficos, Giovanni Levi propõe o seguinte: "A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia."[189] Nos vale compreender que essas fontes, quando questionadas e observadas no seu contexto de produção, enriquece a historiografia.

Clodoaldo Freitas impõe o seu olhar para a comunidade política piauiense, elegendo para ela seus heróis e construindo a história de seus feitos. Nesse registro da atividade intelectual de Deolindo Moura existem os apontamentos dos desvios que cometeu, que são contrabalanceados pela ideia que Clodoaldo constrói, ao longo de toda a narrativa, da necessidade de intervenção no governo da época em que Deolindo viveu, por causa do controle do Estado pelos conservadores.

> As vezes em que se transviou pelos exacerbamentos das paixões partidárias, pelo fervor das contendas e rancores de agressão foram episódios isolados, sem valor de natureza alguma no inventário desse tempo, que não pode ser aquilatado pelos exageros momentâneos, pelos doestos que se arremessavam homens ilustres, piauienses que fazem honra à nossa terra e que não devem levar para a história as fezes de seus serviços.[190]

O caráter episódico dos delitos cometidos por Deolindo Moura é uma estratégia que seu biógrafo utiliza no intuito de humanizar o seu "objeto de pesquisa". Dessa forma, Clodoaldo Freitas caracteriza os erros de Deolindo Moura como sinônimos de intervenção, de militância. Atribui também a característica da personalidade de Deolindo: "Grande é o número dessas tramoias, que ele, seriamente, com uma gravidade inexcedível, praticava nas grandes ocasiões de perigo, em que todos os meios justificam os fins."[191] O uso da narrativa por esse autor tem como função ser instrumento de redenção e de aclamação. Sobre a atividade que realizava nos tribunais como advogado, Clodoaldo nos mostra:

> Deolindo Moura era, principalmente, orador judiciário. No júri, diante desse enternecedor e lúgubre aparato de que se rodeia a justiça, sua imaginação acendia-se em lampejos e sua palavra trovejava, os conceitos fluíam abundantes na discussão das provas da inculpabilidade do seu cliente.[192]

---

[189] LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 168.
[190] FREITAS, op. cit., p. 74.
[191] Ibid., p. 73.
[192] FREITAS, 2012, p.72.

De forma geral, podemos compreender que a biografia de Deolindo Moura serviu para Clodoaldo Freitas caracterizar a luta política como um fenômeno que marcou a história da comunidade piauiense da qual fazia parte. Deolindo Moura é caracterizado, para além da imprensa periódica, como um homem público que realizou diferentes atividades profissionais, haja vista a sua aptidão pela oratória. Essa sua característica o fez pertencer, segundo Clodoaldo, ao centro do Partido Liberal do Piauí, pois conseguia fazer oposição ao mando dos conservadores, com a excelência de sua performance no debate político por meio tanto da imprensa quanto dos espaços de uso coletivo na província.

O momento de inserção das ideias do novo partido na província do Piauí teve o bônus da montagem e da circulação do jornal *Liga e Progresso* por Deolindo Moura, que se tornou o instrumento de interlocução das ideias defendidas por aquele núcleo, no Rio de Janeiro, na comunidade política piauiense.

Deolindo Moura utilizou várias estratégias para legitimar a importância da circulação do jornal, do qual era o principal redator e financiador. A partir da análise das publicações desse periódico, podemos identificar quais foram essas estratégias, sendo destaque o uso da opinião de Antônio de Sampaio Almendra, que era um político conservador local que publicou suas ideias em concordância com o surgimento da Liga. Também podemos citar a conexão que esse periódico teve com João Lustosa da Cunha Paranaguá na defesa contra os ataques que esse político recebeu de membros do Partido Conservador local, sendo a publicação das defesas e a valorização de sua atuação política no cenário nacional formas de interagir com a política progressista e de construir a imagem do periódico como um veículo de interação importante entre a Corte e o Piauí.

A análise das publicações desse jornal revela um esforço para a aceitação das ideias pela comunidade local e pelo reconhecimento da importância do novo partido e do jornal em si. No seu último ano de circulação, em 1865, Deolindo Moura não mais fazia parte da equipe de redatores do *Liga e Progresso*. Tinha se dedicado aos trabalhos de advocacia no foro das relações privadas e se distanciado do foro público até fundar seu novo periódico, *A Imprensa*, em 7 de julho de 1865. Deolindo publica o seguinte em sua primeira edição:

> Estaremos ao lado do filho do povo, ora como conselheiro, ora como advogado e sempre como guia zeloso e circunspecto. Onde houver uma lição proveitosa, lhe ensinaremos; onde houver um abismo, lhe apontaremos; lhe rasgaremos todos os véus que envolver uma verdade salutar, e incitando-o ao trabalho, oferecendo-lhe a virtude como norma divina de proceder, o exortaremos a que seja bom homem e cidadão benemérito. Entretanto, nossos mais ardentes desejos vibram-se no progresso e na

> civilização deste opulento e império americano e, particularmente, desta formosa província.[193]

A respeito desse momento que se inicia com a criação d'*A Imprensa,* Miguel Borges comenta sobre a relação de Deolindo Moura com o periódico: "O terceiro e último periódico de que foi redator nesta província, e do qual sabemos se encarregou até a véspera de sua sentidíssima morte, foi *A Imprensa*; salvo pequenas interrupções, foi ele por vários anos seu principal redator, e até mesmo único por algum tempo."[194] Sua atividade na redação desse periódico se insere no momento em que a atuação de José Manoel de Freitas se caracteriza no centro do governo local.

[193] A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, n. 1, p. 1, 7 jul. 1865. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. Acesso em: 15 fev. 2023.
[194] CASTELO BRANCO, 2012, p. 153.

4 A ATUAÇÃO DOS LIBERAIS NA POLÍTICA DO PIAUÍ NOS ANOS 1860

Nesse capítulo observamos as consequências do desenvolvimento da guerra contra o Paraguai para o Piauí, entendendo o impacto desse conflito no exercício das atribuições de José Manoel de Freitas enquanto chefe de polícia durante a administração de Franklin Dória. Analisamos as considerações de José Manoel de Freitas sobre a realidade e as possibilidades de desenvolvimento do Piauí à época, contidas no relatório que apresentou para a Assembleia Provincial em 1868, no momento em que assumiu o governo dessa província.

4.1 Entre a política e a guerra: o percurso político de José Manoel de Freitas no Piauí

Durante a década de 1860 ocorreram movimentações importantes na política brasileira. A formação da Liga Progressista como o novo partido político nacional e a sua representação com os ministérios Zacarias[195] e Olinda[196] impactaram na forma como alguns segmentos da comunidade política organizavam sua filiação partidária. Raymundo Faoro entende esse momento como sendo o sinal da fragmentação centralista do Império. Conforme esse teórico: "Dessa jornada de 1860 sai a primeira contestação relevante à estrutura do Segundo Reinado, com a vitória dos liberais nas eleições em muitas cidades, sobretudo no Rio de Janeiro [...]"[197]

A província do Piauí comungou desse movimento político na medida em que houveram piauienses que absorveram as ideias da Liga e modificaram sua filiação partidária, sendo João Lustosa da Cunha Paranaguá, que era um dos representantes piauienses de maior destaque na política central, um exemplo. Esse momento político de modificações na estrutura bipartidária do Império, cuja característica principal era a proximidade com o discurso liberal reformista, impactou também para a criação do periódico piauiense *Liga e Progresso.*

Desse modo, o estudo dos discursos produzidos pelos políticos desse período nos ajuda a entender suas ambições quanto aos projetos de reforma que desejavam executar. Nesse período alguns membros do Partido Conservador participaram da organização política em torno da bandeira liberal progressista. A respeito da identidade de alguns desses políticos e sobre as motivações que os fizeram aderir a novas ideias políticas, Angela Afonso nos informa que:

> A primeira dissidência pró-reformas se abriu do lado conservador em 1862. Eram chefes como Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis, Sinimbu, Saraiva e Paranaguá que,

[195] Zacarias de Góes assumiu o ministério em três momentos: 1º gabinete (1862), 2º gabinete (1864) e 3º gabinete (1868).
[196] Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, assumiu o ministério em dois momentos: 1º gabinete (1862) e 2º gabinete (1865).
[197] FAORO, op. cit., p. 491-492.

> persuadidos pela necessidade em mudanças e desacreditados da boa vontade saquarema em fazê-las, se uniram à ala mais moderada dos liberais para formar a Liga Progressista.[198]

Algumas dessas reformas giravam em torno das questões históricas dos liberais, sendo exemplo a descentralização administrativa do Império para o fortalecimento das localidades, a revisão do código comercial, dentre outras.

A atuação política no governo central durante a década de 1860 foi atravessada por inúmeros desafios, entre eles a formação e a gestão de um ministério com membros do Partido Progressista e, posteriormente, a mobilização de pessoas e recursos para a guerra contra o Paraguai. As possibilidades de alianças e o acirramento dos confrontos formaram o pano de fundo da política nacional.

A década de 1860 foi interpretada por José Murilo de Carvalho como o momento do apogeu[199] do governo imperial brasileiro. Os maiores indicativos dessa relativa ascensão são os avanços nas vias de comunicação do país, marcando, assim, a "era dos melhoramentos materiais"[200] e das relações comerciais, que traduzem o "primeiro período de franca prosperidade comercial".[201] Esse momento do Brasil traduziu as contradições da aplicação do liberalismo político, sendo o maior indicativo a impossibilidade de montar a indústria nacional, tendo em conta a presença da escravidão como estrutura de trabalho nesse país.

Esse contexto político teve a característica de acentuar as diferenças entre as tradições coloniais e as novas formas de interação com o mercado internacional. O fim do tráfico de africanos pelo Atlântico em 1850 foi uma alteração que anunciou o fim da escravidão, haja vista a impossibilidade de trazer pessoas dentro desse sistema de trabalho forçado. No entanto, a discussão sobre esse tema pela comunidade política brasileira à época não significou a alteração dessa instituição até as vésperas do colapso do Império em 1888.

Ângela Alonso observa que, mesmo os grupos liberais, caracterizados pelos projetos que elaboravam para reformar o Estado, não enfrentaram o problema da escravidão de forma efetiva. Dessa forma, conclui: "Toda proposta de reforma se apresentava sempre como

---

[198] ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 72.

[199] Em seu estudo sobre a composição da elite política brasileira no período imperial, José Murilo de Carvalho divide a história do Império brasileiro em cinco momentos: 1. Primeiro Reinado, 1822-1831; 2. Regência, 1831-1840; 3. Consolidação, 1840-1853; 4. Apogeu, 1853-1871; 5. Declínio e Queda, 1871-1889. Cf.: CARVALHO, op. cit., p. 59.

[200] HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. p. 57. (O Brasil monárquico, v. 6, t. 2).

[201] PRADO JUNIOR, op. cit., p. 89.

‘melhoramento’, sem questionar a lógica do sistema.”[202] Ou seja, as consequências das modificações das reformas propostas pelo grupo político nesse período só alteraram superficialmente o sistema político-econômico brasileiro. As questões mais desafiadoras do período, como o trabalho escravizado, foram enfrentadas tangencialmente. O crescente número de imigrantes europeus nas décadas seguintes a de 1850 indica as medidas que surgiram como solução para a problemática da escravidão no Brasil.

A navegação a vapor do Parnaíba foi o projeto político que visou a geração de renda local a partir do comércio dos gêneros locais e serviços como transporte de pessoas. Durante toda a década de 1860 esse empreendimento foi impulsionado pelos legisladores e administradores provinciais. Clodoaldo Freitas indica a expansão dessa atividade com a análise dos seguintes dados: “Por esse tempo foi feita a segunda chamada de 20% destinada à compra de um segundo vapor, que deveria calar de 2 a 3 palmos e ter a força de 30 a 40 cavalos.”[203] Nesse período, os projetos que visavam o desenvolvimento econômico da província do Piauí se relacionaram com a navegação a vapor do rio Parnaíba.

Santana explica que a economia piauiense, durante a segunda metade do século XIX, participou do mercado internacional com a exportação, principalmente do algodão bruto: “A guerra de secessão americana contribuiu para o aumento da produção brasileira, com reflexos no Piauí.” [204] Dessa forma, no decênio de 1860 foi observado o crescimento da exportação desse insumo local como consequência circunstancial da Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865).

A participação do Piauí no mercado internacional com a produção e exportação do algodão se limitou ao período de crise política vivenciado pelos Estados Unidos, isto é, logo quando as províncias do Norte estadunidense conquistaram as do Sul dessa região, o algodão produzido nessa ex-colônia britânica assumiu posição central no mercado internacional.[205] Isso trouxe como consequência para o Piauí a continuação da pecuária como atividade econômica, com o maior volume de renda arrecadada pela província dentre todas as atividades econômicas do período.[206]

José Manoel de Freitas inicia sua vida política e atividade profissional no período das consequências da política da Conciliação. A sua atividade política pode ser compreendida por

[202] ALONSO, op. cit., p. 79.
[203] FREITAS, 2020, p. 203.
[204] SANTANA, op. cit., p. 148.
[205] HOBSBAWM, op. cit., p. 54.
[206] SANTANA, op. cit., p. 150.

meio das suas produções escritas, sejam elas os registros na imprensa ou os arquivos governamentais onde registrou sua atuação.

Nesse sentido, José Manoel de Freitas deve ser entendido como um intelectual de seu tempo, visto que a sua atividade profissional pública se relacionou com a cultura política do Império, com a característica de aprender na academia de Direito a prática e os códigos comuns adotados pela comunidade política da qual fez parte, sendo o uso da imprensa um destaque nesse aspecto. O debate que cria com essa comunidade política no Piauí, por meio do uso da imprensa periódica, revela que esse político adotou a prática de uso da escrita para a realização dos debates e propagação das ideias.

O estudo das relações que esse político conseguiu estabelecer com a comunidade política piauiense exemplifica uma possibilidade de ocupação das posições de poder, mesmo com toda a instabilidade da época, pois, como ensina Remond: "A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real."[207] Nesse sentido, conseguimos compreender o início da vida profissional como sendo no contexto de uma administração conservadora.

O primeiro momento da vida pública de José Manoel de Freitas desenvolveu-se consoante a da maioria dos políticos desse período, pois, como nos informa Queiroz: "As ligações dos bacharéis com o Estado e seu aparato burocrático são muito grandes e é clara a preferência pelas carreiras judiciárias."[208] No caso de Freitas, sua atuação profissional iniciou quando foi nomeado Promotor Público de Caixas (MA), em 1858, na administração de João Lustosa da Cunha Paranaguá.

A presença desse político no exercício desse cargo provou-se breve, pois em 1º de maio de 1859 foi nomeado para exercer o cargo de secretário interino da presidência da província do Piauí, na administração de Antônio Correia de Couto (24 de janeiro de 1859 a 27 de junho de 1859). Clóvis Bevilaqua comenta o seguinte a esse respeito: "Sua estada em Caxias foi breve, pois já de maio de 1859 era nomeado secretário interino da presidência do Piauí. Não obstante, aí mesmo deixou provas exuberantes de sua aptidão e energia."[209] Cabe sublinhar que esse início da atividade profissional de José Manoel de Freitas ocorreu durante administrações de políticos conservadores. Na província do Maranhão atuou por conta da nomeação que recebeu da administração Paranaguá e na província do Piauí foi nomeado pela administração de Antônio

[207] RÉMOND, op. cit., p. 449.
[208] QUEIROZ, 2011, p. 112.
[209] BEVILAQUA, 1888, p. 19.

Correia de Couto, o que informa a possibilidade de políticos de partidos de oposição poderem ser inseridos em cargos da burocracia provincial nesse período.

Devemos analisar que os presidentes de província eram representantes do governo central. Esses homens públicos participavam da vida política imperial, por exemplo, por serem membros dos partidos políticos, e por isso mesmo tinham os seus interesses e os revelavam nas decisões que deliberavam no exercício desses cargos. Com esse raciocínio conseguimos entender que essas administrações conseguiam promover carreiras pela assistência a políticos e aos seus grupos ou podiam dificultar a participação de políticos nas atividades da burocracia local com o ostracismo de grupos partidários.

Em relação à administração de Antônio Correia de Couto no Piauí, Clóvis Bevilaqua redige o seguinte: "O presidente do Piauí, porém, o Dr. Antônio Correia de Couto, desfraldara a bandeira liberal reagindo contra os conservadores que estavam no gozo do poder e que lhe conseguiram a demissão antes de haver completado seis meses."[210] Desse modo, conseguimos compreender a nomeação de José Manoel de Freitas para a secretaria do governo como sendo uma decisão subjetiva desse administrador, haja vista sua posição como propagador da política da Conciliação.

O jornal dos liberais piauienses à época, *O Conciliador,* servia como instrumento de defesa do administrador contra a reação dos conservadores locais. Podemos verificar, na publicação de 8 de maio de 1859 desse periódico, um exemplo desse serviço que o jornal prestava na defesa de Antonio Correia de Couto quando este tinha sido acusado pelos conservadores de não se empenhar na causa da navegação a vapor do rio Parnaíba:

> Diz-se no *Expectador* nº 26 que o exmo. Sr. Presidente mostrou a maior indiferença na chegada do vapor Urussuhy ao porto desta cidade. Eis uma mentira horrível! S. exc., imediatamente que o vapor fundeou no porto pelas 3 horas da tarde do dia 19 de abril, mandou postar à margem do Parnaíba a música dos educandos que executou variadas peças durante toda a tarde enquanto o povo visitava o vapor.[211]

O grupo dos liberais então organizou a defesa do administrador pela rememoração dos atos que esse político realizou com a chegada do primeiro vapor do Piauí naquele período. Além disso, a publicação segue enfatizando que o governo de Antonio Correia de Couto favoreceu o desenvolvimento local com o apoio que deu para a organização da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Paranaíba. Clóvis Bevilaqua comenta sobre a participação de José Manoel de Freitas na redação de *O Propagador*, quando expõe: "O órgão da Conciliação, em Teresina, era

[210] BEVILAQUA, 1888, p. 20.
[211] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. Espectador. *O Propagador*, Teresina, n. 67, p. 1, 8 maio 1859. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

O Propagador, cuja feição era genuinamente liberal. Para sua redação entrou desde logo, com fervente entusiasmo, o novo bacharel."[212]

José Manoel de Freitas foi nomeado para o cargo de Juiz Municipal da comarca de Parnaguá nesse mesmo ano de 1859. No relatório com que o presidente da província do Piauí, José Mariano Lustosa do Amaral, entregou o cargo em 5 de novembro de 1859, ele identifica na seção de Administração da Justiça a nomeação de José Manoel de Freitas: "Foram nomeados juízes municipais os bacharéis José Manoel de Freitas, da comarca de Parnaguá, e Francisco de Paula, da Parnaíba. Convém, porém, declarar que não estão ainda empossados os juízes nomeados para as referidas comarcas."[213] José Manoel de Freitas somente assume o cargo meses depois, quando ocorre sua substituição com a nomeação de Nabor Carneiro Bezerra Cavalvanti para a secretaria do governo provincial. Em 4 de março de 1860, a publicação nº 109 de *O Propagador* informa sua ida para a vila de Parnaguá: "Ontem à tarde seguiu desta para a vila de Parnaguá, a tomar conta do cargo de Juiz Municipal para que foi dignamente nomeado, o nosso ilustrado e prestimoso comprovinciano e amigo Sr. Dr. José Manoel de Freitas."[214]

Clóvis Bevilaqua comenta sobre a vida que José Manoel de Freitas e sua família levaram quando residiram na localidade piauiense, em que atuou como Juiz Municipal, nos seguintes termos: "Em janeiro de 1860, partiram os consortes para a remota vila de Parnaguá, onde passaram a vida sensaborona e desalentadora dessas merencórias aldeotas segregadas do convívio da civilização." [215] Durante o tempo em que esse político residiu nessa localidade, sua permanência física foi interrompida devido aos deslocamentos constantes que José Manoel de Freitas realizava, sendo um exemplo: "Eleito deputado provincial partiu para a capital a 17 de junho de 1860. Aí tomou parte ativíssima em todos os movimentos políticos, conseguindo fazer, com seus amigos, considerável maioria na assembleia."[216] O momento em que José Manoel de Freitas vai para a capital realizar seus trabalhos na Assembleia Provincial coincide com o fim da administração de Antonio Correia de Couto.

Em razão da demissão de Antonio Correia de Couto, o jornal *O Propagador* publica no dia 26 de junho de 1860 a mensagem que a Assembleia Provincial tinha proferido para aquele

---

[212] BEVILAQUA, 1888, p. 20.
[213] BARRETO, José Maria. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Maria Barreto, vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Silveira Sousa no dia 26 de setembro de 1859*. São Luís: Tipografia Comercial, 1859. p. 10.
[214] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. Comunicado. *O Propagador*, Teresina, n. 109, p. 1, 4 mar. 1860. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[215] BEVILAQUA, op. cit., p. 21.
[216] Ibid., p. 21-22.

administrador. Uma parte dessa mensagem expõe o que segue: "A Assembleia Legislativa do Piauí, tomada de surpresa pela inesperada demissão dada a v. exc. pelo governo de S. M. o Imperador, não pode deixar de patentear a v. exc. seus justos sentimentos."[217] Essa instituição constrói a ideia de que o governo desse administrador tinha executado a política central da conciliação de maneira efetiva e que sua demissão significava uma perda para o Piauí devido ao curto período de tempo não ter sido suficiente para acomodar essa política naquela comunidade.

Podemos, então, compreender que o grupo dos liberais fazia circular pelo *O Propagador* a ideia de que a demissão do administrador seria uma reação do governo central contra o avanço da organização liberal no cenário político local. Dessa forma, vale ressaltar que, nesse período, o Poder Executivo indicava os nomes de quase todos os cargos do Poder Judiciário. Além disso, era responsabilidade dos líderes executivos organizarem o corpo policial, indicando a posição de importância que os cargos do executivo tinham no contexto. Sobre essas atribuições, Ferraz nos explica que:

> Os Chefes de Polícia eram escolhidos pelo Imperador e pelo presidente da província dentre os Desembargadores e Juízes de Direito; os Delegados, escolhidos dentre os bacharéis e cidadãos; e Subdelegados eram, a partir de propostas, nomeados pelo Imperador e pelo presidente da província. [...] Os Juízes Municipais, no âmbito dos termos, passaram a ser nomeados pelo Imperador dentre os bacharéis de Direito.[218]

Nessa lógica, o judiciário estava a serviço do grupo que estava na liderança do governo e os políticos se mantinham em seus cargos enquanto esse grupo político se mantivesse como situacionista.

José Manoel de Freitas residiu em Parnaguá até 1861, quando foi transferido para ser Juiz Municipal da comarca da capital. Clóvis expõe o seguinte sobre esse momento: "Assumindo, em 16 de agosto, o exercício do aludido cargo, foi igualmente nomeado delegado de polícia da capital, cujas funções era costume aliar com as de juiz municipal."[219] Sua atividade nesse cargo ocorreu durante a administração do presidente Antonio Brito Sousa Gaioso (13 de maio de 1861 – 13 de junho de 1862), resultando no ataque desse administrador pelos conservadores locais. Sobre esses acontecimentos, Clóvis cita o que José Manoel de Freitas escrevera sobre:

---

[217] MOURA, Deolindo Mendes da Silva. Moção. *O Propagador*, Teresina, n. 74, p. 1, 26 jun. 1860. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.
[218] FERRAZ, op. cit., p. 103.
[219] BEVILAQUA, 1888, p. 23.

> Minha nomeação para a delegacia tornou suspeito o presidente que sofria censuras. [...] O presidente Sousa Gayoso revelava suas tendências para a ideia da reorganização dos partidos tendo sido aderente à Conciliação e daí a condescendência que parecia ter com os liberais; e daí as desconfianças dos homens da situação para com o seu governo.[220]

Essa citação da fala de José Manoel de Freitas sobre a relação conflituosa da política local quanto ao exercício da função de delegado na capital revela a importância que o cargo tinha para aquela comunidade como um todo. Os cargos de polícia na província eram postos que eram cobiçados pelos grupos políticos, pois tinham como função promover a organização social de acordo com a lei e, portanto, comandavam as cadeias e as regulavam. O trajeto profissional de José Manoel de Freitas foi caracterizado desde o seu início até meados de década de 1860 pelos conflitos que sua presença em cargos de liderança causou no grupo dos conservadores locais. Essa situação de disputa em relação à atividade de José Manoel de Freitas continua no período da guerra do Brasil contra o Paraguai.

O Império brasileiro na década de 1860 esteve em guerra, juntamente com duas repúblicas vizinhas, Argentina e Uruguai, contra a República do Paraguai. O Brasil tinha interesses distintos dos desta república, que implicavam na manutenção dos seus limites territoriais, na província do Mato Grosso, e na livre comercialização de seus produtos, principalmente erva-mate, por rotas fluviais dessa região. O clima político brasileiro durante a guerra sofreu variações devido a tal processo.

O desenvolvimento da guerra contra o Paraguai teve consequências negativas para a economia do Império e para a composição social da nação. O conflito bélico reconfigurou o ordenamento social brasileiro, sendo o impulso da importância das forças armadas a característica da guerra que maior significância teve para a história do Império nas décadas seguintes.[221] Na província do Piauí, esse período da guerra foi fundamental para o protagonismo político de José de Manoel Freitas enquanto líder dos liberais.

Durante a administração de Franklin Américo de Meneses Dória, José Manoel de Freitas assumiu o cargo de chefe da polícia no Piauí. A esse respeito, Clóvis comenta que: "Por Decreto de 4 de maio de 1864, foi ele nomeado juiz de Direito de Piracuruca, logo depois de ter concluído seu primeiro quatriênio de juiz municipal. Em seguida, por Decreto de 4 de junho do mesmo ano, foi nomeado chefe de polícia da província."[222] Por ter assumido o cargo apenas no dia 23 de julho de 1864, não foi encontrado registro de sua atividade no relatório que Franklin

[220] BEVILAQUA, 1888, p. 24.
[221] CARVALHO, 2020.
[222] BEVILAQUA, op. cit., p. 29.

Dória apresentou no dia 1º de julho daquele mesmo ano para a Assembleia Provincial. No entanto, no relatório apresentado por Franklin Dória em 1865, a respeito da atuação de José Manoel de Freitas como chefe de polícia, existe essa observação:

> Atuando ainda as causas principais, que facilitam a perpetração dos delitos, estes reproduzem-se quase na mesma escala. Se, porém, por força delas não podem ser prevenidos eficazmente, revela firme empenho em descobri-los e capturar seus autores o atual chefe de polícia, bacharel José Manoel de Freitas. Auxiliado de outras autoridades, os nobres esforços desse magistrado, digno por mais de um título da toga que veste, há produzido apreciáveis efeitos.[223]

Nesse relatório é possível identificar a atenção que Franklin Dória reservava para o assunto da guerra, caracterizando todos os esforços que sua administração tinha realizado com o objetivo de manter a segurança local e conseguir voluntários para lutar no conflito, visto que sua posição servia como um reforço da política central no Piauí.

A guerra contra a república paraguaia ativou o temor do governo central de alimentar os desejos separatistas das províncias do Sul, posto que essas localidades tinham provocado uma crise interna no momento recente da história nacional daquele período. Johny Santana de Araújo explica a importância que o governo brasileiro à época reservava à constituição do Estado e das instituições que o legitimava e compreende com isso o perigo que a república paraguaia representava naquela conjuntura: "É nessa perspectiva que podemos encontrar o germe da preocupação do governo imperial com o surgimento de um Estado Nacional poderoso nos seus limites austrais."[224] Sendo assim, a guerra foi utilizada como ferramenta de reforço para a construção da identidade nacional.

A realização da guerra, de acordo com a idealização do governo central, fazia parte de uma agenda elaborada pela elite política nacional. Dessa forma, todos os níveis da administração e da política do país receberam como missão a execução desse projeto. A presença dos representantes públicos do governo central servia naquele momento para organizar os grupos políticos locais em torno desse projeto.

Correlato a esse processo político de construção da identidade do país a partir da guerra, a comunidade política do Piauí vivia a luta pelo acesso aos cargos centrais da administração pública da província, sendo nesse momento os cargos de polícia muito importantes devido à guerra. A nomeação de José Manoel de Freitas para o cargo principal da polícia na província

---

[223] PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Franklin América de Menezes Dória*. São Luís: Tipografia de B. de Matos, 1865. p. 9. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/brazil. Acesso em: 2 fev. 2023.
[224] ARAÚJO, 2011, p. 27.

foi questionada pelo grupo dos conservadores e serviu como justificativa para essa facção caracterizar negativamente a administração Dória.

A análise da composição da turma de José Manoel de Freitas na faculdade de Direito de Pernambuco nos indica o nome de Franklin Dória como um dos ingressos. Clóvis, em seu estudo sobre a Faculdade de Direito de Recife, escreve o seguinte sobre o início da vida acadêmica de José Manoel de Freitas: "Em 1854, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, tendo por contemporâneos no curso acadêmico: Gentil Homem, Calasans, Franklin Dória [...]"[225]

O momento de formação acadêmica foi um período importante para a vida profissional dos bacharéis que atuaram na política brasileira, pois era o momento em que interagiam com as ideias políticas do Império e tinham oportunidade de perceber a experiência da comunidade que era formada por homens de diversas localidades. A respeito da importância desse momento para a vida profissional dos políticos, Sirinelli observa que: "É possível e necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de 'redes' de intelectuais adultos."[226] Isso contribui para a ideia de que o momento de formação de José Manoel de Freitas e de Franklin Dória impactou para a rede de apoio criada no exercício de suas atuações.

Franklin Dória, sendo um membro do Partido Conservador, nomeou José Manoel de Freitas para liderar o corpo policial da província. Essa atitude fez com que parte do grupo dos conservadores piauienses caracterizasse essa administração como contrária aos interesses desse grupo. Por isso, mantiveram-se como oposição durante todo o período em que a administração Dória atuou no Piauí.

Esse grupo de oposição caracterizou o presidente como propagador de concessões aos liberais, atuando para além do balanceamento da representação dos grupos no poder, como era esperado da sua função. O grupo dos conservadores locais entenderam a escolha como um ataque ao seu grupo.

Nosso intuito é compreender a atuação de José Manoel de Freitas como o político liberal que era, entendendo a convergência com o projeto do governo central na sua atuação como chefe da polícia no momento exato de reordenamento que as funções policiais tiveram por causa da guerra contra o Paraguai. A respeito da história da polícia no Brasil, o estudo que André Rosemberg faz é interessante, pois nos informa que:

---

[225] BEVILÁQUA, 2012. p. 138.
[226] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: REMÓND. René. *Por uma história política.* 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 248.

> Principalmente a partir do fim da Guerra do Paraguai, quando as forças policiais se reorganizam e a Guarda Nacional começa a perder seu caráter policialesco, percebe-se o avanço de organizações policiais atreladas ao poder central, via presidente de província e ministro da Guerra. Esses aparatos passam a receber a fatia orçamentária mais avantajada das rendas provinciais e ganham preeminência em relação a outras forças policiais de caráter local ou municipal.[227]

Vale ressaltar que, nesse período, o Poder Judiciário tinha suas nomeações e indicações realizadas pelo Poder Executivo. Além disso, aquele poder funcionava em correlação com o corpo policial, ressaltando nessa estrutura o caráter centralista de seu funcionamento. Na publicação de 9 de dezembro de 1865, o jornal *A Imprensa* noticia o seguinte:

> [...] a 3 do corrente mês chegou, no Uruçuí, procedente da Parnaíba, o distinto chefe da polícia Dr. José Manoel de Freitas, de volta de sua comissão àquela cidade, acompanhando o corpo de guardas nacionais expedicionários a fim de providenciar sobre qualquer emergência. Tudo foi em paz e o sr. prestou mais esse serviço.[228]

Essa notícia apresenta um dos deslocamentos geográficos pela província do Piauí realizado por José Manoel de Freitas enquanto chefe da polícia do Piauí. Essa movimentação esteve associada à execução do projeto de Franklin Dória, que tinha como objetivo conectar o Piauí aos ideários de realização da guerra promovidos pelo governo central, que estabelecia que os brasileiros deveriam representar o país como uma nação forte indo ao campo de batalha como combatentes instituídos de patriotismo. Portanto, o recrutamento de soldados e a agremiação de voluntários para a causa da guerra eram valores indispensáveis nesse contexto da administração Dória.

Ressaltamos também que a projeção nacional desses administradores estava associada à execução eficiente das funções a que eram confiados. Nesse caso, era a chefia do executivo no Piauí. A atuação de Franklin Dória como homem público em favor dos programas do governo central revelou sua competência, pois a quantidade de voluntários e de corpos da Guarda Nacional enviada para o campo de batalha pelo Piauí revelou-se como sendo acima do valor solicitado pelo governo central. A respeito das estratégias que esse político utilizou para conectar a comunidade piauiense à política da guerra do governo central, podemos identificar no relatório que a administração Dória apresentou em 1865 na Assembleia Provincial do Piauí a seguinte ideia:

---

[227] BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 169, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/journal/Topoi-Revista-de-Historia-2237-101X. Acesso em: 16 fev. 2023.

[228] NOTICIÁRIO. *A Imprensa*, Teresina, n. 20, p. 4, 9 dez. 1865. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. Acesso em: 15 fev. 2023.

> Sabeis quão edificante de patriotismo é o modo como tem-se pronunciado o país em relação a essa grande luta internacional, da qual, tudo nos augura, sairão vingados os ultrajes feitos à nossa soberania e os danos que nos têm sido causados pela perversidade de Solano Lopez. Como por encanto, as províncias têm regurgitado com centenas e centenas de voluntários da pátria, os quais briosamente correm ao campo da peleja. Há aí largo assunto para dourar mais algumas páginas da nossa história; para aumentar o lustre do reinado do sr. Dom Pedro 2º, já tão rico dos frutos da sua sabedoria; para enfim despertar em todos os corações brasileiros os sentimentos do mais nobre orgulho.[229]

A mensagem serve como alusão ao papel que a comunidade piauiense deveria ter no sentido de sua participação na guerra. Nesse relatório encontra-se a ideia de propulsão de imagem de José Manoel de Freitas, pois existia um esforço na escrita de Franklin Dória em identificar a atuação de político piauiense como excedente às suas expectativas, relacionando tanto ao momento de relativo desprovimento das forças públicas de combate ao crime e de proteção aos cidadãos, por causa do envio de uma parcela considerável de homens associados a esse serviço e de seus comandantes para a guerra, quanto para construir a imagem do chefe dos liberais no Piauí como excepcional na atuação desse cargo, tendo em vista que o grupo dos conservadores estava organizado para tecer suas críticas.

O periódico dos liberais na época era *A Imprensa*. José Manoel de Freitas utiliza esse jornal para publicar nota explicativa sobre a situação de irregularidade nas ações do comandante superior interino da Guarda Nacional do município de Parnaíba (PI). Dentre as ações indevidas de Eleutério Antonio Soares Braga no exercício de seu cargo é listada a prática de solicitar propina para realizar dispensa de piauienses do serviço militar obrigatório.

A nota estava direcionada ao presidente da província e baseava-se nos relatos de testemunhas parnaibanas que denunciavam as ações daquele homem público. José Manoel de Freitas explicava o seguinte sobre a situação: "Este fato, e outros muitos são na Parnaíba narrados de público, e os ouvi de autoridades, e de particulares com quem tive de conversar."[230] O chefe de polícia, em sua nota, não identificava os nomes desses indivíduos, afirmando que estaria guardando suas identidades para evitar perseguições.

Uma das atribuições do chefe de polícia seria a informação ao chefe de executivo sobre o estado de conduta e a forma como prosseguiam todos os corpos policiais na execução da política de recrutamento para a guerra. Naquele momento era diretriz manter a provisão do

---

[229] PIAUÍ, op. cit., p. 1.
[230] DOCUMENTOS oficiais. *A Imprensa*, Teresina, n. 35, p. 3, 24 mar. 1866. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 14 fev. 2023.

maior número possível de combatentes. Nesse sentido, a ação de interferir na montagem desse corpo seria um crime contra a pátria.

Franklin Dória publicou em *A Imprensa* as medidas que providenciou para enfrentar a situação de descumprimento e ilegalidade que José Manoel de Freitas denunciou. O presidente informa que revogou todas as ações que Eleutério Antonio Soares Braga realizou, no sentido de restabelecer a ordem de funcionamento das forças públicas para a guerra em Parnaíba, da maneira como solicitado pelo governo central, inclusive na recuperação de guardas nacionais que estavam fora de seus regimentos para o retorno da realização de seus serviços. Por fim, suspendeu Eleutério Braga das funções que realizava e o sujeitou a responder por suas ações perante júri por ser aquelas ações crimes contra a lei do país.

Na publicação de número 35 em 24 de março de 1866 de *A Imprensa*,[231] José Francisco de Miranda Osório,[232] expõe que a notícia da suspensão das atividades de ex-comandante do munícipio de Parnaíba teve grande repercussão na folha noticiosa dos conservadores locais, a *Situação*. Sua mensagem se caracteriza como uma defesa do presidente da província, pois este administrador era acusado de estar agindo de maneira "injusta, violenta e apaixonada", pois, acreditavam os redatores da folha conservadora, teria baseado seu ato em comentários iniciados por José Francisco de Miranda Osório.

José Francisco de Miranda Osório retoma a publicação de José Manoel de Freitas para esclarecer que a verificação das irregularidades foi realizada pela investigação desse chefe de polícia, cuja função exigia tal posicionamento, e, por isso, não constituía como um ato de perseguição contra aquele parnaibano. José Francisco de Miranda Osório explicava o seguinte: "Nunca acusei o sr. Tenente-coronel Eleutério, por essas dispensas de guardas nacionais, que se diz ter ele feito, a troco de dinheiro; quem o acusou foi o seu próprio procedimento, foram os que sofreram extorsão, foi a voz pública, só de si, portanto, deve se queixar."[233] O que teria resultado na demissão, concluía Osório, teriam sido as arbitrariedades fora da lei de Eleutério.

É verificado nessa publicação que o grupo dos conservadores piauienses estava articulando uma tensão política em torno do exercício de José Manoel de Freitas no tocante às suas funções. A esse respeito, as publicações de *A Imprensa* identificavam o grupo dos conservadores como ficcionistas, por propagarem a ideia de que os liberais estariam

[231] Na publicação de número 41.
[232] Nascido em Oeiras (1800), foi um político liberal que atuou como líder do executivo na província do Piauí nos anos de 1872 e 1873. Morreu em Parnaíba (1877).
[233] PUBLICAÇÕES pedidas: um protesto. *A Imprensa*, Teresina, n. 41, p. 4, 5 de maio 1866. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 11 fev. 2023.

promovendo luta contra o seu grupo por meio de ataques aos postos de liderança que os políticos conservadores ocupavam no poder local.

O grupo de redatores de *A Impressa* publicou na sua edição número 43, em 19 de maio de 1866, uma nota sobre as ideias que parte do grupo conservador local publicava na sua folha periódica de nome *Moderação*. Na publicação, o grupo de José Manoel de Freitas enfatizava as seguintes ideias:

> São tão sediças; já tem sido tão convenientemente explicadas, e melhormente combatidas das acusações que a *Moderação* há feito à administração do exmo. Sr. Dr. Franklin Dória, que nos julgaremos dispensado de dar-lhe mais atenção se não fosse propósito fazer bem patente a desmoralização a que tem chegado essa gazeta, que se diz órgão do partido conservador. Faremos, portanto, uma sucinta análise do quanto disse ela em seu nº 37 de 16 do corrente mês.[234]

O grupo dos liberais piauienses rebatia as colocações da folha dos conservadores, caracterizando esse movimento de oposição que faziam como um incômodo para a lógica do sistema de governo que operava dentro do limite da lei e, argumentavam, com benefícios para o desenvolvimento local. Os liberais explicavam que a participação de Franklin Dória em *A Imprensa*, com publicações a pedido e a organização dos redatores dessa folha em utilizar o periódico como espaço para rebater as críticas que a administração provincial recebia, era um dos pontos de crítica que os conservadores organizados em torno do *Moderação* faziam circular através de suas publicações.

Os redatores de *A Imprensa* explicavam que era natural aquele grupo se localizar na luta política e que a construção da defesa da administração Dória era vista por aquele grupo como necessária, devido ao volume de ataques que os conservadores tinham reservado para aquele administrador. Outro ponto da crítica conservadora analisado foi referente aos questionamentos tendenciosos sobre as viagens que Franklin Dória realizava. O grupo de José Manoel de Freitas explicava que era fato conhecido o caráter dessas viagens e que se relacionavam com o estudo do rio Parnaíba que Dória realizava, com o intuito de melhorar a atividade a vapor em seu leito. A respeito disso, os liberais postulam: "Não está no ânimo de todos a conveniência da exploração do nosso grande rio e da prolongação da sua navegação a vapor?"[235]

José Manoel de Freitas e seu grupo visualizava que aquela parcela dos conservadores locais somente se caracterizava como oposição à administração Dória, porque entendia que os favorecimentos aos liberais nesse governo estavam em desacordo com o compromisso que o

---

[234] A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, n. 43, p. 4, 19 maio 1866. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 11 fev. 2023.
[235] A IMPRENSA, loc. cit.

presidente deveria ter com seu partido de origem. Os conservadores visualizavam os liberais como um grupo de oportunistas e sem organização política entre seus membros, pois estavam sendo representados no momento por um político conservador, o presidente da província.

Desde a constituição da Liga Progressista no começo da década de 1860, como movimento político de agremiação entre os dissidentes partidários, os liberais piauienses foram impulsionados a se esforçarem em atuar na política local e a permanecer no poder, considerando que a maioria das administrações que o Piauí teve foram de membros do Partido Conservador. Dessa forma, o grupo dos liberais piauienses teria se caracterizado com uma ação coletiva coesa, com o objetivo de superar as críticas que os conservadores publicavam a seu respeito. Clodoaldo Freitas explica que o uso da imprensa pelos liberais concedeu a esse grupo a possibilidade de organização frente aos desarranjos da política imperial, sendo a prática jornalista desses políticos o distintivo que lhes conferia unidade. Ele expõe que: "Desde então, até a queda da monarquia, *A Imprensa* foi o invencível baluarte das ideias liberais, prestando, em todas as crises, importantes serviços ao partido, de que era órgão."[236]

Ana Regina Rêgo apresenta em seus estudos uma ideia sobre a importância que essa comunidade política piauiense dirigia aos postos da burocracia provincial. Nos informa que: "[...] o emprego público e a burocracia estatal são procurados, não somente por apresentarem chances de belas carreiras, mas, sobretudo, por representarem potenciais fontes de renda, num momento de oportunidades escassas."[237] Ou seja, é preciso entender que o uso da máquina pública não servia apenas para representar seu grupo partidário, mas também servia como principal fonte de renda para muitos desse contexto.

As lutas interpartidárias ocorreram a partir do uso da imprensa, espaço significativo que foi valorizado pela comunidade letrada do período. A guerra na década de 1860 trouxe para a política não só uma nova organização, como a necessidade de alimentar a importância de certos valores, como o patriotismo. Assim, com o desenvolvimento da guerra, a aliança da atuação de José Manoel de Freitas tanto no campo da escrita pela imprensa quanto como chefe de polícia do Piauí favoreceu o impulso na carreira política desse piauiense.

O conflito também impactou o processo eleitoral, pois só se fazia eleições com votantes e eleitores. Assim, o recrutamento tornou-se uma poderosa arma política. Por conta disso, a ocupação de José Manoel de Freitas foi alvo de críticas por ser entendida como estratégica na política de recrutamento. Os membros do Partido Conservador utilizavam sua folha política, a

[236] FREITAS, 2012, p. 26.
[237] RÊGO, 2001, p. 186.

Moderação, para explicar que estavam em uma posição delicada com a possível diminuição de suas fileiras eleitorais.

A defesa de José Manoel de Freitas acontecia pela imprensa periódica. Clóvis Bevilaqua observa, a respeito dos periódicos dos liberais na década de 1860, que: "*A Imprensa* é uma criação de Dr. Freitas e do Dr. Deolindo Mendes, criação de alta importância, porque desde o seu primeiro número (1) até hoje tem sido esse periódico um defensor perpétuo das ideias liberais."[238] Clodoaldo Freitas explica que a conjuntura política da circulação desse periódico liberal favoreceu a construção da imagem de José Manoel de Freitas, pois: "A criação d'*A Imprensa*, acentuando melhor a característica da nova ordem das coisas, veio dar ao Dr. Freitas maior soma de importância, de sorte que, em pouco, já era considerado como um dos mais importantes chefes liberais."[239] A posição de liderança que José Manoel de Freitas alcançou entre os liberais piauienses foi publicitada na folha que esse grupo redigia.

Ao completar o primeiro ano, em julho de 1865, do exercício de José Manoel de Freitas no cargo de chefe da polícia do Piauí, alguns membros do Partido Liberal, enquanto partícipes da Assembleia Provincial, fizeram nota e a publicaram no jornal *A Imprensa*, em 19 de agosto de 1865, festejando a liderança de Freitas naquela instância tão significativa para o governo do período:

> O digno chefe de polícia da província do Piauí, legitimamente influenciando no ânimo dos habitantes da província, que nele tem encontrado um magistrado sempre respeitável e justiceiro, desenvolveu o mais nobre, ardente e louvável empenho na animação de que muitos careciam para abandonar os cômodos e doçuras da vida de paz e empunhar as armas no campo da batalha sujeitos aos rigores da guerra.[240]

É importante observar que esse documento foi assinado pelos deputados Deolindo Mendes da Silva Moura, padre Marcelino José da Cunha e padre José Marques da Rocha, em nome de toda a Assembleia Provincial. Esse registro de memória dos liberais revela a valorização que esse grupo político destinava as posições de liderança dos seus correligionários. A representação da memória do grupo é apresentada para a comunidade piauiense com o brasão da Assembleia Provincial, o que impacta na valorização do conteúdo.

Paul Ricoeur nos ensina que a memória é uma tarefa permanentemente inacabada, porque procura instalar *a posteriori* o que não pertence no presente. Explica que: "A injunção a se lembrar corre o risco de ser entendida como um convite dirigido à memória para que

[238] BEVILAQUA, 1888, p. 30-31.
[239] FREITAS, 2012, p. 26.
[240] BEVILAQUA, 2012, p. 62.

provoque um curto-circuito no trabalho da história."[241] Por isso mesmo, o trabalho de memória se comporta como "uma coerção sentida subjetivamente como obrigação",[242] ou seja, segundo Ricoeur, a memória só se constrói por causa das funções que mantém, e, também, porque se encontra nos limites do conhecido, na possibilidade do esquecimento. Sendo assim, existe uma emergência em sua concepção e administração.

Podemos associar a publicação da nota pelos deputados provinciais na imprensa periódica como um primeiro trabalho de construção de memória do grupo dos liberais, pois a celebração do desempenho de José Manoel de Freitas é registrada na contemporaneidade daquela época em dois espaços de importância política. Primeiro é elaborada no Paço da Assembleia Provincial e transmitida nessa instituição e, em seguida, é compartilhada na imprensa com publicação no jornal dos liberais *A Imprensa.* A utilização desse registro na biografia de José Manoel de Freitas, produzida por Clóvis Bevilaqua na seção que nomeia como "homenagens em vida", nos indica o reforço a essa memória para uma nova geração, visto que publicou esse trabalho em novembro de 1888, um ano após o seu falecimento.

O grupo dos liberais piauienses da geração da década de 1860 pode ser compreendido como formado por políticos que utilizavam de várias estratégias políticas para construir uma identidade para o seu grupo. Nesse sentido, o uso da imprensa servia como suporte para publicitação das ideias defendidas por eles, e a rede de apoio, possível pela atuação desses sujeitos nas diferentes instâncias da burocracia provincial, visava o fortalecimento dessa identidade.

Nesse período também é observado o aumento do uso comercial do rio Parnaíba. Andreia indica que: "A estabilidade da navegação do rio Parnaíba foi mais marcante a partir de 1865, com a aquisição do vapor Conselheiro Paranaguá, o qual adentrou na barra de Amarração em 29 de janeiro de 1865."[243] Segundo o relatório apresentado por Franklin Dória em 1866, nessa época a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba tinha posse das seguintes embarcações: "os vapores Uruçuí e Paranaguá e as duas barcas de reboque Iguarassú e Poti."[244]

Inclusive a navegação serviu para a transposição dos enviados para a guerra. Sobre esse uso do rio Parnaíba, Johny nos informa que: "Em 10 de agosto de 1865, quando a tropa partiu para Parnaíba, a bordo do vapor Urussuí, sendo rebocados pelo vapor Conselheiro Paranaguá,

---

[241] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 100.
[242] RICOEUR, op. cit., p. 101.
[243] ANDRADE, op. cit., p. 80.
[244] PIAUÍ, op. cit., p. 67.

já contavam com um número expressivo de homens [...]"[245] O uso do rio ia perfazendo as intenções dos líderes naquilo que objetivavam como progresso, e a leitura desses enviados poderia significar, junto com a ideia do próprio uso do rio, a conexão do Piauí com o mundo.

Além disso, Franklin Dória verificava no seu relatório de 1866 a ideia de que o progresso local ocorreria quando houvesse o beneficiamento das áreas mais reclusas da província a partir dos afluentes do Parnaíba e por sua navegação. Esse administrador pensava que a navegação a vapor era a maneira como o Piauí poderia desenvolver sua agricultura, descobrir suas riquezas naturais e conectar-se com o mundo pelo comércio.

Ao fim do mandato de Franklin Dória, em 3 de agosto de 1866, José Manoel de Freitas teria feito vários deslocamentos pelas diversas localidades do Piauí, na intenção de conseguir o maior número de combatentes possíveis para a causa do Brasil na guerra, o que configura o ordenamento de sua atuação com os propósitos do governo central. A interlocução direta com Franklin Dória, representante da política imperial, rendeu para José Manoel de Freitas o aumento das possibilidades de atuação desse político. Clóvis Bevilaqua nos informa sobre a carreira política de José Manoel de Freitas nesse momento, caracterizando a sua posição de destaque:

> Já então o Dr. Freitas era, na província o chefe do partido liberal que ele dirigia com o auxilia dos amigos mais salientes, e o Dr. Franklin Dória o cercou da consideração e prestígio a que suas qualidades faziam jus. O governo imperial, também por essa ocasião, o distinguiu com o oficialato da Rosa e com a nomeação de vice-presidente da província.[246]

O fim da administração de Franklin Dória foi marcado também pela posse de José Manoel de Freitas na presidência da província de forma interina. Clodoaldo Freitas caracteriza a posição dos liberais nesse momento da seguinte forma: "O partido inteiro congregou-se em torno da sua cadeira para dar-lhe a maior soma de prestígio, de que ele usou para engrandecê-lo, dar-lhe aquela disciplina e força que, até sua extinção, foram a causa de suas vitórias e de resistência através de tantas violências."[247]

José Manoel de Freitas, com essa nomeação, começa um outro ciclo de atuação na política piauiense, sendo líder do executivo local. As causas que possibilitaram o acesso desse político a essa posição de importância no governo são indicadas nas fontes como sendo resultado de sua atuação como chefe de polícia do Piauí. A sua nomeação para esse cargo ocorreu durante a administração de Franklin Dória no Piauí, situação que podemos relacionar

[245] ARAÚJO, 2011, p. 149.
[246] BEVILAQUA, 1888, p. 31.
[247] FREITAS, 2012, p. 27.

com a associação que esses políticos tiveram na formação acadêmica que realizaram na mesma turma na Faculdade de Direito de Recife (PE), e a relação no aumento da atenção e da importância desse cargo se relaciona com a conjuntura política da guerra contra o Paraguai.

4.2. Um novo no poder: as ideias político-administrativas de José Manoel de Freitas na presidência do Piauí

José Manoel de Freitas esteve na chefia do executivo do Piauí durante três momentos. Todos esses momentos ocorreram entre a saída de um ex-presidente e a chegada de recém nomeado, ou seja, assumiu de forma interina esse posto. O primeiro momento ocorreu com a saída de Franklin Dória até a chegada de Adelino Antônio de Luna Freire,[248] durando dois meses. A segunda liderança ocorreu durante cinco dias. O terceiro momento será o foco da nossa análise, por existir um relatório produzido durante o momento de sua gestão.

Em relação ao primeiro momento na liderança do executivo, conseguimos perceber que sua posição como chefe de polícia da província o ajudou a ter um percurso profissional crescente na ordem de importância das funções que exerceu. Em relação a esse momento, Clodoaldo Freitas explica como o grupo político do Piauí se organizou durante sua liderança: "[...] Dr. Freitas teve o subido prazer de ver seus esforços coroados pela harmonia e força do partido, que o ouvia como chefe. [...] o governo o nomeou vice-presidente da província e empenhou, pela primeira vez, as rédeas da administração a 3 de agosto de 1866."[249]

No intervalo entre a primeira vez que exerceu o governo da província até quando assumiu pela terceira e última vez esse cargo, José Manoel de Freitas esteve na liderança das forças policiais e participou da imprensa periódica pela folha dos liberais, *A Imprensa*. Durante sua última administração, entre 3 de março de 1868 e 24 de agosto de 1868, o mais importante registro da sua atuação é o documento que publicou como relatório de governo dirigido para a Assembleia Provincial do Piauí.[250]

Nesse relatório, José Manoel de Freitas discutiu sobre o gerenciamento e o significado da existência de algumas instâncias públicas do Piauí. Seus comentários abrangeram a educação formal, a segurança pública, a assistência médica e as relações trabalhistas. No cumprimento de suas funções, ou seja, atuando como reforço da estabilidade do Império e na promoção do desenvolvimento local, ocorre a tentativa de verificar as causas do estado de estagnação vivido

[248] Nascido em 21 de março de 1829, em Olinda (PE), foi um político brasileiro que teve atuação como presidente de província no Piauí (1866-1867) e em Pernambuco (1878; 1879 e 1880).
[249] FREITAS, 2012, p. 27.
[250] Os trabalhos do legislativo no Piauí ocorriam duas vezes por ano e aconteciam nos meses de julho e agosto.

à época pela província, pois assim era a forma que ele avaliava a economia do Piauí naquele momento.

A ideia que tinha sobre a estagnação da economia piauiense repousava na visão que tinha da condição de vida dos diferentes setores sociais da província, isto é, definia como um momento em que o pobre "definhava" e o rico "lastimava", pois este não encontrava meios para aumentar seus rendimentos financeiros. A interpretação da realidade piauiense por esse presidente se baseava na análise que ele realizou dos registros oficiais dos seus antecessores. Nesse sentido, o estudo comparativo das administrações anteriores permitiu a visualização do prosseguimento do Piauí.

Em relação à economia local, José Manoel de Freitas percebia a contradição entre as possibilidades de desenvolvimento existentes no Piauí e a ausência de projetos políticos para aproveitá-las. Acreditava que a sociedade piauiense era favorecida com a organização da comunidade política local, sendo isso verificado pelo funcionamento das instituições públicas de acordo com a Constituição do país. Dessa forma, explicava que "[...] o progresso não é mais um problema a resolver; porque aqui estão a imprensa esclarecida e o vapor para atestá-lo".[251] Em outras palavras, a possibilidade de desenvolvimento do Piauí atestava-se com a presença e o uso dessas insígnias pela sua comunidade.

A observação da realidade piauiense foi o ponto de partida da sua crítica para a comunidade política da província. A atuação dos políticos era entendida por José Manoel de Freitas como causa de impedimento ao progresso da população local, de forma que informava o seguinte: "Percorrendo a legislação provincial desde o tempo do visconde da Parnaíba até a presente data, não vejo em prática uma só disposição, que tenha por fim animar a agricultura, desenvolver as artes e a criação de gado, fonte principal da riqueza pública."[252] Entendia que o panorama das atividades econômicas de produção pelo setor primário era resumido, nos registros provinciais, aos impostos cobrados, o que provocava desestímulo para aqueles que realizavam esses ofícios.

A respeito da experiência que o Brasil tinha desde a década anterior, com o fim do tráfico de africanos pelo oceano Atlântico, o líder dos liberais piauienses indicava para o Piauí que a substituição do trabalho compulsório pelo trabalho livre deveria obedecer a uma lógica que não envolvesse a vinda de colonos europeus para o trabalho da terra. Isso porque a reforma

[251] FREITAS, José Manoel. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. José Manoel de Freitas.* São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1868. p. 6.
[252] FREITAS, loc. cit.

do trabalho escravo era tópico discutido no Império nesse momento. A esse respeito, Caio Prado Jr. informa que "o eixo principal em torno de que gira esta luta é naturalmente a questão do elemento servil. Depois de 1865 ela quase monopoliza a atenção política do Império".[253]

José Manoel de Freitas tinha uma visão diferente daquela compartilhada pela maioria dos políticos atuantes no país, pois alguns dos projetos elaborados nesse período como forma de enfrentamento à questão do trabalho escravo envolviam o incentivo à vinda de colonos europeus. O político piauiense acreditava que o trabalho livre deveria ser incentivado para os brasileiros, pois verificava no exemplo do Piauí um grande contingente sem nenhuma ocupação. As ideias que mais rapidamente se difundiam eram aquelas que apontavam como solução a vinda de europeus para substituir o trabalho escravo, isso porque eram projetadas no centro no país e os periódicos da capital, instrumentos utilizados para compartilhar ideias políticas, tinham maior alcance nacional.

Ângela Afonso identifica o período que se estende entre a Conciliação e a formação dos partidos republicanos como sendo o contexto de crise do Império. Um dos argumentos que utiliza para fazer uso de tal caracterização é o entendimento de que a comunidade política imperial enfrentava um período de franca instabilidade, devido às ideias que cada grupo defendia. Essa pesquisadora propõe que a análise das mudanças advindas das reformas ocorridas desde a Conciliação até meados da década de 1860, como é exemplo a Reforma Eleitoral, permite visualizar esse período como a raiz da desorganização partidária no cenário nacional. Desse modo:

> Reformas, portanto, não se fariam por consenso e a aversão aos conflitos fez dessa elite política a própria encarnação da cautela em matéria de mudança. O ritmo natural das reformas no Império foi o de resolver o que urgia, deixando amadurecer no tempo medidas mais essenciais. A alteração de conjuntura não rebateu automaticamente nos princípios da reflexão política, de tal sorte que as reformas inevitáveis foram gestadas pelos mesmos esquemas de pensamento presentes na criação das instituições do Segundo Reinado. Toda proposta de reforma se apresentava sempre como 'melhoramento', sem questionar a lógica do sistema.[254]

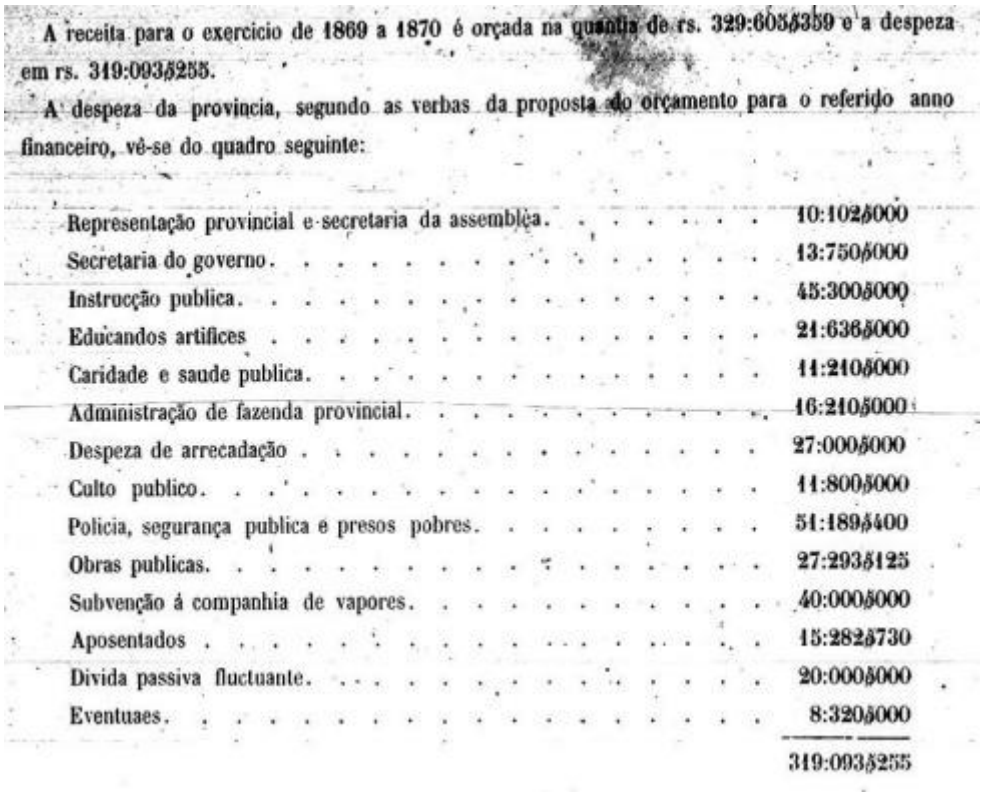
José Manoel de Freitas refletia sobre a existência no Piauí de um contingente populacional que não exercia contribuição para as rendas da província. Esclarece que o Piauí da época tinha poucas chances de aumento de suas riquezas, pois o funcionalismo público era o setor civil que mais crescia, tanto na relação de funções em diferentes instâncias que iam surgindo, exemplo disso seria a navegação a vapor, quanto pela proporção de cargos em cada

[253] PRADO JUNIOR, 1963, p. 97.
[254] ALONSO, op. cit., p. 79.

um desses setores, com a ramificação de trabalhos específicos. Dessa forma, José Manoel de Freitas argumentava sobre o tópico: "Não censuro, senhores, o aumento razoável do ordenado do funcionário público. [...] censuro sim o aumento de dispêndio sem a promoção dos meios para elevar as rendas da província, para evitar-nos o desequilíbrio entre a receita e a despesa."[255] O ponto central de sua crítica nesse ponto era explicar que o pagamento dos servidores provinciais concorria contra a existência de um saldo positivo significativo na receita do Piauí.

A respeito dessas considerações que José Manoel de Freitas propôs, podemos observar o quadro demonstrativo da previsão das finanças da província, referente ao período de janeiro de 1869 até janeiro de 1870, presente em seu relatório, segundo mostra a imagem 1.

Imagem 1 – Quadro demonstrativo da previsão das finanças da província



A receita para o exercicio de 1869 a 1870 é orçada na quantia de rs. 329:605$359 e a despeza em rs. 319:093$255.

A despeza da provincia, segundo as verbas da proposta do orçamento para o referido anno financeiro, vê-se do quadro seguinte:

Representação provincial e secretaria da assembléa.	10:102$000
Secretaria do governo.	13:750$000
Instrucção publica.	45:300$000
Educandos artifices	21:636$000
Caridade e saude publica.	11:210$000
Administração de fazenda provincial.	16:210$000
Despeza de arrecadação	27:000$000
Culto publico.	11:800$000
Policia, segurança publica e presos pobres.	51:189$400
Obras publicas.	27:293$125
Subvenção á companhia de vapores.	40:000$000
Aposentados	15:282$730
Divida passiva fluctuante.	20:000$000
Eventuaes.	8:320$000
	319:093$255

José Manoel de Freitas interpretava que a dificuldade de arrecadação financeira do Piauí correspondia ao acúmulo de despesas que essa região tinha em relação à manutenção dos serviços e atividades públicas da província.

Aquele administrador utilizava os dados que tinha da receita da província do Ceará para comparar a realidade das duas províncias. Comentava em seu relatório: "No Ceará, onde o braço

[255] FREITAS, 1868, p. 6-7.

livre é o primeiro elemento de trabalho, a agricultura constitui umas das fontes principais de suas rendas, e, não obstante as secas com que luta, o seu desenvolvimento é espantoso."[256] Demonstrava que a exportação de algodão, pelo porto da capital cearense, no período de 1865 ao primeiro trimestre de 1866, rendeu um total de 134:450$150 de réis para aquela província, enquanto que, para o Piauí, no mesmo período, a exportação do algodão teria rendido aos cofres provinciais 23:769$559 réis.[257]

Explicava que a escravidão era um mal para a sociedade, pois constituía-se como uma ideologia que diferenciava as populações trabalhadoras das que exerciam ofícios. Nesse sentido, o trabalho da agricultura no campo era relacionado com o trabalho escravo. José Manoel de Freitas exortava sobre o tema: "A escravatura, senhores, além de outros, causa-nos mais o seguinte mal: ela estimula a preguiça e torna enfatuado e orgulhoso muitas vezes o mais desprezível dos viventes."[258] Esse administrador veiculava a posição econômica do Piauí, com o saldo insignificante quando comparado com o volume da arrecadação. A presença da escravidão, com esse modelo de trabalho, acredita o governante do Piauí, impactava para a existência de pessoas sem nenhuma ocupação, não exercendo o papel de contribuinte da província.

Era preciso entender, segundo a análise de Freitas, que a absorção de colonos europeus, como apontava a política nacional de substituição do trabalho escravo, era mais uma medida que atrasaria o Piauí, ao invés de ser uma solução para reverter aquela situação de estagnação econômica. Freitas seguia sua explicação, afirmando que: "A escassez dos gêneros nos nossos mercados é uma consequência da proverbial indolência dos filhos da província; nunca, porém, da falta de braços."[259] Ou seja, o saldo reduzido da arrecadação pública se concretizava também por conta de a população do Piauí não estar inserida com predominância no trabalho do campo.

Freitas interpretava o posicionamento da maioria dos piauienses, quanto ao trabalho no campo, como sendo de distanciamento e de rejeição, pois era perceptível que essa população preferia se relacionar com os serviços do setor terciário da economia, por menor que as rendas dessas atividades fossem, aos do setor primário, em especial a agricultura. Como exemplo, José Manoel de Freitas expunha a seguinte situação: "Aquele mancebo, cujo pai possui uma pequena herdade, julgar-se-ia humilhado, abatido, se vissem-no roteando um campo, trabalhando em

[256] FREITAS, 1868, p. 7.
[257] Em relação a esse gênero é importante ressaltar a Guerra da Secessão. Em relação à característica da economia piauiense no período, cf.: QUEIROZ, 2006.
[258] FREITAS, op. cit., p. 8.
[259] FREITAS, loc. cit.

uma roça, enfim, exercendo o nobre ofício de lavrador."[260] O investimento na agricultura com o estímulo político para que os piauienses realizassem esse trabalho no campo era a solução apontada por Freitas como a possibilidade de crescimento econômico do Piauí naquele momento.

Relatava que existiam vários exemplos na província do Piauí, bem como em outras províncias do Norte, de situações que ocorreram por causa de uma seca ou de um desvio no abastecimento de uma comunidade, e que, como solução, as populações tinham o padrão de migrarem para outra localidade ou viverem reclusas em reservas vegetais que as possibilitassem comer sem emprego de trabalho em plantações. Gleison Monteiro nos explica que o problema estava na relação que o trabalho no campo tinha com a escravidão. Sendo assim, esse pesquisador comenta: "Se o trabalho regular era a essência dos servis, quanto mais se afastassem dessa concepção mais se distanciariam dessa comparação pejorativa. Foi essa perspectiva que internalizaram os livres: a liberdade como oposição à escravidão."[261]

Além disso, Freitas propôs nesse relatório que a escravidão negligenciava a visão que o Estado deveria lançar para os trabalhadores livres que viviam no campo. Explicava que essas populações não conseguiam explorar o maior potencial da terra, pois existia uma lógica de ocupação e uso desse recurso. A prioridade do acesso ao cultivo da terra era por lei associada ao trabalho escravo pela organização dos latifúndios.

O estímulo da escravidão beneficiava somente uma pequena parcela da população, ou seja, para superação da condição pouco desenvolvida que observava no Piauí, era preciso que o Estado oportunizasse melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais livres que se organizavam em pequenas propriedades, a fim de que conseguissem produzir numa escala maior do que a de subsistência e assim participar do comércio com seus produtos.

Verificava que a estagnação econômica do Piauí não iria ser superada com a vinda de colonos brancos, que, na verdade, serviria como entrave para o progresso da região, visto que entendia que o trabalho era o elemento de transformação da condição de consumidores para torná-los produtores.

A solução que trazia para tal situação estava no uso da iniciativa livre e privada, por pequenos produtores, das terras que a província tinha direito, sendo essa opção uma tentativa de fazer o Piauí se desenvolver pela agricultura e pelo estímulo do piauiense nesse trabalho.

---

[260] FREITAS, loc. cit.

[261] MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. *"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado"*: terra, trabalho e disciplina dos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 118.

Além disso, a demarcação das terras devolutas do Estado para fundar fazendas oportunizaria o desenvolvimento da pecuária, o que serviria para o aumento desse setor que representava o mais importante estrato da receita pública naquele momento.

Havia dois lugares já visualizados como possíveis para a instalação dessas fazendas. Uma localidade seria próxima à cidade de Teresina, "na fazenda Guaribas, situada a 3 léguas do porto do Bom Jardim no rio Parnaíba".[262] A criação de gado e o consequente aproveitamento de seus insumos iria beneficiar a capital por causa do comércio desses produtos de necessidade de primeira ordem.

O outro lugar seria também às margens do rio Parnaíba e teria a função de aumentar a produção no Sul da província. Freitas explicava que: "À margem esquerda do Uruçuí, no ângulo de sua confluência com o rio Parnaíba, pode-se fundar uma colônia agrícola prometedora de um futuro brilhante para esta província."[263] Por fim, teria como objetivo a propulsão do uso do rio Parnaíba pela navegação a vapor que surgia naquele momento como a maior possibilidade de progresso social da região piauiense, a expansão de seu uso por meio das águas dessa bacia hidrográfica.

Seu relatório de 1868 continha a sua reflexão sobre a organização do sistema penitenciário do Piauí. Indicava que tinha sido autorizado, por meio da Lei Provincial nº 584 (21/08/1865), a criação de oficinas de trabalho para a cadeia pública de Teresina, momento em que ainda era chefe de polícia na administração de Franklin Dória, e que fez publicar uma portaria em 23/05/1868 para iniciar os trabalhos de infraestrutura para instalação desses programas. José Manoel de Freitas explicava que essas oficinas trariam muitos benefícios para manutenção dessas instituições e para o processo de correção moral dos detentos. Listava três principais consequências positivas que eram aguardadas com a execução desse projeto.

Primeiro, que a intenção do sistema penitenciário era a correção moral dos indivíduos que cometeram delitos, ou seja, esse político acreditava que a retirada do direito à liberdade não promovia ajuste dos detentos, na medida em que as cadeias serviam, muitas vezes, somente como possibilidade de moradia e anteparo para o planejamento de fugas. Justamente contra isso que a existência das oficinas serviria, para a ocupação que esses detentos teriam quando submetidos em horários fixos de trabalho, pois: "[...] na correção moral, a qual surge o trabalho, que cansa o espírito, trazendo-o a reflexão."[264]

[262] FREITAS, 1868, p. 10.
[263] FREITAS, loc. cit.
[264] FREITAS, 1868, p. 10.

Indicava que os pensadores do período, que pesquisavam sobre essa instância da segurança pública, informavam que o trabalho nas cadeias era a melhor forma de reintegrar os praticantes de delitos na sociedade. Essas oficinas seriam a forma como o poder público traria de volta ao convívio social aqueles que cometeram delitos. Isso porque, comentava José Manoel de Freitas, o trabalho surgia como forma de disciplinar o indivíduo pelo esforço de sua realização.

Acrescentava ainda que a instrução e a religião deveriam ser componentes nesse projeto de correção moral. Sendo assim, a visão de Freitas sobre o tema era a seguinte: "Nada disso se poderia esperar dessa indolência mortificadora, dessa sociedade criminosa, que constitui o estado normal das nossas cadeias, e que mais aguçam o instinto malévolo de delinquente, matando-lhe toda a ideia de justo e honesto."[265] Nessas condições, o trabalho era o mais proveitoso, pois a ocupação serviria para livrá-los do ócio.

A segunda consequência positiva para a reforma do sistema penitenciário da capital era a acepção de uma cadeia que servisse para organizar os detentos de acordo com a categoria do crime cometido, por sexo e idade. Essa estruturação do espaço físico das cadeias era parte do projeto da reforma, pois era verificada a necessidade de melhorias na estrutura antes de instalar as oficinas, a fim de cumprir com as exigências básicas que a Constituição declarava, para que fosse estabelecida a moralidade dos costumes sociais dentro desse espaço.

Em relação ao gerenciamento desse dispositivo de controle social, o presidente postulava que era preciso que funcionasse eficientemente, a fim de cessar com o comércio e a prostituição que coexistiam na assistência dos reclusos para as suas necessidades básicas, como no fornecimento de refeições diárias. E a última consequência positiva seria a função econômica que as oficinas trariam para a receita pública, pois serviria como renda na manutenção desses prédios logo que a execução dos trabalhos tomasse a proporção desejada.

Indicava, a partir da análise dos relatórios que elaborou enquanto era chefe da polícia do Piauí (1864-1868), que o aspecto das cadeias públicas se apresentava em um total estado de reparo, quando não de reconstrução total. Ou seja, para que as cadeias fossem divididas e obedecessem as prescrições da Carta Magna do país, era necessário que fossem executados com urgência as reformas e os melhoramentos indicados nos relatórios dos anos anteriores (de 1864 a 1867).

[265] FREITAS, loc. cit.

A Santa Casa da Misericórdia era o principal hospital público que assistia a população do Piauí e funcionava com as subvenções da província e pela doação de membros associados.[266] No período em questão, a maior preocupação se relacionava com a falta de suprimentos médicos para o atendimento dos enfermos na unidade da capital e com a substituição da equipe diretiva da unidade de Oeiras, que era composta por um médico e por um botânico. "Estou informado que o mencionado Anfrisio satisfará, de alguma sorte, a missão de que se acha incumbido, em vista da longa prática de que dispõe; pelo menos assim evitou-se a suspensão do hospital."[267] Anfrisio José Avelino era descrito como sendo boticário. Isso ocorreu por conta do falecimento do médico nomeado, José Sérvio Ferreira.

A reflexão de José Manoel de Freitas estendia-se também para a situação da educação no Piauí. Relatava que a estruturação da Escola Normal deveria ocorrer, primeiramente, a partir da qualificação dos profissionais para ministrar as cadeiras dessa instituição, pois se tinha observado, na tentativa de instauração dessa instituição no governo de Franklin Dória, que o funcionamento dela deveria ocorrer depois do período em que houvessem profissionais qualificados e suficientemente remunerados para ocupar suas posições.

A instituição de ensino foi fundada na esperança de que surgissem os efeitos esperados, pois era tida como um empreendimento vantajoso para a população local e sem necessidade de reserva de recursos financeiros. Os cálculos mostraram que seu funcionamento teria um impacto mínimo quando comparado ao de outras instituições. A respeito da manutenção da Escola Normal, a partir da renda provincial, Franklin Dória explicava que: "A província, portanto, continuará, presumo, a sustentá-la de bom grado, tanto mais, quanto não precisa de esforço fazer sacrifício para consegui-lo."[268] Isso porque, segundo os cálculos para a receita da província nos anos financeiros de 1865 e 1866, as despesas com essa instituição representaram algo em torno de seis por cento das somas totais para aquele período.

Verificou-se, então, na administração de Adelino Antônio de Luna Freire, que a frequência dos alunos nessa instituição tinha proporção insatisfatória para a receita investida na manutenção do prédio e na viabilização de materiais. Sendo assim, o projeto que se iniciou na administração Dória foi interpretado desvantajoso durante a administração Luna Freire, o que fez com que esse administrador propusesse a extinção dessa instituição de ensino, baseando-se na

---

[266] SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia*: a Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2016.
[267] FREITAS, 1868, p. 13.
[268] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 21 de julho e 1868 pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Dória*. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1866. p. 17.

prerrogativa de que: "Devo ainda observar-vos que nem um só professor pôde a província tirar até hoje da escola normal, e que nem esperança há de melhor futuro, porque os cinco alunos que frequentam este ano o curso, não pretendem o magistério."[269] Isso contrariava o sentido da existência de tal instância, que seria completar no Piauí as cadeiras de ensino primário e secundário com indivíduos capacitados. A esse respeito, Teresinha Queiroz informa que: "O fechamento da primeira Escola Normal do Piauí foi explicado não só pela precária situação financeira da Província, mas, principalmente, pela [...] inexistência de matriculandos em seu terceiro ano de existência."[270]

José Manoel de Freitas concluía, em seu próprio relatório, que a experiência dessa instituição teria se revelado como um fracasso para a sociedade piauiense, pois não teria obtido os resultados esperados. Sua proposta seria de articular as disciplinas de preparação ao magistério na cadeira da língua nacional, ministrada no Liceu do Piauí, ficando necessário para assumir o concurso aquele que tivesse frequência comprovada pelo professor dessa instituição ou de instituições de ensino equivalentes. Freitas informava que assim faria, "não tendo podido continuar a que foi mantida entre nós a esforços do ilustrado sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Dória, por falta de frequência e gosto daqueles que se dedicam ao ensino da mocidade [...]"[271] Seria verificado com essa estratégia quais eram os indivíduos que iriam ter interesse pelo professorado de maneira indireta.

Concorria também para a análise desse político liberal o relatório com que o diretor geral de instrução pública do Piauí, Manoel Ildefonso de Souza Lima, apresentava a situação dos outros prédios em que funcionava a educação na província, de forma que salientava: "Por esse relatório vê-se que se há feito em bem de tão importante ramo do serviço público e que não há razão para censuras sérias [...]"[272]

Explicava que a situação da educação no Piauí era complicada, pois precisava do apoio da população, visto que ainda não era algo incentivado no seio familiar piauiense e que os investimentos não ocorriam de maneira satisfatória para o crescimento dessa instância.[273]

José Manoel de Freitas analisava no seu relatório a questão territorial piauiense. Naquele momento do ano de 1868 existiam algumas disputas em torno de algumas localidades entre o

---

[269] FREIRE, Adelino Antonio de Luna. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de setembro de 1867 pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1867. p. 62.
[270] QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*: 1880-1930. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. p. 30.
[271] FREITAS, 1868, p. 14.
[272] Ibid., p. 12.
[273] QUEIROZ, loc. cit.

Piauí e as províncias vizinhas do Maranhão e do Ceará. As disputas com o Maranhão ocorriam por causa do rio Parnaíba, especificamente na região próxima à nascente do rio.

É explicado que as regiões em questão pertenciam ao Piauí por causa da tradição quando repartiram as suas terras ainda enquanto capitania. As relações de dependência que o Piauí teve em relação à administração de outras áreas, especificamente o Pernambuco e o Maranhão, residem no aspecto de sentido econômico que cada região teve.

O Piauí esteve relacionado desde sua invenção com a pecuária, uma atividade que contemplava o mercado interno do Brasil e não exigia o direcionamento de volumosas receitas para a instalação de suas fazendas nem para a realização de suas atividades.[274]

José Manoel de Freitas visualizava a lógica do funcionamento dessa atividade econômica como sendo a razão da dificuldade na demarcação das áreas para sua realização. "Este comércio e consumo de carne, relativamente avultados, são propulsores de uma das principais atividades da colônia: a pecuária. Não é com justiça que se relega em nossa história ao plano secundário."[275]

Nesse sentido, a pecuária integra o sistema econômico brasileiro nos períodos colonial e imperial de forma coadjuvante, já que a matriz desse sistema se relacionava, principalmente, com a exportação dos gêneros agrícolas.

Além dessa condição, ou exatamente por causa da função que a pecuária ocupava para a economia, a sua instalação e a sua execução eram primárias quando comparadas ao comércio agrícola. "As instalações de uma fazenda, como me referi, são sumárias: currais e casas de vivenda, tudo de construção tosca é quanto nela se encontra. O pessoal empregado é reduzido: o vaqueiro e alguns auxiliares, os fábricas."[276] Felipe Mendes reforça essa ideia quando avalia em sua pesquisa as limitações da economia piauiense: "[...] a pecuária extensiva não utilizava grande quantidade de mão de obra, para a qual os salários eram inexistentes ou muito baixos, o que acarretava um baixo nível de consumo."[277]

Por fim, observa-se que a política central do Brasil estava mais atenta às necessidades da lavoura, sendo resultado disso uma disponibilização a compreender essas áreas e a solucionar os possíveis conflitos com maior rapidez. Verificamos isso pela situação das áreas do Piauí, que se estendia sem resolução por décadas.

---

[274] SANTANA, loc. cit.
[275] PRADO JUNIOR, 1994, p. 182.
[276] Ibid., p. 187.
[277] MENDES, op. cit., p. 123.

José Manoel de Freitas menciona em seu relatório um registro que tinha realizado anos antes quando era Juiz Municipal da comarca de Parnaguá (1861). Informa que já era possível visualizar o surgimento desse conflito naquele período anterior: "Em consequência dessa mistura de rios, dessa incerteza sobre qual deles seja o Parnaíba, que marca os limites entres as duas províncias, podem aparecer conflitos de jurisdição entre as autoridades do Maranhão e do Piauí, tanto civis como eclesiásticas."[278] Nesse sentido, a região em que essa bacia hidrográfica se formava, representava uma possibilidade de conquista da área pela província do Maranhão, problema este avistado anos antes.

Freitas explicava que, anos antes, já era um fenômeno não muito raro de acontecer: maranhenses reclamando partes das terras que pertenciam ao Piauí para si. Justamente porque essas terras ainda eram cobertas por mata originária e própria para a agricultura. As características geográficas daquela área permitiam entender o relevo como plano e pouco acidentado, ou seja, poderia ser aproveitado também para a criação de gado.

José de Freitas ressaltava que as fazendas instaladas próximas aos afluentes do rio Parnaíba eram de moradores do Piauí, e, quando não, eram terras do governo. "As pessoas que ocupam essas terras devolutas, só as ocupam para trabalhar e não com ânimo de possuí-las, pois estão cientes da lei que vigora a esse respeito."[279] Nesse sentido, o que sustentava a ideia das terras como pertencentes ao Piauí era o valor da tradição e o uso da terra pela administração piauiense.

José Manoel de Freitas lembrava que: "Entre cada sesmaria ou fazenda media ainda uma légua de terras que se conservavam devolutas; nesta légua nenhum dos confinantes podia levantar construções ou realizar quaisquer obras."[280] Entende-se com isso que a área estaria sob a responsabilidade administrativa do Piauí e que as áreas sem uso direto seriam os interlúdios criados pela legislação desde o período colonial, para evitar a dominação de extensas áreas pelos colonos pecuaristas.

Em relação ao Ceará, havia dois conflitos territoriais que compunham a agenda política do período. O primeiro se relacionava com a freguesia de Marvão, pois a província do Ceará advogava, junto à política central, a posse das localidades que estariam na região próxima à Serra da Ibiapaba.

Jamais entrou em dúvida que a Serra da Ibiapaba fosse o limite entre o antigo bispado do Pernambuco e do Maranhão e que os lugares que ficam aquém da referida serra pertencessem

[278] FREITAS, 1868, p. 15.
[279] Ibid., p. 16.
[280] PRADO JUNIOR, 1994, p. 187.

ao Piauí. Entretanto, a incúria das nossas autoridades por um lado e o desleixo dos vigários, por outro, deram lugar à extorsão, de que hoje a província é vítima, e contra o qual protestam os testemunhos de moradores antiquíssimos daquelas paragens e autoridades eclesiásticas.[281]

Percebe-se, conforme a referência ao registro escrito sobre a demarcação dessas terras, uma forma de entender a documentação publicada como a condição de comprovar a veracidade dos fatos e resolver o conflito. José de Freitas continua seu texto fazendo referência a alguns viajantes que, no período colonial, conseguiram apontar a identidade do povo naquela região como distinta das províncias vizinhas, contribuindo para entender o lugar como pertencente ao Piauí.

Havia também referência aos mandatos eclesiásticos que promoveram a anexação daquela região ao Piauí, posto que esses registros religiosos continham informações sobre a relação que a região, em específico, tinha com o restante da província. Verificava-se então, desse modo, o envio de líderes religiosos responsáveis por ministrar suas obrigações, que eram os mesmos que iam para as outras regiões piauienses.

Outro ponto de disputa entre as províncias do Piauí e do Ceará era a região litorânea. Ocorria que a província do Ceará reclamava para si, como seu território, dez léguas pertencentes ao município de Amarração. Nesse sentido, o espaço pertencente ao Piauí seria somente a região portuária.

No seu relatório, José Manoel de Freitas anexou a documentação produzida por David Moreira Caldas, pois este foi o membro responsável por examinar as questões do território litorâneo com mais atenção. Em sua pesquisa, David Caldas constatou que existiriam três possíveis soluções para esse conflito.

A primeira alternativa, que seria a mais conveniente para os interesses do Piauí, era anexar ao território piauiense a região desde as nascentes do rio Timonha até sua foz, no Atlântico, o que proporcionaria ao Piauí um aumento de sua área na seguinte escala: "O território desta província chegaria até 45 quilômetros, distância desde a cidade de Granja, porque o berço oriental do Timonha faz bojo para o lado da referida cidade."[282] Ou seja, o território anexado desde o interior ao litoral aumentaria algo em torno de dez por cento sob o tamanho do Piauí à época.

A segunda alternativa seria anexar ao Piauí o território que se estende desde as nascentes do rio Ubatuba até sua foz, que se localiza na mesma região da do rio Timonha. A diferença seria a expansão territorial ao Oeste. Assim sendo: "O território piauiense ficaria então distante

[281] FREITAS, 1868, p. 16.
[282] Ibid., p. 18.

da cidade de Granja cerca de 95 quilômetros, visto que a maior largura da região trans-Ubatuba, ou oriental, é de 50 quilômetros."[283] O aumento do território seria na razão de 4 por cento sob o total.

A terceira alternativa verificava somente a anexação do território litorâneo, a região que estaria sob tutela cearense e seria a razão para essa negociação. "Ficando apenas a pertencer ao Piauí nesse caso a região Ocidental, cuja costa está compreendida entre Amarração e a Barra Grande, ficando este último lugar a 133 quilômetros da cidade de Granja e a 54 da cidade de Parnaíba."[284] Ou seja, o Piauí ficaria com um território litorâneo compreendido com sessenta e seis quilômetros de extensão.

José Manoel de Freitas avaliava que, para os interesses do Piauí, deveria ser considerada a primeira opção, a fim de proporcionar maior condição para o crescimento da economia piauiense por meio dos rios que se conectavam ao mar e pela extensão litorânea, que seria na medida de noventa quilômetros de extensão.

A terceira alternativa era entendida como indiscutível, pois era pertencente ao Piauí pela tradição de sua ocupação e pela relação histórica que o povoado tinha com a vila de Parnaíba, sendo sua anexação ao território cearense uma ofensa ao Piauí e um ataque ao seu desenvolvimento. "De todas, é a extorsão mais sensível que sofrerá a província. E o que ganhou o Ceará com isso, ele que já tinha mais de cem léguas de costa?"[285]

Em 24 de agosto de 1868 se encerrou o período que José Manoel de Freitas liderou o governo da província do Piauí. Se até aquele momento (1868) a sua atuação política tinha se caracterizado como pertencente ao centro do governo com as posições de comando no Piauí, chefe de polícia e presidente da província, a partir de então ocorreu um afastamento desse político do epicentro das posições centrais de administração e governo local. Esse processo foi uma consequência da política ensaiada na capital do país, que teve com a demissão do ministério de Zacarias de Góis, em 16 de julho daquele mesmo ano, a volta dos conservadores e de sua política exclusivista.

Esse movimento de retorno conservador marcou tanto a Corte que os liberais só iriam assumir novamente pasta ministerial com a liderança do Visconde de Sinimbu em 1878. Nesse período, a província do Piauí começou a receber administrações conservadoras até meados de década seguinte. Dessa forma, a experiência política durante a década de 1860 no Império foi atravessada por inúmeros desafios, entre eles a formação e a gestão de um ministério com

[283] FREITAS, 1868, p. 18.
[284] FREITAS, loc. cit.
[285] Ibid., p. 18-19.

membros do Partido Progressista e a mobilização de pessoas e recursos na guerra contra o Paraguai. As possibilidades de alianças e o acirramento dos confrontos foram as ferramentas com que o sistema político operou na reorganização e manutenção do poder dos liberais e de sua agenda. O resultado foi a decisão do imperador pela restauração da agenda centralista, vendo a necessidade de restabelecer os conservadores no poder.

A Imprensa seguiu como o periódico dos liberais no Piauí, que, a partir de 1868, ficaram em posição de ostracismo político. Ocorre também a demissão de Deolindo Moura do cargo de Procurador Fiscal da província na administração de Simplício Mendes de Sousa (1868), revelando mais um dos políticos da ala liberal que foram alijados das posições centrais de mando e destaque no Piauí. A esse respeito, Clodoaldo Freitas explica: "De posse do governo da província por 96 horas, o dr. Simplício suspendeu 12 leis provinciais já sancionadas e fez tábua rasa no funcionalismo provincial, não respeitando sequer a vitaliciedade de muitos."[286] Dessa forma, o grupo fez uso das páginas desse jornal para denunciar o que eles entenderam como sendo a corrupção do sistema representativo. Clodoaldo continua, quando escreve: "O dr. Freitas, apeado do poder com o seu partido, colocou-se, naturalmente, à frente da oposição, verberando com energia esses espantosos desmandos. A Imprensa, então, tornou-se uma potência."[287]

[286] FREITAS, 2012, p. 30.
[287] FREITAS, loc. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política piauiense, durante as décadas de 1850 e 1860, foi reordenada ideologicamente, segundo os projetos executados do cenário nacional. Durante a década de 1850, a política da Conciliação permitiu que os conservadores atuassem no centro da administração e da burocracia provincial no Piauí, o que resultou na elaboração e execução de projetos políticos por esse grupo, objetivando o desenvolvimento local a partir da sua visão política e conectado ao atendimento de seus interesses.

Ao fim da década de 1850 ocorreu a inserção da nova geração de políticos recém-formada pela Faculdade de Direito de Recife (PE). Deolindo Mendes da Silva Moura e José Manoel de Freitas foram dois exemplos dessa nova geração que iniciou carreira nesse momento. Observamos a importância do jornal *O Propagador* no enfrentamento das críticas que esses políticos, ainda sem experiência, receberam do grupo dos conservadores. E compreendemos que houve uma inserção de ambos em posições importantes da província, que revelou-se ser resultado da eficiência com que esses políticos executaram suas funções e a postura de alguns administradores condizente com o projeto conciliatório do governo central, como é exemplo a administração de Antônio Correia Couto (1859).

A política imperial na década de 1860 foi organizada em torno da Liga Progressista, que surgiu como um movimento de coalisão entre políticos dissidentes de ambos os partidos nacionais em torno de um movimento que efetivasse as mudanças que acreditavam serem necessárias, porém preservando a base do governo imperial.

A consequência direta desse movimento político para o cenário piauiense foi o destaque que Deolindo Moura recebeu com a criação e circulação na imprensa de *Liga e Progresso*, periódico que era caracterizado por fazer interlocução com o novo partido político do Império em situação no governo. Durante o período em que o jornal circulou (1862-1865), Deolindo Moura conseguiu organizar o Partido Liberal do Piauí em torno de si, criando sua posição de líder e guia ideológico. E o jornal *Liga e Progresso* se consolidou como o único órgão na imprensa que representava esse grupo político. Além de atuar na imprensa, Deolindo Moura participou de cargos administrativos locais e advogou em muitos casos, o que serviu para ter um destaque naquela comunidade política.

A guerra contra o Paraguai foi uma das questões centrais na política imperial nesse período, exigindo esforços significativos e impactando diversos aspectos da sociedade brasileira. O conflito movimentou toda a sociedade brasileira pela forma como foi executado,

e foi um processo que sedimentou em todo o Brasil uma reconfiguração da ordem sócio-política.

Nossa investigação se concentrou em entender como esse conflito favoreceu o protagonismo de José Manoel de Freitas, que atuava como chefe de polícia no Piauí (1864-1866), e, de acordo com seu trajeto político, percebemos que sua performance e o contexto bélico nacional impulsionaram sua carreira, com a nomeação que recebeu para o cargo de vice-presidente de província pelo imperador.

Analisamos também a atividade político-administrativa de José Manoel de Freitas enquanto presidente da província do Piauí, especificamente no terceiro momento em que assumiu esse posto, por ter sido, nesse momento, que ele elaborou seu relatório sobre o Piauí, e conseguimos analisar sua subjetividade quanto à realidade em que vivia e quanto aos projetos que acreditava e defendia. Esse momento serviu para celebrar José Manoel de Freitas como um dos líderes liberais no Piauí por conta da sua atuação.

Nosso objetivo era compreender as atividades políticas de Deolindo Mendes da Silva Moura e de José Manoel de Freitas durante o período em que se inserem no cenário político do Piauí, no final da década de 1850 até o final da década de 1860, pois, como o estudo das fontes nos revelou, ocorreram algumas transformações na política do Império que impactaram negativamente na atuação desses liberais piauienses nas posições de mando e de gestão no Piauí, ocorrendo o alijamento desse grupo para a luta política na imprensa a partir de então.

Adicionamos a esse contexto o fato de que a atividade política de Deolindo Moura se encerra 1872 com a sua morte e que José Manoel de Freitas, haja vista a sua impossibilidade de exercer cargos políticos de destaque e por isso não ter acesso a bons vencimentos, transfere-se do Piauí para o Maranhão e depois para Pernambuco, não mais atuando diretamente na política piauiense até sua morte, em 1887, em Recife (PE).

REFERÊNCIAS

A ATUALIDADE do sr. Junqueira: esbanjamento e arbitrariedades. *O Propagador*, Teresina, n. 38, p. 2, 5 out. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, n. 1, p. 1, 7 jul. 1865. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. Acesso em: 15 fev. 2023.

A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, n. 43, p. 4, 19 maio 1866. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 11 fev. 2023.

A RESPOSTA à correspondência da Teresina, publicada no *Observador do Maranhão* no dia 5 do findo mês de março. *O Propagador*, Teresina, n. 38, p. 2, 3 abr. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

ALENCAR, José de. *Marquês de Paraná*: traços biográficos. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1856.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí.* 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. *Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba*: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

ANDRADE, Andreia Rodrigues; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Entre o sertão e a margem do Rio Parnaíba: os começos da vida urbana, no Piauí, e a criação da cidade de Teresina, em meados do século XIX. *In*: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (org.) *Oficina de Clio:* histórias, cidades e linguagens. Teresina: EDUFPI, 2016.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do império*: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866). Teresina: EDUFPI, 2011.

ARAÚJO, Vinicius Leal. Belicosas palavras: o jornalismo político de David Caldas entre 1868 e 1875. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. *Anais* [...]. Teresina: UFPI, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *O legislativo piauiense (1835-1985).* Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985.

BARRETO, José Maria. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Maria Barreto, vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Silveira Sousa no dia 26 de setembro de 1859.* São Luís: Tipografia Comercial, 1859.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife.* 3. ed. Recife: Editora da UFPE, 2012.

BEVILAQUA, Clóvis. *Traços biográficos do Desembargador José Manoel de Freitas.* Recife: Tipografia Universal, 1888.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: fragmentos de um dicionário político. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 23. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 169, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/journal/Topoi-Revista-de-Historia-2237-101X. Acesso em: 16 fev. 2023.

BULAMARQUI, César Tibério. Prospecto. *O Echo Liberal*, Oeiras, n. 1, 27 set. 1849. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700649&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=1. Acesso em: 5 jul. 2023.

CALDAS, David Moreira. A pedido. *O Propagador*, Teresina, n. 92, p. 2, 13 nov. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX*. Oxford: Working Paper, Centre For Brazilian Studies, Oxford, 2007.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 2. ed. Brasília: Senado Federal; Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí, no Período Regencial e início do Segundo Reinado. *In*: QUEIROZ, Teresinha; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (org.). *Páginas impressas*: história, imprensa e política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. 1 v.

CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação Edições Câmara, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 178, jan./abr. 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação EDUNESP, 1999.

DOCUMENTOS oficiais. *A Imprensa*, Teresina, n. 35, p. 3, 24 mar. 1866. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 14 fev. 2023.

DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 21 de julho e 1868 pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Dória*. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1866. p. 17.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze*: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária (1857-1862). 2017. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da Conciliação*: atores, ideias e discursos (1848-1857). 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2013.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. atual. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FREIRE, Adelino Antonio de Luna. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de setembro de 1867 pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1867.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. São Paulo: Mentes Abertas, 2020.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras: EDUPFI, 2012.

FREITAS, José Manoel. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. José Manoel de Freitas*. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1868.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, José Airton Gonçalves. *O legislativo piauiense (1835-1985)*. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*: 1848-1875. 30. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História geral da civilização brasileira.* 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. (O Brasil monárquico, v. 6, t. 2).

JOBIM, Sfelson; PORTO, Walter Costa (org.). *Legislação eleitoral no Brasil*: do século XVI a nossos dias organizadores. Brasília: Senado Federal, 1996. 3 v.

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. *Relatório que dirigiu o presidente da Província do Piauí, o Exmo. Sr. Dr. João J. D'Oliveira Junqueira, à Assembleia Legislativa Provincial no 1 de julho de 1858.* São Luís: Tipografia da Temperança, 1858.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil. *Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, Sevilha, n. 17, p. 226, mayo 2007.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense*: horizontes de leitura e crítica e literária. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí.* 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

MISSÃO da imprensa; união dos liberais, moderação e ordem; lembrança do passado; cuidado com o futuro. *O Propagador*, Teresina, n. 71, p. 1, 4 jun. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. *"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado"*: terra, trabalho e disciplina dos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MOURA, Deolindo Mendes da Silva. Comunicado. *O Propagador*, Teresina, n. 109, p. 1, 4 mar. 1860. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

MOURA, Deolindo Mendes da Silva. Espectador. *O Propagador*, Teresina, n. 67, p. 1, 8 maio. 1859. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 1, p. 1, 6 out. 1862. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

MOURA, Deolindo Mendes da Silva. Moção. *O Propagador*, Teresina, n. 74, p. 1, 26 jun. 1860. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 31 mar. 2021.

NOTICIÁRIO. *A Imprensa*, Teresina, n. 20, p. 4, 9 dez. 1865. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. Acesso em: 15 fev. 2023.

O DR. José M. de Freitas e o seu pseudo-crítico do *Diário do Pernambuco*. *O Propagador*, Teresina, n. 100, 31 dez. 1859. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

PARTE OFICIAL. *O Propagador*, Teresina, n. 126, p. 116 jul. 1860. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 10 fev. 2023.

PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Franklin América de Menezes Dória*. São Luís: Tipografia de B. de Matos, 1865. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/brazil. Acesso em: 2 fev. 2023.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Halley, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense*: da pecuária ao extrativismo. 3. ed. Teresina: EDUFPI. 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*: 1880-1930. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUEIROZ, Teresinha. Ressentimentos políticos e lutas de memórias em *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas. *In*: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, A. (org.). *Tempo & Memória*: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. 1. ed. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2020. 1 v.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense: entre a literatura e a política. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. *Anais* [...]. Niterói: UFF, 2008.

RÊGO, Ana Regina. Jornais monarquistas piauienses: mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005, Novo Hamburgo. *Anais* [...]. Novo Hamburgo: UFRGS, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta*. *A experiência brasileira (1500-2000)*: a grande transação. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação política. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ROCHA, Amanda Chaves da. *Miguel Borges*: a atuação de um homem de letra no Piauí oitocentista. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2015.

ROSAS, Suzana Cavanis. "A Praça é do povo como o céu é do condor": Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860. *In*: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (org.). *Política e sociedade no Brasil oitocentista*. Recife: Editora da UFPE, 2020.

SANTA CRUZ, Fábio Santiago. *Em busca da conciliação*: ideias políticas no Parlamento do Império no Brasil (1831-1855). 2008. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTANA, Raimundo N. M. de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos.* 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2017.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. A redação do *Conciliador Piauyense* e o sr. José Martins P. de Alencastre. *O Conciliador Piauiense*, Teresina, n. 23, p. 1, 21 nov. 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844055&pagfis=39. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Ao Sr. Junqueira. *O Propagador*, Teresina, n. 30, p. 1, 21 ago. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Chegada de Sr. Junqueira – esperanças, dúvidas, promessas. *O Propagador*, Teresina, n. 33, p. 1, 11 set. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Estado em que achou o sr. Junqueira o Piauí. *O Propagador*, Teresina, n. 32, p. 1. 4 set. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Nomeações de liberais feitas pela presidência por ou propostas suas. *O Propagador*, Teresina, n. 35, p. 1, 18 set. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Notícias e fatos diversos. *O Propagador*, Teresina, n. 53, p. 4, 15 jan. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. *O Propagador* ao *Correio Piauiense* número 98. *O Propagador*, Teresina, n. 29, p. 1, 14 ago. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=23. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Lívio Lopes Castelo Branco. Seria legal o adiamento? *O Propagador*, Teresina, n. 30, p. 3, 21 ago. 1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844063&pagfis=128. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia*: a Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: REMÓND. René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade*: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

TITO FILHO, Arimatéia. *Governos do Piauí*: Capitania, Província, Estado. 2. ed. Teresina: Arte Nova, 1975.

VILHENA, Gustavo Henrique de Ramos. *Os fazedores da cidade*: uma história da mudança da capital do Piauí (1850 1852). 2016. 80 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.